São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Quinta-feira, 25 de abril de 2024 | Edição N º 1014

datamercantil.com.br

Haddad entrega ao Congresso projeto de regulamentação da reforma tributária

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) entregou ao Congresso Nacional na quarta-feira (24) a primeira proposta de regulamentação da reforma tributária.

O projeto de lei complementar trata das regras gerais de operação dos novos tributos, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios e o IS (Imposto Seletivo).

Em entrevista coletiva após o ato, o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, disse que, com o desenho do projeto de lei, a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) ficaria entre 25,7% e 27,3%, com uma média de 26,5%. "Eu diria que a referência é a média", afirmou.

Se confirmado esse patamar, a alíquota brasileira ficará entre as maiores do mundo para um IVA. Hoje, a maior do gênero é a da Hungria, de 27%.

Não estava nos planos do Ministério da Fazenda divulgar agora os valores das alíquotas, mas a equipe econômica foi alertada de que essa seria uma das primeiras cobranças dos deputados no início da tramitação do projeto.

Quando a reforma foi promulgada, no final do ano passado, o governo preferiu não revelar os novos cálculos, apesar da insistência de vários setores empresariais.

No ano passado, o governo chegou a estimar uma alíquota de até 27,5%, mas o valor médio atualizado ficou um pouco mais baixo do que o previsto anteriormente porque alguns itens do projeto de regulamentação ficaram mais duros.

Na prática, isso significa regras mais apertadas para os regimes diferenciados ou com alíquota reduzida. É a primeira vez que o governo divulga a média da banda de variação da alíquota, que é o ponto considerado mais factível.

Segundo Appy, o resultado final vai depender das mudanças promovidas pelos parlamentares durante a tramitação. Quanto mais exceções, maior a carga sobre os demais contribuintes.

Por outro lado, a Fazenda tem a expectativa de que a digitalização da cobrança exerça um papel importante para reduzir a sonegação, o que contribuiria na direção de reduzir a alíquota.

Folhapress

Economia

Brasil reúne vantagens estruturais para atrair investimentos, diz Galípolo

Pág - 03

Confiança do consumidor do Brasil melhora em abril pelo 2º mês seguido, mostra FGV

Página - 03

Lucro trimestral da Bunge supera estimativas com melhor resultado de processamento

Página - 05

Carne bovina e milho são destaques na exportação brasileira

Página - 05

Política

Briga entre Executivo e Legislativo para destinação de verbas não vai acabar nunca, diz Lira

Página - 04

Tarcísio apresenta investimentos de R$ 1,4 bi para o agronegócio

Página - 04

No Mundo

Biden sanciona lei que fornece assistência militar para a Ucrânia e Israel

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sancionou na quarta-feira (24) um pacote de ajuda que fornece assistência militar crucial à Ucrânia, encerrando meses de negociações e debates.

O pacote de ajuda, aprovado pelo Senado na noite de terça-feira (23) e no valor total de 95 bilhões de dólares, inclui quase 61 bilhões de dólares em ajuda à Ucrânia, 26 bilhões de dólares para Israel e 8 bilhões de dólares para o Indo-Pacífico.

O pacote também inclui um projeto de lei que pode eventualmente levar ao banimento do TikTok nos Estados Unidos – dando à controladora chinesa ByteDance cerca de nove meses para vendê-lo, caso contrário ele será banido das lojas de aplicativos no país. A assinatura do pacote de ajuda foi o culminar de meses de negociações tensas, de lobby pessoal do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky e de uma divisão na ala republicana que continua a ameaçar a posição de liderança do presidente da Câmara, Mike Johnson.

Os conservadores linha-dura da Câmara opuseram-se a mais financiamento dos EUA para Kiev e ameaçaram destituir Johnson devido à forma como lidou com as negociações. Os conservadores no Congresso opuseram-se à assistência adicional para o que consideram uma guerra invencível.

Biden passou meses pressionando Johnson para que avançasse com a ajuda à Ucrânia, recrutando altos funcionários da administração e o diretor da CIA, Bill Burns, para definir o que estava em jogo para a Ucrânia – e, em última análise, para a democracia na Europa e em todo o mundo – se a Rússia continuasse a fazer incursões com suas forças armadas.

No início deste ano, Biden sinalizou a sua intenção de fazer concessões significativas relacionadas à imigração se o Congresso avançasse com o projeto de lei de ajuda. CNN

Hamas divulga vídeo de refém americano-israelense com braço amputado

O Hamas publicou, na quarta-feira (24), um vídeo em que aparece Hersh Goldberg-Polin, um jovem de 23 anos de nacionalidade americana e israelense que foi sequestrado na Universo Paralello, rave interrompida por ataques do grupo terrorista no sul de Israel no dia 7 de outubro.

"Saí em busca de diversão com meus amigos e, em vez disso, acabei lutando para sobreviver com ferimentos graves no corpo todo", afirma ele, que aparece com um braço amputado. Não há informações sobre o local ou a data em que o vídeo, divulgado em um dos canais da facção no Telegram, foi gravado. Tampouco são conhecidas as circunstâncias em que Goldberg-Pelin deu seu depoimento.

O refém diz passar fome no cativeiro e critica o primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, por não chegar a um acordo com o Hamas para a libertação dos capturados, um ponto que tem causado grande desgaste a seu governo. "Vocês também deveriam se envergonhar porque rejeitaram todos os acordos que foram oferecidos", diz ele. "Binyamin Netanyahu e membros do seu governo, enquanto vocês almoçam com as suas famílias, pensem em nós, detidos em um inferno subterrâneo, sem água, comida, sol e sem o tratamento de que preciso. (...) É hora de vocês entregarem as chaves do governo, desocuparem os ministérios e irem para casa."

"Eu tive que proteger a mim e às pessoas que estavam com medo perto de mim porque não havia ninguém para nos proteger naquele dia", afirma Goldberg-Pelin na gravação. "Binyamin Netanyahu e seu governo deveriam ter vergonha. Vocês nos negligenciaram, como milhares de cidadãos. Deveriam se envergonhar de nos abandonar por 200 dias. Todos os esforços do Exército falharam." Folhapress

Presidente de Portugal diz que país precisa reparar crimes da escravidão

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, disse na noite da terça-feira (23) que seu país é responsável por crimes cometidos durante a escravidão transatlântica e a era colonial e afirmou que há necessidade de reparação.

Em um evento com correspondentes estrangeiros, o social-democrata disse que Portugal "assume total responsabilidade" pelos erros do passado e que esses crimes, que incluem massacres, tiveram "custos". "Devemos arcar com os custos", disse.

Em abril do ano passado, Rebelo já havia dito que o país deveria se desculpar e assumir sua responsabilidade pelo comércio transatlântico de escravizados. Na época, ele foi o primeiro líder de uma nação do sul da Europa a sugerir tal atitude.

"Pedir desculpas às vezes é a coisa mais fácil de fazer. Você pede desculpas, vira as costas e o trabalho está feito", disse ele na ocasião, após uma visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Nesta terça, ao ir além e mencionar uma reparação, ele repetiu que "pedir desculpas é a parte fácil".

"Há ações que não foram punidas e os responsáveis não foram presos? Há bens que foram saqueados e não devolvidos? Vamos ver como podemos reparar isso", afirmou.

Por mais de quatro séculos, milhões de africanos foram sequestrados, transportados à força em navios por comerciantes principalmente europeus e vendidos como escravos. Aqueles que sobreviviam à viagem acabavam trabalhando em plantações nas Américas, em especial no Brasil e no Caribe. Portugal teve um papel importante nesse sistema, já que traficou quase 6 milhões de africanos, mais do que qualquer outra nação europeia. Até agora, porém, falhou em confrontar seu passado. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária   Fazemos parte da

Brasil reúne vantagens estruturais para atrair investimentos, diz Galípolo

O diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, disse na quarta-feira (24) que o Brasil possui vantagens comparativas suficientes em relação a outros países para atrair investimentos estrangeiros, mesmo com as dúvidas do mercado em relação à organização das contas públicas.

"Eu realmente acho que mesmo com esta reprecificação que ocorreu mais recentemente com o fortalecimento do dólar (...) do ponto de vista estrutural, o Brasil reúne vantagens para se apresentar como um polo de atração para investimentos ", afirmou durante o Upload Summit, evento em São Paulo com investidores.

Galípolo atribuiu a alta do dólar recentemente, que chegou a se aproximar dos R$ 5,30, às expectativas de manutenção dos juros em nível elevado por mais tempo nos Estados Unidos, o que torna as taxas americanas mais atrativas e gera uma fuga do capital para a maior economia do mundo.

Ele chegou a comparar os títulos públicos de dívida americana com um buraco negro do centro da galáxia. "Ele suga qualquer coisa, não deixa nem a luz passar. Então você tem o Tesouro americano pagando a taxa de juros que ele paga hoje, fica muito mais difícil você competir por recursos", afirmou.

O ex-número 2 do ministro Fernando Haddad não citou, porém, o aumento da cautela dos investidores com relação à trajetória fiscal no Brasil após as discussões nos bastidores de mudanças pelo governo da meta de superávit primário para o próximo ano.

Galípolo elencou algumas condições que tornam o Brasil esse polo de atração de investimentos, como a resiliência no consumo devido aos programas de transferência de renda do governo e também ao aumento do salário mínimo, além de citar a pujança do mercado brasileiro, com uma balança comercial saudável, com o país assumindo uma posição importante na exportação de commodities diante do quadro geopolítico atual complexo.

Stéfanie Rigamonti/Folhapress

Confiança do consumidor do Brasil melhora em abril pelo 2º mês seguido, mostra FGV

Os consumidores brasileiros mostraram mais otimismo em relação aos próximos meses e a confiança melhorou pelo segundo mês seguido em abril, mostraram dados da Fundação Getúlio Vargas divulgados na quarta-feira (24).

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV teve no mês alta de 1,9 ponto, chegando a 93,2 pontos e retornando ao nível visto em dezembro do ano passado.

"A melhora da confiança no mês foi influenciada, principalmente, pelas expectativas para os próximos meses, enquanto a percepção sobre a situação atual ficou praticamente constante entre março e abril", disse em nota Anna Carolina Gouveia, economista do FGV/Ibre.

Em abril, o Índice de Situação Atual (ISA) recuou 0,1 ponto e foi a 80,6, enquanto o Índice de Expectativas (IE) avançou 3,1 pontos, a 102,2 pontos, maior nível desde dezembro de 2023 (102,5).

Entre os quesitos que compõem o ICC, o que mede as perspectivas para as finanças futuras das famílias foi novamente o que apresentou a maior contribuição para a alta da confiança no mês, ao avançar 5,4 pontos, para 106,2 pontos, atingindo o maior nível desde agosto de 2023 (107,5 pontos).

Gouveia ressaltou que, entre as faixas de renda, a alta da confiança ocorreu nas faixas mais baixas, sugerindo uma possível reversão da desaceleração iniciada no último trimestre do ano passado.

"No entanto, com as limitações financeiras que muitas famílias enfrentam, ainda é cedo para confirmar uma tendência mais clara de recuperação da confiança nos próximos meses", disse ela.

CNN

Brasil arrisca levar 7 a 1 na transição energética, diz pesquisadora

O governo Lula (PT) não tem uma liderança clara para tocar sua política de transição energética e arrisca perder uma série de oportunidades na área, em que países como China, Estados Unidos e a União Europeia vêm avançando rapidamente e de forma bem mais organizada.

Em seminário online promovido pela Folha de S.Paulo e o Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), Joisa Dutra, diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, diz temer que o Brasil leve "um 7 a 1" no processo da transição em relação a outros países.

O 7 a 1 foi a goleada que a seleção brasileira tomou da Alemanha, em julho de 2014, durante a Copa do Mundo disputada no Brasil. Para Dutra, há muita "criatividade" em propostas, mas que podem acabar não se materializando.

Dutra citou no encontro frase do ministro do Planejamento Roberto Campos (2017-2001) para ressaltar o risco. "Infelizmente, o Brasil não perde uma oportunidade de perder oportunidades", dizia o economista.

Para Suzana Khan, diretora da Coppe/UFRJ, "falta um dono" para a política de transição energética no país. "Temos representantes em 17 ou 18 ministérios tratando do mesmo assunto, mas não uma pessoa que seja realmente a responsável por uma política articulada."

Ela citou o caso da Embraba (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973, que foi a responsável por articular o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, hoje líder em produção e inovação em vários ramos do negócio.

Khan afirmou, por exemplo, que não há projetos coordenados para limitar o uso de petróleo e gás em outras áreas, como nas indústrias de plástico e de fertilizantes. Segundo ela, são setores que poderiam contar com um uso mais intensivo de biomassa, abundante no Brasil por conta da força de seu agronegócio.

Fernando Canzian/Folhapress

Política

Briga entre Executivo e Legislativo para destinação de verbas não vai acabar nunca, diz Lira

A briga entre o Executivo e o Legislativo para decidir o destino das verbas públicas "não vai acabar nunca", disse na quarta-feira (24) o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Ele fez a avaliação no 4º Ciclo de Debates CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), em Brasília.

"Nós ficamos falando o tempo todo sobre a briga, R$ 5 bilhões pra cá, R$ 3 bilhões para lá, é o Congresso que indica, ou é o governo federal que indica. Essa briga não vai acabar nunca, são posicionamento de placas tectônicas a respeito da destinação de políticas públicas. Toda democracia vive isso e é bom que ela exista", afirmou.

"Câmara é o patinho feio do Congresso. Encontraram um presidente que tem coragem de dar a cara para apanhar pelos outros. Embora pessoalmente tenha votado em outro candidato, nunca faltei com minhas obrigações. Dei todas as condições para que [o governo] fizesse um bom 2023", acrescentou.

O presidente da Câmara tem uma relação tensa com o governo federal. Ele chegou a dizer que o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT-SP), é incompetente.

Em entrevista ao jornalista Pedro Bial, da TV Globo, Lira admitiu ter errado ao xingar o ministro, mas afirmou que "palavras ditas estão ditas" e evitou um pedido direto de desculpas.

"Eu tenho erros e acertos, não tenho problema de reconhecer o erro quando eu faço. Eu já vinha apontando ao governo há alguns meses que não funciona a articulação política. Se você prestar atenção, há um esforço muito grande para que as matérias chegam maduras ao plenário", disse em entrevista transmitida na terça (23).

No debate, Lira abordou assuntos em discussão na Câmara, como a reforma tributária, o projeto que regulamenta o trabalho para aplicativo de transportes e sua sucessão na presidência da Casa.

O governo deve entregar em breve a regulamentação da reforma tributária. Para Lira, o assunto é essencial pois sem ela a reforma tributária fica vazia. Já sobre a regulamentação dos serviços de transporte, Lira afirmou que sem mudanças o projeto não passa pela Câmara dos Deputados.

Lucas Marchesini/Folhapress

Tarcísio apresenta investimentos de R$ 1,4 bi para o agronegócio

O Palácio dos Bandeirantes saiu na frente do Palácio do Planalto para apresentar um pacote de R$ 1,4 bilhão para o agronegócio.

Como a CNN mostrou, os governos Lula e Tarcísio de Freitas travam um duelo nos bastidores com recursos para serem anunciados para o agronegócio durante o Agroshow, maior feira do setor do país que começa neste domingo.

Em conversa com a CNN, o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Guilherme Piai, detalhou os anúncios.

Segundo ele serão:

1) R$ 300 milhões de crédito do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap) para pequenos agricultores com juros de 3% ao ano e carência de dois anos. Desse valor, R$ 100 milhões serão especificamente para seguro rural.

2) Ampliação do Programa Pro-Trator. Serão 2400 tratores subvencionados aos produtores. Ano passado foram 250 e no retrasado 240;

3) R$ 500 milhões do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) para desenvolvimento rural;

4) R$ 600 milhões de liberação de créditos do ICMS para o setor.

"Os recursos são todos dos cofres paulistas. Todos os números são recordes. E mostra que governador apoia incondicionalmente o homem e a mulher do campo", disse a CNN Guilherme Piai.

O Agrishow começa neste domingo em Ribeirão Preto. Lula não irá, mas o governo federal também planeja anúncios para o setor.

O presidente será representado pelo vice-presidente e ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, Geraldo Alckmin; do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro; e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. O valor que o governo federal anunciará ainda é sigiloso em Brasília justamente para impactar o setor, tradicionalmente refratário ao PT e a Lula.

CNN

Moraes diz que não há evidências de que Bolsonaro buscou asilo na Embaixada da Hungria e arquiva ação

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes concluiu que não há evidências que comprovem que Jair Bolsonaro (PL) buscou asilo na Embaixada da Hungria, em Brasília, em fevereiro deste ano.

Como revelou o The New York Times, o ex-presidente passou dois dias na missão diplomática em Brasília logo após ser alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) e ter o passaporte apreendido. A ida levantou suspeitas de que o ex-mandatário poderia ter buscado asilo político no local.

Para Moraes, porém, a intenção de evasão do país não ficou comprovada. "Não há elementos concretos que indiquem --efetivamente-- que o investigado pretendia a obtenção de asilo diplomático para evadir-se do país e, consequentemente, prejudicar a investigação criminal em andamento", decidiu o magistrado.

O ministro afirma que, embora os locais das missões diplomáticas tenham proteção especial, "eles não são considerados extensão de território estrangeiro" e que, por isso, Bolsonaro não cometeu "qualquer violação a medida cautelar de 'proibição de se ausentar do país'".

"Efetivamente, a situação fática permanece inalterada, não havendo necessidade de alteração nas medidas cautelares já determinadas", concluiu o ministro, que decidiu por manter Bolsonaro proibido de se ausentar do país e de manter contato com investigados pela trama golpista contra o processo eleitoral de 2022.

Moraes, então, determinou o arquivamento da petição contra Bolsonaro por causa de sua estadia na embaixada.

A decisão é celebrada pela defesa do ex-presidente, que nega que ele tenha descumprido qualquer restrição imposta pelo STF e afirma que o ex-mandatário "sempre manteve postura colaborativa" em relação às investigações.

Em sua manifestação sobre o caso, a PGR afirmou que estadia de Bolsonaro na embaixada não configurou violação às medidas cautelares impostas pelo Supremo.

Mônica Bergamo/Folhapress

Frigoríficos firmam acordo para checar origem legal de gado criado no Cerrado

JBS, Marfrig e Minerva aderiram na segunda-feira (23) ao Protocolo do Cerrado, iniciativa de organizações ambientais que visa estabelecer boas práticas na compra de gados criados nesse bioma.

O documento, cuja elaboração também contou com apoio dos frigoríficos, trata da relação das empresas com seus fornecedores diretos. A BRF, que compõe a lista das maiores empresas do setor no país, não aderiu ao protocolo.

os últimos anos, o desmatamento no Cerrado tem crescido principalmente na região apelidada de Matopiba, junção das siglas de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O último Prodes Cerrado, que registra os dados oficiais de desmatamento no Brasil, divulgado em novembro passado, apurou 11 mil km² de desmatamento --aumento de 3% em relação ao ano anterior. A alta do desmatamento no Cerrado, aliás, já é superior do que o registrado na Amazônia.

O protocolo lançado nesta segunda estabelece 11 critérios que devem ser seguidos pelos frigoríficos que aderiram à política, incluindo a checagem de que a área do produtor rural que vende gado para as empresas não seja oriunda de desmatamento ilegal e não esteja sobreposta a terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação.

O documento, porém, não impede que os frigoríficos comprem de áreas desmatadas. O Código Florestal brasileiro prevê que, no Cerrado localizado dentro da Amazônia Legal, 65% do bioma ainda é passível de desmatamento e nas demais regiões, 80%.

Há pressão, porém, da União Europeia, que tenta impedir a entrada de produtos vindos de regiões desmatadas no continente.

Nesse quesito, o guia separa as regras entre blocos A e B, sendo que o primeiro grupo é reservado àqueles frigoríficos que compram gado de área desmatada legalmente. Nesse caso, a orientação é que, inicialmente, as empresas devem bloquear de sua lista de fornecedores quaisquer produtores que estiverem em áreas desmatadas constatadas pelo Prodes.

Já a partir de uma uma segunda avaliação, as empresas do bloco A, ao verificarem que o desmatamento foi legal, desbloqueiam o fornecedor, enquanto as do bloco B seguem bloqueando.

Pedro Lovisi/Folhapress

Lucro trimestral da Bunge supera estimativas com melhor resultado de processamento

A trading de commodities agrícolas Bunge divulgou na quarta-feira um lucro melhor do que o esperado para o primeiro trimestre, à medida que fortes resultados do processamento de sementes oleaginosas na Europa e na Ásia compensaram as margens mais fracas do comércio de grãos.

A maior processadora de oleaginosas do mundo reafirmou sua projeção para 2024 de lucro anual ajustado de 9 dólares por ação, abaixo dos 13,66 dólares do ano passado, devido às margens de processamento mais apertadas na maioria das regiões.

A Bunge e suas rivais do setor de agronegócios, incluindo a Archer-Daniels-Midland e a Cargill, viram seus lucros caírem em relação aos recentes recordes históricos, uma vez que a oferta de safras globais aumentou e os preços caíram.

Essas empresas ganham dinheiro com processamento, comércio e transporte de safras em todo o mundo, geralmente se beneficiando quando crises como secas ou guerras provocam escassez.

O resultado positivo dos lucros da Bunge na quarta-feira ocorre em um momento em que a empresa está trabalhando para fechar um acordo para adquirir a Viterra, empresa de manuseio de grãos, em fusão que criaria uma potência do agronegócio mais próxima em tamanho da Cargill e da ADM, mas que levantou preocupações antitruste.

Na terça-feira, o Departamento de Concorrência do Canadá disse que encontrou grandes preocupações com relação à concorrência em torno da fusão proposta. O relatório não vinculativo foi enviado ao Ministério dos Transportes do Canadá, que tem até 2 de junho para analisar o acordo.

A Bunge tem como objetivo fechar o negócio até meados de 2024.

O segmento de agronegócios da Bunge, o maior em termos de receita e volumes, registrou lucros ajustados mais baixos no primeiro trimestre.

Notícias Agrícolas

Carne bovina e milho são destaques na exportação brasileira

Carvão, brasa e carne, essa combinação é querida entre os brasileiros, principalmente no almoço de domingo, e até mesmo uns legumes assados como o milho. Como forma de celebrar estes ingredientes que estão presentes na mesa da população, na quarta-feira (24) é comemorado o Dia Internacional do Milho; Dia do Boi e do Churrasco.

A data objetiva solenizar a agropecuária brasileira, já que o país é um dos principais produtores e exportadores do mundo. “O Brasil é esse grande produtor de alimentos graças nossa agropecuária forte, geradora de renda e oportunidade”, destacou o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

No que se refere a carne bovina, um dos setores produtivos mais importantes da economia nacional, o Brasil é o segundo maior produtor, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, de acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI).

Já em relação ao ranking de países exportadores, o Brasil está em 1º lugar com relação comercial com 159 países. Somente no ano passado, foram exportados cerca de 2,536 milhões de toneladas de carne bovina in natura e processada. Os principais compradores do produto brasileiro são: China, Estados Unidos, Chile, Hong Kong e Emirados Árabes Unidos.

Para o ano de 2024, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revela que a expectativa é de aumento na produção com 10 milhões de toneladas. Destes, 6,6 milhões de toneladas serão destinados ao mercado interno e 3,5 milhões de toneladas devem ser exportadas.

Para o secretário de Comércio e Relações Internacionais, Roberto Perosa, o desempenho reflete a qualidade superior dos produtos brasileiros. “As exportações são uma importante fonte de receita, contribuindo para o fortalecimento da economia, a geração de emprego e renda, e a sustentabilidade do setor agrícola”, afirma.

Outro ponto de destaque é a abertura de novos mercados. desde o início do ano passado, foram abertos mercados de carne bovina para México e República Dominicana.,

Notícias Agrícolas

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

LOG20 Logística S.A.

CNPJ/MF nº 13.631.347/0005-08 - Avenida Presidente Wilson nº 274, Bairro Moóca - São Paulo/SP - CEP 03.107-000

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL INICIADO EM 01/01/2023 E FINDO EM 31/12/2023 *(Valores expressos em Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Conta	2023	2022
Ativo	**250.192.055,63**	**256.687.944,22**
Ativo circulante	**113.708.127,75**	**105.078.154,05**
Caixa e equivalentes de caixa	5.004.373,05	2.824.817,48
Caixa	59.585,74	66.943,26
Bancos conta movimento	4.944.787,31	2.757.874,22
Valores a receber	82.698.384,08	77.414.116,21
Clientes	82.698.384,08	77.414.116,21
Outros créditos	24.320.904,65	23.168.187,39
Adiantamentos	2.083.959,05	782.797,58
Tributos a recuperar	21.236.945,60	21.785.389,81
Empréstimos a receber	1.000.000,00	600.000,00
Apropriações	1.061.205,97	436.780,20
Estoques	623.260,00	1.234.252,77
Ativo não circulante	**136.483.927,88**	**151.609.790,17**
Ativo realizável a longo prazo	**6.169.079,69**	**8.202.450,47**
Depósitos judiciais	1.778.916,44	702.993,18
ICMS a recuperar	4.390.163,25	7.499.457,29
Investimentos	642.011,72	569.964,53
Participações societarias	642.011,72	569.964,53
Imobilizado	129.672.836,47	142.837.375,17
Bens e direitos para uso	197.932.076,14	202.448.988,75
Veículos	193.491.018,72	198.682.476,02
Equipamentos de oficina	1.312.197,15	1.272.177,12
Equipamentos de informática	598.303,45	489.460,86
Móveis e utensílio	765.914,32	682.970,65
Máquinas e equipamentos	68.449,88	57.727,58
Empilhadeiras	1.679.292,62	1.247.276,52
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.900,00	16.900,00
(-) Depreciação bens e direitos para uso	(68.383.889,10)	(59.712.199,93)
(-) Depreciação Veículos	(66.827.799,46)	(58.764.359,10)
(-) Equipamentos de oficina	(603.620,63)	(354.384,04)
(-) Depreciação equipamentos de informática	(379.078,32)	(315.748,77)
(-) Depreciação Móveis e utensílio	(361.553,22)	(240.877,75)
(-) Depreciação Máquinas e equipamentos	(28.637,19)	(22.784,01)
(-) Depreciação empilhadeiras	(175.063,34)	(7.598,20)
(-) Depreciação em benfeitorias em imóveis de terceiros	(8.136,94)	(6.448,06)
Imobilizado em andamento	**124.649,43**	**100.586,35**
Consórcios	124.649,43	100.586,35
Passivo	**250.192.055,63**	**256.687.944,22**
Passivo circulante	**80.786.087,24**	**70.670.603,14**
Financiamentos	44.301.787,29	36.007.139,63
Empréstimos	-	300.000,00
Consórcios	30.994,32	66.625,92
Fornecedores	12.909.072,58	11.743.698,94
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13.539.306,92	12.275.716,91
Obrigações tributárias	4.507.516,04	3.316.770,43
Outras obrigações a pagar	2.826.185,84	3.016.212,89
Obrigações tributárias a curto prazo	2.671.224,25	3.944.438,42
Passivo não circulante	**83.103.316,76**	**100.497.521,33**
Financiamentos a longo prazo	68.712.506,70	90.472.694,56
Outras provisões	7.147.792,57	10.024.826,77
Provisões contingência	1.770.000,00	-
Provisão de juros sobre capital proprio	5.473.017,49	
Patrimonio líquido	**86.302.651,63**	**85.519.819,75**
Capital social	80.653.781,00	73.653.781,00
Capital social	80.653.781,00	73.653.781,00
Capital social subscrito	80.653.781,00	73.653.781,00
Reservas	4.905.180,34	11.866.038,75
Reserva legal	4.905.180,34	4.866.038,75
Reserva de lucro para aumento de capital	-	7.000.000,00
Lucros ou prejuízos acumulados	743.690,29	-
Lucros acumulado	743.690,29	-

Reconhecemos a exatidão do presente balanço do exercício de 2023, finalizando um ativo de R$250.192.055,63 .

Adilson Finger - Diretor Administrativo e Financeiro
Marcos Adão Krahl - Contador - CRC nº 1-SC-014437/O-1

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

Movimentação / Conta	Capital social	Reservas	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	**46.854.119,00**	**31.229.296,93**	**-**	**78.083.415,93**
Capital social	26.799.662,00	**-**	**-**	26.799.662,00
Reserva legal	-	436.403,82		436.403,82
Reserva para aumento de capital	-	-	7.000.000,00	7.000.000,00
Reserva de subvenções para investimento	-	(26.799.662,00)	-	(26.799.662,00)
Saldo em 31/12/2022	**73.653.781,00**	**4.866.038,75**	**7.000.000,00**	**85.519.819,75**
Capital social	7.000.000,00	**-**	**(7.000.000,00)**	-
Reserva legal	-	-	39.141,59	39.141,59
Reserva lucros a distribuir	-	-	743.690,29	743.690,29
Saldo em 31/12/2023	**80.653.781,00**	**4.866.038,75**	**782.831,88**	**86.302.651,63**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Contábil, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa, e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 6.404/76 em conjunto com os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Conta	2023	2022
Receitas operacionais bruta	**355.084.573,99**	**320.719.988,74**
Deduções e abatimentos	(60.234.786,03)	(52.524.774,29)
Receitas operacionais liquidas	**294.849.787,96**	**268.195.214,45**
Custos operacionais	**245.291.315,38**	**224.810.268,89**
Gastos com pessoal	95.842.868,95	90.814.854,35
Gastos gerais com transporte e frota	43.334.132,60	35.953.268,09
Despesas operacionais	106.114.313,83	98.042.146,45
Lucro bruto	**49.558.472,58**	**43.384.945,56**
Despesas operacionais	**29.754.350,00**	**25.298.677,51**
Despesas administrativas	29.754.350,00	25.298.677,51
Resultado antes das operações financeiras	**19.804.122,58**	**18.086.268,05**
Receita e despesas financeiras	**26.239.878,89**	**11.529.258,37**
Despesas financeiras liquidas	27.446.529,07	12.952.035,24
Receitas financeiras	(1.206.650,18)	(1.422.776,87)
Lucro operacional	**(6.435.756,31)**	**6.557.009,68**
Resultado de outras receitas e despesas	**8.484.945,87**	**3.317.390,97**
Outras receitas operacionais	32.370.831,81	14.438.517,88
Outras despesas operacionais	(23.885.885,94)	(11.121.126,91)
Lucro antes dos impostos	**2.049.189,56**	**9.874.400,65**
Provisão para imposto de renda	918.822,86	833.569,00
Provisão para contribuição social	347.534,82	312.755,35
Lucro líquido do exercício	**782.831,88**	**8.728.076,30**

Reconhecemos a exatidão do presente balanço, com um lucro do exercício de 2023 em R$782.831,88 .

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
Resultado Líquido do Período	782.831,88	8.728.076,30
Resultado Abrangente do Período	**782.831,88**	**8.728.076,30**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Contábil, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa, e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 6.404/76 em conjunto com os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO LÍQUIDO DE CAIXA (DIRETO)

	2023	2022
Das atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes e outros	1.081.926.064,88	1.016.164.399,42
(-) Pagamentos a fornecedores e outros	(891.972.967,16)	(831.034.630,22)
(-) Pagamento a funcionários	(53.201.730,78)	(51.073.508,85)
(-) Recolhimentos ao governo	(92.193.130,27)	(107.918.331,17)
(-) Recolhimento a credores diversos	(15.765.020,11)	(19.933.983,49)
(=) Disponibilidade geradas pelas (aplicadas) atividades operacionais	**28.793.216,56**	**6.203.945,69**
Das atividades de investimento		
(+) Recebimento de venda de imobilizado	11.985.318,05	1.312.357,00
(-) Aquisição de ativo permanente	(7.715.838,45)	(55.971.990,66)
(-)Juros sobre capital proprio	(1.470.000,00)	(840.020,55)
(=) Disponibilidade geradas pelas (aplicadas) atividades de investimentos	**2.799.479,60**	**(55.499.654,21)**
Das atividades de financiamento		
(+) Novos empréstimos	7.742.833,38	69.727.219,25
(-) Amortização de empréstimos	(36.262.531,63)	(30.151.290,94)
(-) Pagamento de dividendos	(893.442,34)	(1.380.217,05)
(=) Disponibilidade geradas pelas (aplicadas) atividades de financimantos	**(29.413.140,59)**	**38.195.711,26**
Aumento / diminuição nas disponibilidades	**2.179.555,57**	**(11.099.997,26)**
Disponibilidades no inicio do período	2.824.817,48	13.924.814,74
Disponibilidades no fim do período	5.004.373,05	2.824.817,48

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Contábil, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa, e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 6.404/76 em conjunto com os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional: LOG20 Logistica S.A., é uma Sociedade Anônima com capital Fechado, cadastrada no CNPJ 13.631.347/0005-08 e tem como principais atividades os seguintes ramos de atuação: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. Carga e descarga, Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo, Organização logística do transporte de carga, Locação de automóveis sem condutor, Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor, Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, Transporte rodoviário de produtos perigosos. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas: Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, está entidade observa aspectos societários da Lei 6.404/76, em conjunto com os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas são inerentes aos exercícios de 01/01/2023 a 31/12/2023 e 01/01/2022 a 31/12/2022 (comparativas), estão sendo apresentadas em Reais (R$). A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional. As demonstrações contábeis do exercício anterior apresentadas para fins de comparação, podem conter algumas reclassificações para melhoria da informação e comparabilidade. Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade de a entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades. A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data dos encerramentos das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

LOG20 Logistica S.A., CNPJ 13.631.347/0005-08, São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **LOG20,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **LOG20** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Através dos procedimentos de auditoria executados, não obtivemos evidências adequadas para alguns grupos, os quais obtiveram modificação de opinião: 1) No grupo de contas "clientes", descrito na Nota Explicativa número 3.1.7, identificamos a conta contábil "clientes a faturar", no montante de R$ 39.410.494,99 (trinta e nove milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos). A referida conta contábil não possui controle financeiro para que pudéssemos aplicar os procedimentos usuais de auditoria; 2) No grupo contas de "clientes", descrito na Nota Explicativa número 3.1.7, identificamos a conta contábil de "perdas", no montante de R$ 3.046.858,42 (três milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos). Contudo, seguindo o critério interno, a soma das operações vencidas a mais de 180 dias totaliza R$ 3.690.384,16 (três milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos), gerando uma insuficiência na base de mensuração e registro de R$ 643.525,75 (seiscentos e quarenta e três mil e quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos); 3) Na conta de "provisão contingências", descrito na Nota Explicativa 3.4.1, identificamos a escrituração de R$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil reais) a título de obrigações com perdas prováveis com ações trabalhistas. Em posse dos relatórios emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia, identificamos o registro de R$ 5.117.935,49 (cinco milhões, cento e dezessete mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos) classificados como perda provável, gerando assim uma insuficiência de R$ 3.347.935,49 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **LOG20**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros Assuntos:** As demonstrações contábeis do exercício de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram submetidas à auditoria independente. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da **LOG20** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar estes fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foram submetidas a nossa apreciação para fins de manifestação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração da **LOG20** é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **LOG20** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 22 de abril de 2024

Linear
Auditores Independentes
CRC/SC nº 4159/O-6

João Carlos Subacz
Contador
CRC/SC nº 18.585/O-2

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Capgemini

Capgemini Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	145.348	95.715
Contas a receber	7	159.600	174.515
Adiantamentos a fornecedores e a funcionários		7.166	3.379
Impostos e contribuições a recuperar	8	26.067	32.443
Despesas antecipadas		2.836	4.743
Outros ativos		1.731	1.715
Total ativo circulante		342.748	312.510
Depósitos judiciais	13	15.271	14.178
Contas a receber	7	64.097	64.097
Outros ativos		152	811
Impostos e contribuições a recuperar	8	9.938	9.518
Despesas antecipadas		1.009	1.926
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	268	–
Total do realizável a longo prazo		90.735	90.530
Imobilizado	9	73.658	87.803
Intangível	10	27.989	28.833
Total do ativo não circulante		192.382	207.166
Total do ativo		535.130	519.676

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		19.712	18.218
Fornecedores – risco sacado		1.505	2.976
Arrendamentos	14	8.639	9.184
Salários e encargos sociais	11	87.681	79.687
Participação nos resultados e prêmios		32.807	37.651
Obrigações tributárias		19.152	19.846
Antecipação de clientes	12	38.308	35.997
Outras obrigações	15	44.211	29.892
Contas a pagar com partes relacionadas	17	1.051	1.297
Total passivo circulante		253.066	234.748
Arrendamentos	14	14.686	20.896
Provisão para contingências	13	116.152	115.227
Outras obrigações	15	420	6.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	217
Total passivo não cirulante		131.258	143.147
Total do passivo		384.324	377.895
Patrimônio líquido			
Capital social	16	1.780.618	1.780.618
Reserva de capital		383.117	383.117
Reserva de reavaliação		61	1.002
Prejuízos acumulados		(2.012.990)	(2.022.956)
Total do patrimônio líquido		150.806	141.781
Total do passivo e do patrimônio líquido		535.130	519.676

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de ágio	Debêntures Perpétuas	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 1º janeiro de 2022	1.780.618	67.117	316.000	1.133	(2.038.811)	126.057
Lucro líquido do exercício		–	–	–	15.724	15.724
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(131)	131	
Total de resultados abrangentes	–	–	–	–	15.855	15.855
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.780.618	67.117	316.000	1.002	(2.022.956)	141.781
Lucro líquido do exercício	–	–	–		9.025	9.025
Realização da reserva de reavaliação				(941)	941	–
Total de resultados abrangentes	–	–	–	–	9.966	9.966
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.780.618	67.117	316.000	61	(2.012.990)	150.806

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	19	972.797	913.846	915.518
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	(710.889)	(666.895)	(667.194)
Lucro bruto		261.908	246.951	248.324
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	20	(203.986)	(209.970)	(209.992)
Outras despesas	21	(34.529)	(18.943)	(19.022)
Outras receitas	21	5.362	8.333	8.225
Resultado de equivalência patrimonial	1	–	742	–
Perda com investimento em controlada	1	–	(3.375)	(3.375)
Lucro operacional		28.755	23.738	24.160
Receitas financeiras	22	21.384	21.677	21.717
Despesas financeiras	22	(31.849)	(29.746)	(30.085)
Resultado financeiro		(10.465)	(8.069)	(8.368)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.290	15.669	15.792
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(9.750)	(13)	(136)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	485	68	68
Lucro líquido do exercício		9.025	15.724	15.724
Lucro (básico/diluído) por quota do exercício – R$		0,0051	0,0007	0,0007

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	9.025	15.724	15.724
Realização da reserva de reavaliação	941	131	131
Resultado abrangente total	9.966	15.855	15.855

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado – nota 1.2)	Consolidado 2022 (Reapresentado – nota 1.2)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos	18.290	15.669	15.792
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	23.934	25.144	25.144
Perda na alienação de bens do ativo imobilizado	6.584	1.118	1.118
Resultado de equivalência patrimonial	–	(742)	–
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	5.910	(1.188)	(1.188)
Provisão para contingências	10.780	22.904	20.036
Perda com investimento em controlada	–	3.375	3.375
Juros de empréstimos	–	928	928
Juros a valor presente – CPC 06 (R2)	1.827	867	867
Atualização monetária sobre provisão para contingências	26.628	23.773	23.998
	93.953	91.848	90.070
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber	9.005	(8.244)	(6.435)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(3.787)	(446)	(446)
Impostos e contribuições a recuperar	5.956	2.727	13.300
Despesas antecipadas	2.824	(458)	(457)
Outros créditos	643	4.139	4.138
Depósitos judiciais	(13.827)	(7.673)	(7.607)
Partes relacionadas – ativo	–	3.500	–
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores	1.494	3.028	1.791
Fornecedores – risco sacado	(1.471)	(2.133)	(2.133)
Salários e encargos sociais	7.994	25.232	25.232
Participação nos resultados e prêmios	(4.844)	(1.560)	(1.560)
Obrigações tributárias	(694)	3.163	2.699
Antecipação de clientes	2.311	15.059	15.055
Outras obrigações	7.932	(26.058)	(26.647)
Partes relacionadas	–	(7.713)	–
Partes relacionadas – passivo (Capgemini)	(246)	(2.878)	(2.878)
Partes relacionadas – Fee (Capgemini)	–	(9.094)	(9.094)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**107.243**	**82.439**	**95.028**
Encargos financeiros pagos sobre mútuos com partes relacionadas	–	(928)	(928)
Contingências pagas	(23.749)	(15.700)	(15.971)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.750)	(13)	(136)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**73.744**	**65.798**	**77.993**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Investimento em controlada	–	(3.746)	–
Baixa do investimento em controlada por incorporação	–	16.035	–
Aquisição de imobilizado	(11.447)	(18.143)	(18.143)
Aquisição de intangível	(691)	(256)	(256)
Disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimentos	**(12.138)**	**(6.110)**	**(18.399)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	–	(12.500)	(12.500)
Pagamentos de arrendamentos	(11.973)	(7.232)	(7.232)
Disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de financiamentos	**(11.973)**	**(19.732)**	**(19.732)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**49.633**	**39.956**	**39.862**
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa			
Em 1 de janeiro	95.715	55.759	55.853
Em 31 de dezembro	145.348	95.715	95.715
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**49.633**	**39.956**	**39.862**

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactam caixa estão apresentadas na nota 25.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Contexto operacional – A Capgemini Brasil Ltda. ("Capgemini" ou "Empresa") é uma sociedade limitada, com sede na Alameda Grajaú, nº 60, andar 14, sala 1401, CEP 06454-050, Barueri, Estado de São Paulo. A Empresa tem como atividades principais o desenvolvimento, implementação, comercialização de sistemas, a prestação de serviços e de assistência técnica a terceiros na área de informática, bem como a industrialização, importação, comercialização, locação, instalação e manutenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados. A Empresa é controlada pela Capgemini SE com sede na França. Durante o exercício de 2022, em busca de maior sinergia em suas operações a Empresa efetuou em 28 de março a aquisição da totalidade da participação na empresa Itélios do Brasil Informática Ltda., empresa pertencente ao Grupo Capgemini SE, e sua consequente incorporação em 29 de abril de 2022. Adicionalmente, em 31 de outubro de 2022 foi aprovada a incorporação da controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda. A AGOE de 29 de abril de 2022 deliberou a incorporação da empresa controlada Itélios do Brasil Informática Ltda. A operação foi aprovada com base em protocolo de incorporação e justificações da administração, no balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2022, cujo acervo líquido, avaliado a valor contábil, totalizou R$ 289. O balanço patrimonial em 31 de março de 2022 incorporado apresentava a seguinte posição resumida:

Ativo	Itélios do Brasil Informática Ltda.
Circulante	290
Caixa e equivalentes de caixa	2
Impostos a recuperar	288
Total do ativo	**290**
Passivo	**Itélios do Brasil Informática Ltda.**
Circulante	1
Outras obrigações	1
Acervo líquido incorporado	**289**

A AGE de 31 de outubro de 2022 deliberou a incorporação da empresa controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda. A operação foi aprovada com base em protocolo de incorporação e justificações da administração, no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2022, cujo acervo líquido, avaliado a valor contábil, totalizou R$ 15.705. O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 incorporado apresentava a seguinte posição resumida:

Ativo	CPM Braxis Tecnologia Ltda.
Circulante	**12.674**
Caixa e equivalentes de caixa	55
Contas a receber	1.741
Impostos a recuperar	10.547
Despesas antecipadas	331
Realizável a Longo Prazo	**6.747**
Depósitos judiciais	68
Outros créditos	1
Contas a receber com partes relacionadas	6.678
Total do ativo	**19.421**
Passivo	**CPM Braxis Tecnologia Ltda.**
Circulante	**767**
Obrigações tributárias	666
Outras obrigações	101
Passivo não Circulante	**2.949**
Provisão para contingências	2.949
Acervo líquido incorporado	**15.705**

A AGE de 28 abril de 2023 deliberou sobre a transformação da Companhia de sociedade anônima para sociedade empresária limitada. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2024. **1.2. Reapresentação de cifras comparativas:** Para fins de melhor apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Empresa efetuou reclassificações nas demonstrações financeiras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais estão descritas e demonstradas a seguir: Os valores referentes à "Contratação de Arrendamentos" foram ajustados, nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados, para a rubrica "Aquisição de Imobilizado" para correção do efeito não caixa. Abaixo, apresentamos os impactos sobre as cifras comparativas:

	Controladora 2022 Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2022 Originalmente apresentado	Ajustes e reclassificações	Consolidado 2022 Reapresentado
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**82.439**		**82.439**	**95.028**		**95.028**
Encargos financeiros pagos sobre mútuos com partes relacionadas	(928)		(928)	(928)		(928)
Contingências pagas	(15.700)		(15.700)	(15.971)		(15.971)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13)		(13)	(136)		(136)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**65.798**		**65.798**	**77.993**		**77.993**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimento em controlada	(3.746)		(3.746)	–		
Baixa do investimento em controlada por incorporação	16.035		16.035	–		
Aquisição de imobilizado	(51.616)	33.473	(18.143)	(51.616)	33.473	(18.143)
Aquisição de intangível	(256)		(256)	(256)		(256)
Disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimentos	**(39.583)**		**(6.110)**	**(51.872)**		**(18.399)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Contratação de arrendamentos	33.473	(33.473)	–	33.473	(33.473)	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	(12.500)		(12.500)	(12.500)		(12.500)
Pagamentos de arrendamentos	(7.232)		(7.232)	(7.232)		(7.232)
Disponibilidades líquidas (utilizadas) geradas nas atividades de financiamentos	**13.741**		**(19.732)**	**13.741**		**(19.732)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**39.956**		**39.956**	**39.862**		**39.862**
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa						
Em 1 de janeiro	55.759		55.759	55.853		55.853
Em 31 de dezembro	95.715		95.715	95.715		95.715
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**39.956**		**39.956**	**39.862**		**39.862**

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. ***a. Demonstrações financeiras consolidadas:*** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. ***b. Demonstrações financeiras individuais:*** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.1. Consolidação:** A Empresa consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: ***Controladas:*** Controladas são todas as entidades nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Empresa usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Empresa. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Empresa de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo Capgemini são eliminados. Ganhos ou prejuízos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa. A demonstração de resultado consolidada de 2022 incluem as seguintes empresas:

Empresa	Percentual de Participação %	Período de Consolidado
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	100	9 meses
Itélios do Brasil Informática Ltda	100	1 mês

2.2. Conversão de moeda estrangeira: *a. Moeda funcional e moeda de apresentação:* Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). ***b. Transações e saldos em moeda estrangeira:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os ganhos e perdas cambiais atrelados a operações de derivativos de proteção de risco cambial, são apresentados na demonstração do resultado como "custos ou despesas operacionais líquidas". **2.3. Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos e Passivos financeiros: *Instrumentos financeiros ativos:*** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:* Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. *(iii) Classificação:* A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Empresa decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Empresa considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Empresa é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Empresa classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, quando aplicável: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e • Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Empresa ter feito, ou não, a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Empresa reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. *(iv) Mensuração:* No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. *(v) Redução do valor recuperável:* A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. *(vi) Instrumentos de dívida:* A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Empresa para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Empresa classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: .Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. .Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. .Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. *(vii) Instrumentos patrimoniais:* A Empresa subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Empresa escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas)

continua ...

... continuação

Capgemini Brasil Ltda.

em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. *(viii) Compensação de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. *(ix) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. Apesar de a Empresa contratar instrumentos derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa câmbio, a Empresa não adota *hedge accounting*. *(x) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:* As variações no valor justo dos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge* de qualquer um desses instrumentos derivativos e são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em " Custos e Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, decrescidas da perda estimada. **2.6. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Caso contrário, são apresentados no ativo não circulante. **2.7. Ativos intangíveis:** ***a. Ágio:*** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. ***b. Softwares:*** As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Construções e edificações	50
Instalações	15
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos operacionais	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5
Equipamentos de TI	4 a 10
Outros	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício e os valores são ajustados de forma prospectiva. A administração considera que não existiram fatos significativos em 2023 e 2022 que puderam gerar uma mudança nas vidas úteis dos ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais, na demonstração do resultado. **2.9. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **2.10. Fornecedores e operações de risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A Empresa oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (reverse finance operation) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Empresa paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Empresa com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo. **2.11. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (a) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Administração, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.13. Benefícios a empregados:** ***Participação nos lucros:*** A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos quotistas da Empresa após certos ajustes. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.14. Capital social:** As quotas do capital social em valor nominal são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Reconhecimento de receita:** A Empresa reconhece receitas à medida em que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Empresa como prestadora de serviços de informática identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma contábil. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Empresa atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)
Venda de produtos	Os clientes obtêm controle dos bens quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido . Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas Mercadorias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Venda de software	Os clientes obtêm controle dos bens quando são disponibilizados através de chave de acesso. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido Alguns contratos permitem ao cliente devolver as licenças, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As licenças devolvidas são trocadas somente por novas licenças.	A receita é reconhecida quando a chave de acesso é disponibilizada para o cliente, de forma a atender a obrigação de desempenho. Para contratos que permitem ao cliente devolver as licenças, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Serviços de desenvolvimento de sistemas e de consultoria	Os clientes homologam os devidos projetos de acordo com cada fase concluída. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida de acordo com a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente. O reconhecimento é revisado periodicamente junto ao cliente para que não haja riscos ou erro no reconhecimento da receita. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contratos.
Serviços de manutenção de equipamentos	Tem como base contratos de manutenção de equipamentos de informática de longo prazo. A nossa responsabilidade se encerra no término do contrato, por isso o reconhecimento é mensal. São contratos baseados em valores fixos mensais e com condições de cobertura prefixadas. As faturas são emitidas mensalmente. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida quando cumprimos todas as nossas obrigações de desempenho. E, havendo, eventual risco, o mesmo é provisionado.

Devido à diversidade das categorias de nossos produtos, há vários eventos que geram o reconhecimento da receita, conforme abaixo demais categorias não citadas na tabela acima: **Receitas financeiras** – representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, impostos a recuperar, descontos obtidos junto a fornecedores, juros por atraso de clientes e outros. **2.16. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas. Remensurações do passivo de arrendamento. A Empresa avaliou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução do valor recuperável e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. O ativo de direito de uso está sendo apresentado junto ao ativo imobilizado, conforme nota 9. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Empresa não apresenta contratos de arrendamentos em que atue como arrendador. Maiores detalhes sobre os arrendamentos estão apresentados na Nota 14. **2.17. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da **Empresa**: . **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. . **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. . **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos: financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 23** – **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os valores provisionados de Imposto de Renda e Contribuição Social são reconhecidos por estimativa mensal/balancete de suspensão. Há muitas transações e cálculos para os quais a determinação final de imposto é incerta, desse modo, o ajuste anual tem a finalidade de corrigir o saldo de acordo com o resultado final apurado pela Empresa. Para determinar o valor de ativos de imposto diferidos a serem reconhecidos para os quais é provável que o lucro tributável futuro seja compensado, a Empresa adota as alíquotas aplicadas aos prejuízos fiscais não utilizados e bases negativas, além de diferenças temporárias dedutíveis. A compensação de prejuízos fiscais no Brasil não prescreve, mas seu uso é limitado em cada ano fiscal a um máximo de 30% do lucro tributável anual. Ao determinar o valor de ativos de imposto diferido a serem reconhecidos, a Empresa considerou, entre outros, os seguintes fatores: (i) as razões subjacentes para ter incorrido em prejuízos fiscais e as medidas tomadas após as perdas serem sofridas para mitigar essas razões, inclusive a reestruturação de atividades e alterações em procedimentos e políticas; (ii) os mais recentes resultados tributáveis observados; (iii) a reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes; e (iv) expectativa sobre lucro tributável futuro com base nos planos estratégicos. **Nota 19 - Receitas:** A Empresa reconhece receitas à medida em que as obrigações de desempenho são satisfeitas. A Empresa como prestadora de serviços de informática identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma contábil. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Empresa atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Há necessidade de controle permanente e revisão mensal do reconhecimento de receita para garantir que o mesmo está em conformidade com o contrato e que o cliente esteja de acordo para que haja o faturamento e recebimento dos serviços prestados. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 7** – Provisão para perdas estimadas: mensuração de perda de crédito esperada: **Nota 13** – Provisão para contingências: reconhecimento e mensuração desta provisão, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Notas 2.7 e 2.9** – Impairment de ágio: alteração no cenário econômico e premissas envolvidas. **Nota 2.4** – Mensuração de instrumentos financeiros: mensuração de perda esperada. **4. Gestão de risco financeiro** – **4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda), risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A Empresa usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Empresa, que identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. ***a. Risco de mercado:*** *(i) Risco cambial:* A Empresa atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao euro e dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. O risco cambial à moeda funcional é administrado de forma corporativa. A Empresa cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Empresa. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Embora a Empresa possa fazer uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). Nesse caso, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuia passivos denominados em moeda estrangeira equivalentes a R$ 1.051 (2022 – R$ 1.297), existindo instrumento para proteger parte da exposição nessas datas. ***b. Análise de sensibilidade de câmbio:*** A Empresa possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2023, conforme mencionado anteriormente e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa (dólar) de R$ 4,84 para cenário possível, a taxa utilizada foi R$ 6,05 considerando alta de 25%, e para o cenário remoto, taxa de R$ 7,26 considerando uma alta de 50%.Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

		2023	
Risco de câmbio	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Cenários e níveis de preço (dólar)	4,84	6,05	7,26
Contas a receber	14.966	18.708	22.449
Fornecedor	–	–	–
Partes relacionadas	(1.051)	(1.314)	(1.577)
Total	13.915	17.394	20.872
Efeito Líquido Total	–	3.479	6.957

		2022	
Risco de câmbio	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Cenários e níveis de preço (dólar)	5,22	6,53	7,83
Contas a receber	14.385	17.981	21.578
Fornecedor	–	–	–
Partes relacionadas	(1.297)	(1.621)	(1.946)
Total	13.088	16.360	19.632
Efeito Líquido Total	–	3.272	6.544

Uma valorização do Real contra as moedas acima, em 31 de dezembro de 2023, teria o mesmo efeito, porém com o resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. ***c. Risco de crédito:*** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, principalmente no que se refere a contas a receber em aberto. A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são

continua ...

... continuação

Capgemini Brasil Ltda.

procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, bem como a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência, além dos montantes já contabilizados. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e bancos	145.348	95.715
Contas a receber	223.697	238.612
Outros créditos	1.883	2.526
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	–	–
Total	370.928	336.853

(i) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2023. A Empresa analisou seu histórico de perda para seus clientes por categoria (privado e publico) e avaliou a expectativa de perda futura para seus clientes atuais, considerando sua experiência e análise de crédito, com isso determinando a expectativa de perda esperada. ***d. Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Empresa e agregada pela Diretoria de Finanças, em específico o departamento de Tesouraria que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Saldo contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	21.217	21.217	–	–
Partes relacionadas	1.051	1.051	–	–
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	21.194	21.194	–	–
Partes relacionadas	1.297	1.297	–	–

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo arrendamentos financeiros e obrigação de repasse de cessão de crédito, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim sumariados:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	145.348	95.715
Menos arrendamentos (Nota 15)	(23.325)	(30.080)
Caixa líquido	122.023	65.635
Total do patrimônio líquido	150.806	141.780
Índice de alavancagem financeira – %	80,91	46,29

5. Estimativa do valor justo – Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), está próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão identificados a seguir:

	2023		2022	
Ativo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	145.348	145.348	95.715	95.715
Contas a receber	223.697	223.697	238.612	238.612
Outros créditos	1.883	1.883	2.526	2.526
	370.928	**370.928**	**336.853**	**336.853**
Passivo				
Fornecedores	21.217	21.217	21.194	21.194
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	1.051	1.051	1.297	1.297
Outras obrigações	44.631	44.631	36.699	36.699
	66.899	**66.899**	**59.190**	**59.190**

5.1. Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG (nível 1). Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo (nível 3). **5.2. Instrumentos financeiros por categoria:** A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Empresa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Ativos financeiros a custo amortizado
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	
31 de dezembro de 2023	
Contas a receber de clientes	223.697
Caixa e equivalentes de caixa	145.348
	369.045

	Ativos financeiros a custo amortizado
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	
31 de dezembro de 2022	
Contas a receber de clientes	238.612
Caixa e equivalentes de caixa	95.715
	334.327

	Valor justo instrumento de hedge	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	–	(21.217)	(21.217)
Partes relacionadas	–	(1.051)	(1.051)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Valor justo instrumento de hedge	(15)	–	(15)
	(15)	(22.268)	(22.283)
31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	–	(21.194)	(21.194)
Partes relacionadas	–	(1.297)	(1.297)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Valor justo instrumento de hedge	(10)	–	(10)
	(10)	(22.491)	(22.501)

Os instrumentos derivativos contratados pela Empresa têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2023, havia operações de derivativos em aberto. As perdas e os ganhos com as operações de *hedge* são reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado em "Resultado Operacional", considerando o seu valor justo (mercado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa registrou uma perda com instrumentos financeiros de *hedge*, de R$ 509 (31 de dezembro 2022 – perda de R$ 515).

6. Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	274	576
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	145.074	95.139
	145.348	95.715

A Empresa possui aplicação financeira em CDB com taxa de remuneração entre 102,25% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e demais aplicações financeiras com resgate diário e taxa de remuneração em 65% e 85% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023.

7. Contas a receber	2023	2022
Setor público	7.398	8.596
Setor privado	82.842	73.017
Mercado externo	1.329	1.338
Mercado externo – Partes relacionadas (nota 17)	13.637	13.047
Receitas apropriadas a faturar (*)	60.437	78.650
Contas a receber	165.643	174.648
Perda estimada	(6.043)	(133)
Total circulante	159.600	174.515

	2023	2022
Contas a receber		
Setor Público – Caixa	84.934	84.934
Receitas apropriadas a faturar	13.803	13.803
Contas a receber (**)	98.737	98.737
Perda estimada	(34.640)	(34.640)
Total não circulante	64.097	64.097

(*) Referem-se às receitas de prestação de serviços, apropriadas contabilmente, mas ainda não faturadas. Para os contratos de longo prazo, a receita é apropriada mediante a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme o escopo contratado pelo cliente. O faturamento ocorre mediante a conclusão de fases pré-acordadas e ao final do projeto, por ocasião de sua homologação junto ao cliente. (**) Com relação aos títulos em aberto da Caixa indicamos que os mesmos dependem de um processo de arbitragem, que atualmente encontra-se em fase pericial, sendo esperada a finalização de tal fase nos próximos meses para inicio de eventuais audiências para produção adicional de provas, não havendo nesse momento, nenhum fato novo que altere a atual situação tanto do processo, quanto das provisões existentes e de nossa avaliação da recuperabilidade dos referidos títulos.

Aproximadamente 90% do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2023 refere-se a transações denominadas em reais (90% em 31 de dezembro de 2022). O contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento em 31 de dezembro:

	2023	2022
Títulos a vencer	87.363	87.638
Títulos vencidos até 30 dias	7.181	6.468
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	1.128	714
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	897	592
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	–	449
Títulos vencidos acima de 121 dias (*)	93.571	85.072
	190.140	180.933

(*) Refere-se, principalmente, a títulos em aberto com a Caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui um saldo contabilizado em relação a perdas esperadas no montante de R$ 40.683 (31 de dezembro de 2022 – R$ 34.773), trata-se de títulos pontuais, vencidos a longa data, dos quais a Empresa entende serem passíveis de perda. Para os demais títulos vencidos e ainda não pagos, conforme análise realizada pela a administração, não há expectativa de perdas. Adicionalmente a Empresa efetuou uma análise de perdas históricas e esperadas em linha com o CPC 48, e identificou os seguintes percentuais de perdas esperadas em seu Contas a receber:

Tipo de cliente	Perda últimos 5 anos	Receita últimos 5 anos	%
Privado	4.762	3.964.061	0,12%
Público	17.493	984.362	1,78%

Abaixo, a movimentação de perdas estimadas:

Saldo de provisão para perdas estimadas em 31 de dezembro de 2021	(35.961)
Adições	(158)
Reversão para perda	1.346
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31 de dezembro de 2022	(34.773)
Adições	(6.132)
Reversão para perda	50
Reversão por recebimento	172
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31 de dezembro de 2023	(40.683)

8. Impostos e contribuições a recuperar	2023	2022
Ativo circulante		
IRRF sobre serviços e aplicações financeiras	17.983	21.708
Contribuição social retido sobre faturamento	6.856	8.273
Pis e Cofins retidos sobre faturamento	201	393
Antecipação do IRPJ e da CSLL	888	2.057
INSS a recuperar	5	5
ISS a recuperar	134	–
PIS e Cofins a recuperar	–	7
Total circulante	26.067	32.443
Não circulante		
ISSQN – sentença judicial transitada em julgado (i)	9.938	9.518
Total não circulante	9.938	9.518
	36.005	41.961

(i) No ano de 2009, a Empresa obteve sentença de mérito favorável à não incidência do ISSQN sobre a locação de equipamentos. Em 2022, na fase de liquidação de sentença, o MRJ opôs embargos de declaração que foram improvidos, com decisão transitada em julgado. Desta forma, a Empresa reconheceu em 2022 a diferença de valores (principal e juros) e revertendo a provisão por não haver mais risco de realização deste ativo. A atualização monetária registrada em 2023 foi de R$ 438 mil, a previsão dada pelo MRJ é que o pagamento deverá ser realizado em dezembro de 2024.

9. Imobilizado

	Construções e edificações	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos operacionais (*)	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de TI	Direito de uso	Imobilizado total
Saldo 31 de dezembro de 2021	26.534	4.896	700	–	241	25.434	2.668	60.473
Custo total	32.214	5.168	1.015	36	1.881	60.516	5.287	106.117
Depreciação acumulada	(5.680)	(272)	(315)	(36)	(1.640)	(35.082)	(2.619)	(45.644)
Valor residual Dezembro 2021	26.534	4.896	700	–	241	25.434	2.668	60.473
Aquisição	–	30	406	–	3.490	14.217	33.473	51.616
Baixa	(1.045)	(4)	(6)	–	–	(63)	–	(1.118)
Depreciação	(389)	(341)	(84)	–	(105)	(15.017)	(7.232)	(23.168)
Saldo 31 de dezembro de 2022	25.100	4.581	1.016	–	3.626	24.571	28.909	87.803
Custo total	30.365	5.194	1.322	–	5.371	72.310	36.139	150.701
Depreciação acumulada	(5.265)	(613)	(306)	–	(1.745)	(47.739)	(7.230)	(62.898)
Valor residual Dezembro 2022	25.100	4.581	1.016	–	3.626	24.571	28.909	87.803
Aquisição	–	463	1.035	–	3.779	6.170	3.391	14.838
Baixa	(6.387)	(54)	328	–	(365)	(106)	–	(6.584)
Depreciação	(389)	(586)	(456)	–	(1.045)	(11.593)	(8.330)	(22.399)
Saldo 31 de dezembro de 2023	18.324	4.404	1.923	–	5.995	19.042	23.970	73.658
Custo total	20.198	5.307	2.239	–	7.004	73.733	33.925	142.406
Depreciação acumulada	(1.874)	(903)	(316)	–	(1.009)	(54.691)	(9.955)	(68.748)
Valor residual Dezembro 2023	18.324	4.404	1.923	–	5.995	19.042	23.970	73.658

(*) Correspondem a ativos utilizados em projetos e que ficam alocados nas dependências dos clientes da Empesa.

10. Intangível	Ágio (i)	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2021	25.729	4.823	30.552
Custo total	25.729	34.316	60.045
Amortização acumulada	–	(29.493)	(29.493)
Valor residual	25.729	4.823	30.552
Aquisição	–	256	256
Amortização	–	(1.976)	(1.976)
Em 31 de dezembro de 2022	25.729	3.103	28.832
Custo total	25.729	55.281	81.010
Amortização acumulada	–	(52.178)	(52.178)
Valor residual	25.729	3.103	28.832
Aquisição	–	691	691
Amortização	–	(1.534)	(1.534)
Em 31 de dezembro de 2023	25.729	2.260	27.989
Custo total	25.729	54.631	80.360
Amortização acumulada	–	(52.371)	(52.371)
Valor residual	25.729	2.260	27.989

(i) Refere-se a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas nos exercícios de 2007, 2009 e 2010, que foram posteriormente incorporadas pela Capgemini Brasil Ltda. **Testes do ágio para verificação de impairment:** A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A Empresa utilizou a taxa de crescimento perpétua de 4,7%. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes. A Empresa utilizou a taxa de desconto de 11,7%. O ágio é alocado a uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para a Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. A Empresa anualmente faz o teste de *impairment* em cumprimento do CPC 01 para o ágio não identificando necessidade de impairment.

11. Salários e encargos sociais	2023	2022
Provisão de férias	62.344	54.278
Salários a pagar	139	202
Encargos sociais a pagar	22.300	18.671
Outros	2.898	6.536
	87.681	79.687

12. Antecipação de clientes	2023	2022
Antecipação de clientes (*)	38.308	35.997
	38.308	35.997

(*) Tratam-se de valores recebidos de forma antecipada de clientes, que serão objeto de prestação de serviços nos próximos meses/ períodos.

13. Provisão para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2023	2022	2023	2022
Contingências trabalhistas e previdenciárias	56.901	48.573	147.878	140.264
Contingências fiscais e tributárias	76.666	71.169	75.990	70.568
Reclamações cíveis	100	98	10.680	10.057
	133.667	119.840	234.548	220.889
Compensação com depósitos judiciais			(118.396)	(105.662)
	15.271	14.178	116.152	115.227

A movimentação da provisão para contingências, antes das compensações com os correspondentes depósitos judiciais, está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	189.912
Adições (*)	41.579
Baixa por pagamento	(15.700)
Baixa por reversão (**)	(18.675)
Atualizações monetárias	23.773
Em 31 de dezembro de 2022	220.889
Adições (*)	27.793
Baixa por pagamento	(23.749)
Baixa por reversão (**)	(17.013)
Atualizações monetárias	26.628
Em 31 de dezembro de 2023	234.548

(*) As adições correspondem principalmente a novos processos e alterações na probabilidade da perda dos processos. (**) As baixas correspondem principalmente com ganhos de causas e alterações na probabilidade da perda dos processos.

A Empresa é parte envolvida em diversos processos na esfera administrativa e judicial e consequentemente poderá assumir contingências decorrentes dessas operações. Por ser uma Empresa de prestação de serviços de tecnologia de informação e, portanto, depender de capital humano, a Empresa está sujeita a contingências decorrentes da sua estrutura de remuneração. A Administração mantém um critério uniforme para a quantificação das contingências prováveis relacionadas às questões trabalhistas, baseado nos questionamentos recebidos, o qual leva em consideração, dentre outros aspectos, a natureza, o valor e o histórico de perdas nos processos. Os processos trabalhistas referem-se em sua maioria a ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, visando obter indenizações, principalmente relacionados a vínculo empregatício, equiparação salarial e pagamento de horas extras. Os riscos trabalhistas são provisionados com base nas ações em curso levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações e a melhor estimativa da administração sobre o desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Os advogados externos contratados classificam os processos em andamento conforme as probabilidades de perda (provável, possível e remota), sendo efetuada provisão integral para as perdas eventuais decorrentes de todos os processos com probabilidade de perda provável. Com base no descrito anteriormente, a administração da Empresa constituiu provisões consideradas suficientes para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho desfavorável em processos fiscais, trabalhistas e outros em andamento. **a. Perdas possíveis:** A Empresa têm ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus advogados, para as quais não há provisão constituída, conforme a composição a seguir:

	2023	2022
Trabalhistas (*)	36.030	81.336
Fiscais e tributárias	41.073	33.924
Civeis	16.074	7.884
	93.177	123.144

(*) A redução é devida a alteração da probabilidade de risco nos processos durante o exercício de 2023. **b. Responsabilidade dos acionistas anteriores:** Processos administrativos e judiciais, cujos fatos gerados sejam anteriores a outubro de 2010 são de responsabilidade dos acionistas da Empresa anteriores à entrada da Capgemini Latin America enquanto acionista (agora quotista), consoante acordo entre as partes, desta forma, eventuais perdas nesses processos não representam encargos para a Empresa e serão assumidos integralmente por esses acionistas. Com relação aos processos cuja responsabilidade são dos acionistas anteriores da Empresa, em 28 de agosto de 2015 foi registrado o depósito judicial no montante de R$ 43.659 pago integralmente pelo antigo acionista. O processo refere-se ao auto fiscal lavrado em 2003 referente ao ano calendário 1999 (IRPJ, PIS e Cofins). A Empresa registrou o ativo e o passivo contingente simultaneamente e o mesmo é atualizado mensalmente, os quais estão apresentados no passivo pelo seu valor líquido dos depósitos judiciais. O registro da contingência e de depósito judicial está demonstrado no quadro acima na linha de "Contingências fiscais e tributárias". Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado deste processo é de R$ 74.370 (R$ 68.982 em dezembro 2022). **c. Processos abertos no Tribunal de Contas da União (TCU):** Há em trâmite no TCU um processo que envolve indiretamente a Capgemini Brasil Ltda. Este processo destina-se à análise pontual dos termos do contrato firmado entre Caixa e Capgemini Brasil para a implementação de um ERP. Foram solicitadas informações sobre o contrato de ERP firmado com a Capgemini Brasil, bem como deferida medida cautelar para autorizar a retenção de valores contratuais devidos pela Caixa até que o mérito do caso seja julgado. Houve a instauração de Tomada de Contas Especial em que ficou demonstrado que não houve qualquer ilicitude pela Capgemini. Houve uma primeira decisão do processo em que 05 de dezembro de 2023, por meio do Acórdão nº 11448/2023, que manteve a glosa do saldo contratual devido à Capgemini, as partes irão apresentar seus respectivos recursos e vale lembrar que o TCU não é o agente cobrador e a decisão cabe recurso. **14. Arrendamentos** – **(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2023	2022
Ativos de direito de uso		
Imóveis	14.230	21.352
Veículos	9.740	7.557
	23.970	28.909
Passivos de arrendamentos		
Circulante	8.639	9.184
Não circulante	14.686	20.896
	23.325	30.080

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2023	2022
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação – Nota 9)		
Imóveis	4.953	4.353
Veículos	3.377	2.879
	8.330	7.232
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras – Nota 22)	(1.827)	(867)

A movimentação dos saldos de arrendamentos está apresentada abaixo:

Direito de uso	
Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2022	28.909
Novos contratos de leasing	3.391
Depreciação	(8.330)
Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2023	23.970
Leasing a pagar (passivo de arrendamento)	
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	30.080
Novos contratos de leasing	3.391
Juros	1.827
Pagamento	(11.973)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023	23.325
Direito de uso	
Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2021	2.668
Novos contratos de leasing	33.473
Depreciação	(7.232)
Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2022	28.909
Leasing a pagar (passivo de arrendamento)	
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	2.972
Novos contratos de leasing	33.473
Juros	867
Pagamento	(7.232)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	30.080

15. Outras obrigações

Circulante	2023	2022
Benefícios (seguro de vida, assistência médica, odontológica, vale-refeição)	13.883	9.418
Apropriação de custos (principalmente suporte técnico HW e SW) (i)	14.789	9.801
Gastos gerais, estrutura e viagens	2.035	1.951
Gastos com consultoria (serviços de consultoria, advogados, auditoria) (ii)	12.497	7.883
Gastos com reestruturação	–	357
Outros (principalmente, repactuação de contratos, provisões e impostos sobre serviços importados)	1.007	482
	44.211	29.892

(i) O aumento é referente, principalmente, a custos de projetos ocorridos no último trimestre de 2023. (ii) O aumento é referente, principalmente, a serviços contratatos e realizados durante 2023 em que as notas fiscais deram entrada em 2024.

Não Circulante	2023	2022
Outros (i)	420	6.807
	420	6.807

(i) A Empresa em 2006 registrou uma operação de permuta de imóveis com antigo acionista devido ao auto fiscal mencionado na 13.b. Este mesmo valor está registrado no passivo não circulante. Este processo já se encontra em fase de finalização. **16. Patrimônio líquido** – **a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social no valor de R$ 1.780.618, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, está dividido em 1.780.617.942 (um bilhão, setecentos e oitenta milhões, seiscentas e dezessete mil, novecentos e quarenta e duas) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma totalmente detidas pela única sócia Capgemini Latin America S.A.S. A AGE de 28 abril de 2023 deliberou sobre a transformação da Companhia de sociedade anônima para sociedade empresária limitada. **b. Destinação do lucro líquido:** O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) o saldo remanescente, se necessário, será utilizado para a constituição da reserva para contingências; (c) do saldo remanescente, após as alocações mencionadas nos itens (a) e (b) acima, 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos como dividendos obrigatórios à(s) sócia(s) ; e (d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela(s) acionista(s), observadas as disposições deste Contrato Social. A participação dos administradores nos lucros da Sociedade, quando atribuída, não excederá o valor total da remuneração anual dos administradores, nem 10% (dez por cento) do lucro ajustado do exercício**. c. Reserva de capital:** O saldo de reserva de capital no montante de R$ 383.117 é composto por:

Movimento de incorporações	67.117
Emissão de debêntures com participação nos lucros	316.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	383.117

d. Reserva de reavaliação: O saldo remanescente em 2023 refere-se a transação de transferência de bens para antigos acionistas que se encontra em fase de finalização e que não gera impacto para Empresa. **17. Transações com partes relacionadas** – **a.Transações e saldos:** As transações com partes relacionadas são realizadas a condições usuais de mercado.

	2023		2022	
	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Contas a receber				
Grupo Econômico Capgemini (iii)	13.671	66.593	13.154	71.368
Total contas a receber circulante	13.671	66.593	13.154	71.368
Outros Créditos a Receber				
Itelios do Brasil Informática Ltda. (ii)	–	–	–	103
CPM Braxis Tecnologia Ltda. (iv)	–	–	–	159
Total outros créditos a receber	–	–	–	262
Partes relacionadas – passivo				
Capgemini BPO (i)	–	–	–	(928)
	–	–	–	(928)
Grupo Econômico Capgemini (v)	(1.051)	–	(1.297)	–
Total circulante	(1.051)	–	(1.297)	(928)

(i) O saldo de 2018 foi renovado para 2019, e foi assinado no dia 15 de julho de 2019 novo contrato de mútuo no montante de R$ 3.000 com taxa de juros de 100% do CDI mais 1,7% do período, totalizando um passivo de R$ 12.500. Em 1 de outubro de 2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data para 30 de Setembro de 2021, e em 1 de Outubro de 2021, foi assinado um aditivo, prorrogando a data para 30 de Setembro de 2022. O total de juros contabilizado em 2022

continua ...

Publicidade Legal

... continuação

Capgemini Brasil Ltda.

foi de R$ 928. Este contrato foi liquidado em julho de 2022. (ii) Foi assinado em 30 de julho de 2020 contrato de mútuo com a Itelios no valor de R$ 2.700 em que a Capgemini Brasil S/A é a mutuante, com taxa de juros 100% do CDI mais 1,7% do período, no qual houve um complemento em 30 de Julho de 2021 no valor de R$ 600, em 30 de Setembro de 2021 no valor de R$ 500 e 29 de Outubro de 2021 no valor de R$ 400 totalizando o valor de R$ 4.200, porém houve uma liquidação parcial em dezembro de 2021 no montante de R$ 700 totalizando o saldo final de R$ 3.500 com vencimento em 29 de Outubro de 2022. O total de juros contabilizado em 2021 foi de R$ 212. O total de juros contabilizados em 2022 foi de R$ 103 . Esse contrato foi utilizado para a aquisição da empresa Itélios do Brasil Informática Ltda. em 28 de março de 2022. (iii) Referem-se ao contrato de serviço de desenvolvimento em informática, serviço de consultoria em informática. (iv) Refere-se a contrato de convênio de rateio de despesas entre Capgemini Brasil e sua controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda. (v) Refere-se a serviços contratados de desenvolvimento, consultoria, licenças com empresas do Grupo Capgemini. **18. Remuneração do pessoal-chave da administração** – O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e a remuneração paga pelos serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Salários e encargos sociais	11.301	17.620
Participação nos lucros	1.524	712
	12.825	18.332

19. Receita líquida de vendas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Venda de produtos	–	–	68
Venda de licenças	126	1.094	1.644
Venda de serviços	1.084.049	1.015.610	1.018.132
	1.084.175	1.016.704	1.019.844
Impostos e deduções sobre vendas e serviços	(111.378)	(102.858)	(104.326)
Receita líquida de vendas e serviços	972.797	913.846	915.518

20. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Controladora	
	Despesas administrativas e gerais		Custos dos serviços vendidos	
	2023	2022	2023	2022
Custos dos produtos e licenças de software vendidos	–	–	(51)	(262)
Gastos com pessoal	(104.302)	(119.338)	(648.347)	(600.533)
Serviços de assessoria e consultoria	(58.513)	(54.180)	(38.458)	(46.966)
Marketing	(4.115)	(4.694)	(151)	(236)
Viagens e representações	(1.685)	–	(2.053)	(738)
Veículos	(258)	–	(217)	(438)
Gerais e administrativas	(4.900)	(2.727)	(2.906)	(2.584)
Estrutura (inclui também custo de manutenção)	(10.384)	(11.047)	(14.612)	(7.985)
Depreciações e amortizações	(19.829)	(17.984)	(4.094)	(7.153)
	(203.986)	(209.970)	(710.889)	(666.895)

	Consolidado	
	Despesas administrativas e gerais	Custos dos produtos e serviços vendidos
	2022	2022
Custos dos produtos e licenças de software vendidos	–	(262)
Gastos com pessoal	(119.338)	(600.533)
Serviços de assessoria e consultoria	(54.201)	(47.267)
Marketing	(4.694)	(236)
Viagens e representações	–	(738)
Veículos	–	(438)
Gerais e administrativas	(2.728)	(2.584)
Estrutura	(11.047)	(7.985)
Depreciações e amortizações	(17.984)	(7.152)
	(209.992)	(667.194)

21. Outras (despesas) receitas

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Outras receitas			
Ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	214	78	78
Convênio de rateios de despesas – nota 18	–	159	–
Outras	5.148	8.096	8.147
Total de outras receitas	5.362	8.333	8.225
Outras despesas			
Constituição de provisões (i)	(31.171)	(15.526)	(15.332)
Perdas com ativos não recuperáveis (iii)	(50)	(1.386)	(1.659)
Gastos com reestruturação (ii)	(3.308)	(2.031)	(2.031)
Total de outras despesas	(34.529)	(18.943)	(19.022)

(i) O movimento de provisão refere-se, principalmente, a constituição e reversões de provisão de contingências trabalhistas devido a alteração de probabilidade de perda e/ou êxito nos processos anteriormente provisionados, e constituição e reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa. (ii) O aumento em 2023 refere-se, principalmente, a gastos com desligamentos. (iii) Refere-se a baixa do contas a receber após término as negociações.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Receita financeira			
Receita financeira com atualizações e outros	11.535	15.659	15.069
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	9.849	6.018	6.018
Total da receita financeira	21.384	21.677	21.717
Despesa financeira			
Empréstimos com partes relacionadas	–	(928)	(964)
Despesa financeira com atualizações e outros (i)	(27.227)	(25.453)	(25.626)
Variação monetária – arrendamentos	(1.827)	(867)	(867)
Encargos financeiros e despesas bancárias	(2.795)	(2.498)	(2.628)
Total da despesa financeira	(31.849)	(29.746)	(30.085)
Resultado financeiro líquido	(10.465)	(8.069)	(8.368)

(i) Refere-se, principalmente, a atualização monetária de contingências trabalhistas, tributárias, previdenciárias e cíveis. **23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – a. Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social corrente**

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.290	15.669	15.792
Crédito tributário do imposto de renda e ontribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(6.219)	(5.328)	(5.369)
Efeito de resultado de equivalência patrimonial	–	252	–
Efeito das adições permanentes relativas a despesas consideradas indedutíveis	1.376	5.913	6.000
Créditos tributários não constituídos – adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(9.370)	(837)	(801)
Outros valores	23	(13)	(13)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores	4.264	–	60
Utilização incentivo fiscal – PAT	176		–
(Constituição) reversão de IR e CSL diferidos passivos	–	–	(123)
Reversão passivo fiscal diferido	485	68	68
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(9.265)	55	(55)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	2023	2022
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado de 2024 a 2029	11.531	11.531
	11.531	11.531
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após de 12 meses	(11.263)	(11.748)
	(11.263)	(11.748)
	268	(217)

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	2023	2022
Imposto de renda diferido sobre ágio	8.867	8.867
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado	2.664	2.664
	11.531	11.531

c. Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, sem prazos de prescrição e não registrados contabilmente, nos montantes acumulados de aproximadamente R$ 1.750.473 e R$ 1.860.325 (31 de dezembro de 2022 – R$ 1.763.540 e R$ 1.872.867), respectivamente, para compensação com lucros tributáveis futuros limitada anualmente a 30% do lucro apurado. Utilizando-se as vigentes alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, esse benefício totalizaria cerca de R$ 605.048, que será registrado contabilmente quando a Empresa atender a premissa requerida para tal registro. **24. Benefícios a empregados** – A Capgemini Brasil Ltda. é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela Empresa, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo patrimônio do fundo correspondente. Os gastos incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R$ 3.059 (2022 – R$ 2.712). A Empresa não oferece benefícios pós-emprego para seus funcionários. **25. Transações que não afetam o caixa** – Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa:

	2023	2022
Novas contatações de arrendamentos de imóveis e veículos	3.391	33.473

Adriano Duarte Contrera
Presidente

João Leonardo da Silva Gomes Figueira
Vice-Presidente Financeiro

Denis Ronam Genter Junqueira
Diretor Financeiro

Deise Regina Gallo da Silva
Gerente Contábil e Fiscal – CRC 1SP 183017/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e aos Quotistas
Capgemini Brasil Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Capgemini Brasil Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador
CRC 1SP 168.728/O-4

EBPARK Empresarial SPE S/A

CNPJ/MF nº 10.336.227/0001-66

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e 2022 *(Em reais)*

Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante	**208.565.800**	**208.293.721**
Disponibilidades	526.313	1.085.019
Clientes	11.120	–
Adiantamentos	4.250	16.500
Tributos a Recuperar	379	379
Estoques – Imoveis Destinados a Venda	208.023.738	207.191.823
Não circulante	**23.991.826**	**11.632.899**
Deposito Judicial	23.986.592	11.632.899
Ativo Imoblizado	5.233	–
Total do ativo	**232.557.626**	**219.926.619**
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante	**2.485.932**	**2.347.809**
Fornecedores	164.546	76.684
Obrigações Tributárias	1.756.688	1.577.381
Obrigações sociais	10.505	13.978
Provisões trabalhistas	23.436	33.248
Adiantamento de Clientes	530.756	646.518
Não circulante	**24.982.163**	**10.931.596**
Reembolso IPTU	24.982.163	10.931.596
Patrimônio líquido	**205.089.531**	**206.647.214**
Capital social	143.031.248	143.031.248
Reserva de Lucros	4.191.527	2.214.854
Lucros Acumulados	59.424.439	61.108.167
Lucro do Exercício	39.642.317	39.533.460
Lucros Distribuidos	(41.200.000)	(39.240.514)
Total do passivo	**232.557.626**	**219.926.619**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 *(Em reais)*

	Capital Social	Reservas	Distribuição de Dividendos	Lucros/Prejuízos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**143.031.248**	**2.214.854**	**(39.240.514)**	**100.641.626**	**206.647.214**
Capital Social	–				–
Adto. p/ Aumento de Capital					–
Ajuste de avaliação patrimonial					–
Ajuste de Exercícios Anteriores				–	–
Reservas		3.958.789	39.240.514	(3.958.789)	39.240.514
Distribuição de Dividendos			(41.200.000)	(39.240.514)	(80.440.514)
Lucros/Prejuízos				39.642.317	39.642.317
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**143.031.248**	**6.173.643**	**(41.200.000)**	**97.084.640**	**205.089.531**

Demonstraçao de Resultado Acumulado em 31/12/2023 e 2022 *(Em reais)*

Receita Bruta	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita de Locação	56.278.175	50.838.648
Total das Receitas	**56.278.175**	**50.838.648**
Deduções		
Impostos sobre Locação	(2.054.153)	(1.855.611)
Total das Deduções	**(2.054.153)**	**(1.855.611)**
Receita Líquida Total	**54.224.022**	**48.983.038**
Lucro Operacional Bruto	**54.224.022**	**48.983.038**
Receitas/Despesas Operacionais		
Administrativas	(8.468.265)	(3.976.216)
Total das Receitas/Despesas Operacionais	**(8.468.265)**	**(3.976.216)**
Lucro antes do Resultado Financeiro	**45.755.757**	**45.006.821**
Despesas financeiras	(72.494)	(65.036)
Receitas financeiras	88.060	149.877
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**45.771.323**	**45.091.663**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.129.006)	(5.558.203)
Lucro Líquido do exercício	**39.642.317**	**39.533.460**

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2023 *(Em reais)*

	2023
Lucro ou Prejuízo líquido	**39.642.317**
+/- Depreciação e Amortização	1.047
Itens que não afetam o caixa operacional	**1.047**
Aum. e dim. das contas de ativo e passivo	
+/- Contas a Receber	(11.120)
+/- Adiantamentos	12.250
+/- Impostos a Recuperar	–
+/- Estoques	(831.915)
+/- Fornecedores	87.863
+/- Obrigações trabalhistas	(13.285)
+/- Obrigações tributárias	179.307
+/- Outras Contas a Pagar	(115.762)
+/- Outras ob. a pagar LP	1.696.873
Caixa líquido das ativ. op.	**1.004.211**
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos	
Aquisições de bens do imobilizado/intangível	(6.280)
Distribuição de lucros/ajustes anos anteriores	(43.176.673)
Caixa líquido das ativ. de invest.	**(43.182.953)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Outras obrigações a pagar	1.976.673
Caixa líquido das ativ. de financ.	**1.976.673**
+/- líquido de caixa	**(558.706)**
Caixa no início do exercício	1.085.019
Caixa no final do exercício	526.313
+/- líquido de caixa	**(558.706)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2023

A EBPARK Empresarial SPE S/A, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Werner Von Siemens, 111, Prédio 33C, Lapa, CEP 05069-010, inscrita no CNPJ sob o nº 10.336.227/0001-66, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano-calendário de 2023; **1) Contexto Operacional:** A EBPARK Empresarial SPE S/A é uma sociedade anônima, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social a realização e administração do empreendimento imobiliário denominado E-business Park, localizado na Rua Werner Von Siemens, 11, Bairro Lapa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-010, com início de atividades em 26/04/2011. **2) Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Disposições da Lei das Sociedades por Ações (11.638/07) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **3) Principais Práticas Contábeis: 3.1) Estoques de imóveis:** São demonstrados pelo valor de aquisição somado a benfeitorias feitas no decorrer dos anos. **3.2) Direitos e obrigações:** Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. **3.3) Depósito Judicial:** Os pagamentos de 2023 tivemos R$ 12.306.443,50 de IPTU, R$ 35.000,00 de honorários periciais IPTU e R$ 12.250,00 de honorários periciais ISS com o saldo total acumulado na conta de R$ 23.986.592,20 que foram depositados em juízo, com isso até o trânsito em julgado do processo judicial, os valores irão permanecer no ativo não circulante de depósito judicial. **3.4) Reembolsos de IPTU:** Em 2023 tivemos um valor total de R$ 10.339.284,97 e possui um saldo acumulado de R$ 24.982.162,72 classificados em "Prov Receita Dif-Reemb IPTU", referente a reembolsos de IPTU devidos dos imóveis locados e permanecerão nessa conta contábil até o trânsito em julgado da ação judicial. **3.5) Impostos Federais:** A empresa está no regime do **lucro presumido**, contabiliza os encargos tributários pelo regime caixa, devido a receita operacional ser aluguel de imóveis. **4) Responsabilidades e Contingências:** Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, apontaram contingências. **5) Capital Social:** O capital social é de R$ 143.031.248,18, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição: • ANG Administração de Bens Próprios Ltda.: R$ 500,00; • HS Investimentos S.A.: R$ 500,00; • Espaço Negócios Imobiliários Ltda.: R$ 143.030.248,18. **6) Eventos Subsequentes:** Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

EBPARK Empresarial SPE S/A – CNPJ/MF nº 10.336.227/0001-66 **Confirp Contabilidade Ltda**. – CNPJ/MF nº 56.812.993/0001-50 – CRC 2SP 014.230/O-3

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,474
Dólar (EUA) - 5,1592
Franco (Suíça) - 5,6446
Iene (Japão) - 0,03326
Libra (Inglaterra) - 6,4149
Peso (Argentina) - 0,00591
Peso (Chile) - 0,005405
Peso (México) - 0,3017
Peso (Uruguai) - 0,1345
Yuan (China) - 0,712
Rublo (Rússia) - 0,05591
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5142

Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

Relatório da Administração

1. Aos acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") referente as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias – COR de 23,28% , além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER. A CCR S.A. é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrôs, ferrovias, aeroportos, aquaviárias e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP, cujo contrato encerrou-se em 28/02/2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A SP Concessões possui participação direta na controlada em conjunto CCR S.A., responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, o Grupo CCR busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrôs, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas, que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. A CCR S.A. continua ativamente e seletivamente em busca de novas oportunidades de negócios de concessões rodoviárias, mobilidade urbana e aeroportuárias, primário e secundário, em consonância com seu objeto social e com o claro objetivo de identificar e desenvolver novas oportunidades de investimento e transações relevantes para a Companhia. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional**:** A equivalência patrimonial em 2023 foi de R$ 177.628, em comparação aos R$ 430.183 de 2022. Essa diminuição é explicada, em virtude do resultado influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto CCR S.A. Resultado financeiro**:** No ano 2023, o resultado financeiro líquido positivo foi de R$ 1.155, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R$ 1.385 em 2022. **5. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 24 de abril de 2024. ***A Administração.***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.854	11.176
Impostos a recuperar	6	712	461
Dividendos a receber		42.226	7.699
Outras contas a receber		1.120	1.338
Total do ativo circulante		51.912	20.674
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber		447	456
Total de realizável a longo prazo		447	456
Investimentos	**7**	**1.872.371**	**1.767.844**
Total do ativo não circulante		1.872.818	1.768.300
Total do ativo		1.924.730	1.788.974
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Fornecedores		326	74
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	264	549
Impostos e contribuições a recolher		36	13
Obrigações sociais e trabalhistas		19	17
Dividendos a pagar		408.010	101.722
Total do passivo circulante		408.655	102.375
Não circulante			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9	-	19
Total do passivo não circulante		-	19
Patrimônio líquido			
Capital social		655.000	655.000
Reservas de lucros		737.902	619.087
Ajuste de avaliação patrimonial		77.778	92.396
Reservas de capital		31.698	14.929
Dividendo adicional proposto		13.697	305.168
Total do patrimônio líquido		1.516.075	1.686.580
Total do passivo e patrimônio líquido		1.924.730	1.788.974

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Reservas de lucros – Para equalização de dividendos e investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de Capital – Transações com acionistas	Reservas de Capital – Ágio em transações de capital	Dividendo adicional proposto	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**655.000**	**99.133**	**403.027**	**104.417**	**116.159**	**(4.274)**	**6.147**	**50.669**	**-**	**1.430.278**
Constituição de reserva especial de dividendos	-	-	-	50.669	-		-	(50.669)	-	-
Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos	-	-	-	(59.574)	-	-	-	-	-	(59.574)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	428.305	428.305
Outros resultados abrangentes - reflexo	-	-	-	-	(23.763)	-	-	-	-	(23.763)
Transações com sócios-reflexo	-	-	-	-	-	-	13.056	-	-	13.056
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	21.415	-	-	-	-	-	-	(21.415)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	(101.722)	(101.722)							
Destaque de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	305.168	(305.168)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**655.000**	**120.548**	**403.027**	**95.512**	**92.396**	**(4.274)**	**19.203**	**305.168**	**-**	**1.686.580**
Distribuição de dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(305.168)	-	(305.168)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	173.786	173.786
Outros resultados abrangentes-reflexo	-	-	-	-	(14.618)	-	-	-	-	(14.618)
Transações com sócios-reflexo	-	-	-	-	-	-	16.769	-	-	16.769
Reclassificação efeito equalização de dividendos e investimentos	-	-	(359.093)	359.093	-	-	-	-	-	-
Destinações:	-									
Reserva legal	-	8.689	-	-	-	-	-	-	(8.689)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.274)	(41.274)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	110.126	-	-	-	-		(110.126)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	13.697	(13.697)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**655.000**	**129.237**	**154.060**	**454.605**	**77.778**	**(4.274)**	**35.972**	**13.697**	**(13.697)**	**1.516.075**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Receitas (despesas) operacionais	Nota	2023	2022
Serviços		(2.373)	(1.693)
Amortização		-	-
Outras Despesas		(2.624)	(1.653)
Outras Receitas operacionais		-	83
Resultado de equivalência patrimonial		177.628	430.183
Resultado antes do resultado financeiro		**172.631**	**426.920**
Receitas financeiras			
Rendimento sobre aplicações financeiras		1.153	1.417
Juros e outras receitas financeiras		59	36
		1.212	1.453
Despesas financeiras			
Juros sobre direitos creditórios		-	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras		(57)	(68)
		(57)	(68)
Resultado Financeiro		**1.155**	**1.385**
Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL		**173.786**	**428.305**
IRPJ e CSLL		-	-
Lucro líquido do exercício		**173.786**	**428.305**
Total demonstração resultado		**4.997**	**3.346**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	173.786	428.305
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajustes de avaliação patrimonial	683	56
	683	56
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado provenientes da controlada em conjunto		
Ajustes de avaliação patrimonial	(15.192)	(23.909)
Ativação de hedge de fluxo de caixa	(165)	136
IRPJ e CSLL	56	(46)
	(15.301)	**(23.819)**
Total outros resultados abrangentes	**(14.618)**	**(23.763)**
Total do resultado abrangente do exercício	**159.168**	**404.542**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**173.786**	**428.305**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL:		
(Reversão) provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(19)	9
Equivalência patrimonial	(177.628)	(430.183)
	(3.861)	**(1.869)**
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber - partes relacionadas	9	-
Impostos a recuperar	(251)	(240)
Outras contas a receber	218	(1.312)
Fornecedores	252	(8)
Impostos e contribuições sociais a recolher	23	2
Obrigações trabalhistas	2	8
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(285)	(480)
Recebimento de dividendos	40.725	80.114
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**36.832**	**76.215**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(40.154)	(77.730)
Caixa líquido usado nas atividades financiamento	**(40.154)**	**(77.730)**
Redução do caixa e equivalente de caixa	**(3.322)**	**(1.515)**
Demonstração da Redução do caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	11.176	12.691
No final do exercício	7.854	11.176
	(3.322)	**(1.515)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem, mobilidade urbana, concessões aeroportuárias e negócios afins. A SP Concessões tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A., com participação direta de 10,43%; e Companhia Operadora de Rodovias - COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82%. O Consórcio prestou serviços exclusivamente a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., cujo contrato encerrou-se em 28/02/2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR S.A. para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR S.A. é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objetivo social da CCR S.A. permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviárias e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, à Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob a sigla "CCRO3". O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, o Grupo CCR busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrôs, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas, que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. **2. Apresentação das demonstrações financeiras :** ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)*** : As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. Em 24 de abril de 2024, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. ***Investimento em sociedade controlada em conjunto***: As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.886	5.941
Contas a receber - partes relacionadas	675	1.338
Outros	70	2
Total do ativo circulante	**4.631**	**7.281**
Não circulante		
Contas a receber - partes relacionadas	-	8
Outros	160	160
Total do ativo circulante	**160**	**168**

	2023	2022
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	193	201
Impostos e contribuições a recolher	2	4
Fornecedores - partes relacionadas	-	763
Resultado a distribuir às consorciadas	-	6.463
Total do passivo circulante	**195**	**7.431**
Não circulante		
Resultado a distribuir às consorciadas	4.596	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	18
Total do passivo não circulante	**4.596**	**18**

Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos***: A preparação das demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas: **Nota 9 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e 13 - Instrumentos financeiros: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos***: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). **Controladas**: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **Controladas em conjunto**: Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. ***b) Caixa e equivalentes de caixa***: Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. ***c) Instrumentos financeiros***: **Reconhecimento e mensuração inicial**: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente**: **Ativos financeiros**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócio) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos

continuação

continuação

ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros**: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação**: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. ***d) Ágio***: A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação na CCR S.A. que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e está sendo apresentado na rubrica de investimentos deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ágio possui vida útil indefinida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio no consórcio COPER foi totalmente amortizado no exercício de 2021. ***e) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, os quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor justo do investimento total nas investida, com base na quantidade de ações da investida e a respectiva cotação dessas ações a valor de mercado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***f) Provisões***: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. ***g) Receitas e despesas financeiras***: Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. ***h) IRPJ e CSLL***: O IRPJ e a CSLL do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 (base anual), para IRPJ e de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido não está sendo reconhecido no resultado, pois a Companhia encontra-se sem expectativa de rentabilidade futura. ***i) Adoção inicial de normas novas e alterações***: A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 01/01/2023, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31/12/2023: • CPC 50 – Contratos de Seguros • Divulgação de políticas contábeis – alterações co CPC 23. • Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). ***j) Novas normas ainda não efetivas***: Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18; • Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40. **4. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral**: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito**: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação**: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos na nota explicativa no 5. **c) Risco financeiro e liquidez**: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	374	13
Aplicações financeiras	7.480	11.163
	7.854	11.176

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,05% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 13,37% ao ano (102,46% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, equivalente a 12,74% ao ano, em média, em 31/12/2022), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **6. Impostos a recuperar:** Refere-se a IRPJ e CSLL a recuperar. Os saldos estão segregados entre circulante e não circulante conforme expectativa de realização.

	2023	2022
CSLL a recuperar	54	80
IRPJ a recuperar	588	378
IRRF a recuperar	70	3
	712	461

7. Investimento e provisão para Patrimônio líquido negativo (passivo à descoberto) :

	2023	2022
Patrimônio líquido da investida	12.462.153	11.464.563
Participação	10,43%	10,43%
Investimento	1.299.803	1.195.624
Ágio (*)	573.233	573.233
Investimento - CCR S.A.	1.872.894	1.768.857
Patrimônio líquido da investida	(2.251)	(4.350)
Participação	23,28%	23,28%
Provisão para patrimônio líquido negativo – COR	(523)	(1.013)
Total Investimentos	1.872.371	1.767.844

(*) Ágio - CCR S.A. Ágio proveniente da incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan), incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações).

Movimentação dos saldos	CCR S.A.	COR	Total
Saldos em 31/12/2021	1.435.154	(162)	1.434.992
Resultado de equivalência patrimonial	431.034	(851)	430.183
Dividendos distribuídos	(86.624)	-	(86.624)
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	(23.763)	-	(23.763)
Outros	13.056	-	13.056
Saldos em 31/12/2022	1.768.857	(1.013)	1.767.844
Resultado de equivalência patrimonial	177.815	(217)	177.629
Dividendos distribuídos	(40.154)	-	(40.154)
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	(14.618)	-	(10.527)
Outros	(19.006)	707	(22.421)
Saldos em 31/12/2023	1.872.894	(523)	1.872.371

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A., se valorizado a mercado com base na última cotação das ações a mercado (Cotação B3) em 31/12/2023, apresenta um valor de R$ 2.987.203 (R$2.279.375 31/12/2022).

Informações resumidas dos investimentos:

	2023		2022	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Percentual de participação	10,43%	23,28%	10,43%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	4.548.717	418	5.229.073	598
Outros ativos	6.446.246	1.319	7.392.096	4.656
Ativo circulante	10.994.963	1.737	12.621.169	5.254
Ativo não circulante	43.648.169	250	37.926.131	422
Ativo	54.643.132	1.987	50.547.300	5.676
Passivos financeiros circulantes (**)	4.170.768	-	7.312.189	-
Outros passivos	4.311.652	3.321	3.454.350	6.237
Passivo circulante	8.482.420	3.321	10.766.539	6.237
Passivos financeiros não circulantes (**)	26.483.501	-	21.719.065	-
Outros passivos	6.599.982	917	6.238.946	756
Passivo não circulante	33.083.483	917	27.958.011	756
Passivo	41.565.903	4.238	38.724.550	6.993
Patrimônio líquido	13.077.229	(2.251)	11.822.750	(1.317)
Receita líquida	18.932.725	-	19.181.691	-
Depreciação e amortização	(1.573.148)	-	(1.732.920)	-
Receitas financeiras	2.328.195	78	2.221.790	127
Despesas financeiras	(5.540.672)	(3)	(5.328.963)	(3)
Outros	(11.135.773)	(1.009)	(7.336.594)	(748)
Resultado das operações antes dos impostos	3.011.327	(934)	7.005.004	(624)
IRPJ e CSLL	(1.156.826)	-	(2.792.824)	-
Lucro das operações	1.854.501	(934)	4.212.180	(624)
Outros resultados abrangentes	(102.834)	-	(180.253)	-
Resultado abrangente total	1.751.667	(934)	4.031.927	(624)
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	131.322	-	591.582	-

Compromissos assumidos:

	2023		2022	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Compromissos relativos às concessões	30.796.506	-	34.897.785	-
Outorga variável e obras a executar	36.163	-	28.430	-
Outorga fixa - BH Airport	3.597.746	-	3.596.450	-

(**) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, arrendamentos mercantis, contas a pagar em operações com derivativos. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício - CCR S.A.

	2023	2022
Ajustes no patrimônio líquido		
Patrimônio líquido	13.077.229	11.822.750
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	(615.076)	(358.187)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	12.464.153	11.464.563
Ajustes no resultado do exercício		
Lucro das operações	1.854.501	4.212.180
Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores	(149.661)	(79.092)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	1.704.840	4.133.088

8. Partes Relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31/12/2023 e de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2022, relativos às operações com partes relacionadas referiam-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da consorciada COPER para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A, subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A., e estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar – COPER	264	549

No exercício findo em 31/12/2023, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a remuneração da Diretoria no montante de 447 (R$ 416 em 31 de dezembro de 2022). Não existem empréstimos para pessoas chave da administração. **9. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** Em 31/12/2023 a Administração da Companhia não possui processos com probabilidade de perda provável. Em 31/12/2022 existia um processo tributário com estimativa de perda provável no montante de R$ 19. Adicionalmente, em 31/12/2023 a Companhia possui causas com diagnóstico de perda classificada como possível, não tendo sido necessária, a contabilização de provisão para riscos de R$ 1.384.783 (R$ 1.126.614 em 31/12/2022), decorrente do processo da Toro Bravo Fundo de Investimento Multimercado contra os acionistas majoritários da CCR S.A., sendo a parte da Companhia proporcional a sua participação no montante de R$ 144.433 (R$ 117.506 em 31/12/2022). **10. IRPJ e CSLL: a) Conciliação do IRPJ e da CSLL - correntes:** A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	173.786	428.305
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(59.087)	(145.624)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	60.393	146.262
Juros sobre capital próprio	-	-
Provisões	(1.306)	(638)
Outros ajustes, líquidos (*)	-	-
Despesa com impostos correntes	-	-

(*) Refere-se, substancialmente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. b) Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL Em 31/12/2023, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL de R$ 131.490 (R$ 127.606 em 31/12/2022), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros. **11. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R$ 655.000, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **b) Reservas de lucros:** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2023, a administração aprovou a constituição da reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A Administração da Companhia avaliará a distribuição de dividendos de acordo com a disponibilidade de caixa. Reserva para equalização de dividendos e investimentos: A reserva para equalização de dividendos e investimentos é reflexo da reserva constituída pela subsidiária CCR S.A.. Conforme artigo 202 da lei 6.404/76, os lucros que deixaram de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Durante o exercício de 2023 não houve pagamentos a título de utilização da reserva especial de dividendos (R$ 59.574 em 2022). **c) Ajustes de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. **d) Reservas de capital:** Ágio em transações de capital: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora CCR S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Transações com acionistas: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com acionistas decorrente de cessão de opção de compra de terreno. **e) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	173.786	428.305
Constituição da reserva legal - 5%	(8.689)	(21.415)
Lucro líquido ajustado	165.097	406.890
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(41.274)	(101.722)
Constituição de reserva de lucros	110.126	-
Dividendo adicional proposto	13.697	305.168

Dividendo adicional proposto: O saldo de R$ 13.697 em 2023 refere-se ao saldo de dividendo adicional proposto reflexo da subsidiária CCR S.A.. Em 2022 a parcela do lucro líquido do exercício remanescente à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$ 305.168, foi destacada como dividendo adicional proposto, aprovada em 26 de abril de 2023 em Assembleia Geral. Durante o exercício de 2023 foi aprovada a distribuição do saldo de dividendo adicional proposto de 31/12/2022, no montante de R$ 305.168. Dividendos a pagar – Passivo: Os dividendos a pagar serão pagos quando houver o recebimento de dividendos da subsidiária CCR S.A.. E são compostos da seguinte maneira:

	Dividendos a pagar
Saldos em 31/12/2022	**101.722**
Distribuições	**-**
Dividendo adicional proposto de 2022	305.168
Dividendo mínimo obrigatório de 2023	41.274
Pagamentos	
Dividendos pagos em 2023	(40.154)
Saldos em 31/12/2023	**408.010**

12. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **Instrumentos financeiros por categoria:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2023		2022	
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos	374	-	13	-
Aplicações financeiras	7.480	-	11.163	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar	-	(408.010)	-	(101.722)
Fornecedores	-	(326)	-	(74)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(264)	-	(549)
Cessão de direitos creditórios	-	-	-	-
Total	**7.854**	**(408.600)**	**11.176**	**(102.345)**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor: • Contas a receber de partes relacionadas, outras contas a receber, fornecedores, fornecedores e outras contas a pagar – partes relacionadas e cessão de diretores creditórios - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia não possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo em 31/12/2023. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2023

			Classificação de ativos/passivos		Hierarquia do valor justo
Ativos	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	Nível 2
Caixa e Bancos	374	374	-	374	374
Aplicações financeiras	7.480	7.480	-	7.480	7.480
	7.854	**7.854**	**-**	**7.854**	**7.854**
Passivos					
Dividendos a pagar	(408.010)	(408.010)	(408.010)	-	(408.010)
Fornecedores	(326)	(326)	(326)	-	(326)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(264)	(264)	(264)	-	(264)
	(408.600)	**(408.600)**	**(408.600)**	**-**	**(408.600)**

2022

			Classificação de ativos/passivos		Hierarquia do valor justo
Ativos	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	Nível 2
Caixa e Bancos	13	13	-	13	13
Aplicações financeiras	11.163	11.163	-	11.163	11.163
	11.176	**11.176**	**-**	**11.176**	**11.176**
Passivos					
Dividendos a pagar	(101.722)	(101.722)	(101.722)	-	(101.722)
Fornecedores	(74)	(74)	(74)	-	(74)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(549)	(549)	(549)	-	(549)
	(102.345)	**(102.345)**	**(102.345)**	**-**	**(102.345)**

Valor justo: O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes independentes dispostas a negociar. **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31/12/2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vctos. até**	**Exposição em R$ (3)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Aplicações financeiras	CDI **(2)**		7.480	871	653	435
Total do efeito de ganho				871	653	435
As taxas de juros consideradas foram **(1):**	CDI **(2)**			11,65%	8,73%	5,82%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: **(2)** Refere-se à taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3; **(3)** Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). **13. Demonstrações dos fluxos de caixa: (4)** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação

continuação

continuação

melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. **(5)** Reconciliação das atividades de financiamento:

	Dividendos a pagar	Total
Saldo inicial em 31/12/2022	**(101.722)**	**(101.722)**
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento:	**40.154**	**40.154**
Dividendos pagos	40.154	40.154
Outras variações que não afetam caixa	**(346.442)**	**(346.442)**
Dividendo adicional proposto e mínimo obrigatório	(346.442)	(346.442)
Saldo final em 31/12/2023	**(408.010)**	**(408.010)**

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna - Diretora-Presidente

Edmar Briguelli - Contador CRC 1 SP 161770/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Soares Penido Concessões S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **−** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **−** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **−** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **−** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **−** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **−** Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024.

KPMG

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador
CRC 1SP196907/O-7

Pukaraju Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, hora e local: 15/03/2024, às 16:00 horas, em São Paulo-SP, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, presente a totalidade dos subscritores do capital social. Mesa: Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. Deliberações: Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Pukaraju Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro em São Paulo-SP, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França. Aprovar o capital social inicial de R$ 150,00, totalmente integralizado. Aprovar o Estatuto Social da Companhia, dando-se assim por constituída a **Pukaraju Empreendimentos e Participações S.A.** Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e CPF nº 366.209.668.45, ao cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e CPF nº 352.021.748-10, ao cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. Encerramento: Nada mais a tratar. São Paulo, 15/03/2024. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. **Estatuto Social. Capítulo I –** Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º. A **Pukaraju Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 5º. A Companhia iniciará suas atividades em 31/08/2022, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II –** Do Capital Social e Ações. Artigo 6º. O Capital Social da Companhia é de R$ 150,00, dividido em 150 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quanto de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas. Parágrafo Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III –** Da Administração. Artigo 10º. A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV –** Assembleia Geral. Artigo 14º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subseqüentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V –** Conselho Fiscal. Artigo 15º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI –** Exercicio Social e Lucros. Artigo 16º. O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII –** Liquidação. Artigo 20º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 15/03/2024. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretaria. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.635.515 em 09/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Bitcoin cai 3%, oscilando após halving e rali

O bitcoin caía 3% no fim de tarde da quarta-feira, 24, com uma sessão marcada por oscilações após halving na sexta-feira, 19, e rali recente.

Às 16h33 (de Brasília), o bitcoin era negociado em baixa de 3,05%, em US$ 64.468,00 (R$ 331.726,54), enquanto o ethereum tinha queda de 2,16%, em US$ 3.149,00 (R$ 16.203,49), de acordo com a Binance.

Analista do City Index, Matt Simpson reiterou que o bitcoin tende a ficar volátil quando chega à zona entre US$ 60 mil e US$ 70 mil. "Não foi diferente desta vez", afirmou ele, em relatório.

Simpson acredita que um eventual novo rali do bitcoin nos próximos meses exigiria uma moderação da inflação, cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e um rali do mercado acionário.

"Visto que a inflação aponta para níveis mais elevados, os dados dos EUA permanecem robustos e o Fed tende a manter ou a aumentar os juros até alguma coisa quebrar, estou tendendo à projeção de uma correção do mercado de ações neste ano. E isso pode pesar sobre o bitcoin", comenta ele. IstoéDinheiro

Future Carbon Holding S.A.

CNPJ nº 43.688.286/0001-52 - NIRE 35.300.577.591

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de junho de 2023

Data/Hora/Local: 02/06/2023, 10hs, na sede social. **Convocação e Presença**: Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Sr. **Marcio Artin Arakelian**; Secretário: Sr. **Pedro Ivo Galindo Silvestre**. **Deliberações aprovadas: (i)** A alteração do objeto social da Companhia: "Artigo 3º - A Companhia tem como objeto social a (i) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"); (ii) Consultoria e assessoria em serviços de meio ambiente e marketing, voltados para o setor de agricultura e pecuária; (iii) intermediação de negócios nacionais e internacionais na área de meio ambiente e créditos de carbono do setor de agricultura e pecuária; (iv) Desenvolvimento e investimento em projetos de ativos ambientais para o agronegócio; (v) Gestão de atibos ambientais, próprios e de terceiros, em especial créditos de carbono gerados em projetos de agricultura e pecuária; (vi) projetos de geração de créditos de carbono em florestas, incluindo projeto de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD+), nos biomas amazônico, cerrado, mata atlântica, caatinga, pantanal, pampas, zonas costeiras e ecossistemas marinhos; (vii) projetos de monetização de ativos ambientais e de biodiversidade; (viii) consultoria, direcionamento e apoio a organizações e entidades em projetos de preservação e meio ambiente; (ix) estratégias de neutralização de emissões de carbono; (x) consultoria em mudanças climáticas; (xi) elaboração de inventário de carbono; (xii) desenvolvimento e elaboração de projetos de carbono em todos os setores da economia, exceto em florestas; e (xiii) atividades de serviços ambientais nos biomas amazônico, cerrado, mata atlântica, caatinga, pantanal, pampas, zonas costeiras e ecossistemas marinhos" **(ii)** Aceitar a renúncia do Sr. **Pedro Ivo Galindo Silvestre**, brasileiro, agente autônomo de investimento, conforme os termos de renúncia. O termo de renúncia apresentado pelo Sr. **Pedro Ivo Galindo Silvestre** foi assinado nesta data e arquivado na sede da Companhia, incluindo a outorga em relação à Companhia, de maneira irrevogável e irretratável, da mais ampla, plena, irrestrita, geral, rasa quitação. **(iii)** Aprovar a eleição do seguinte novo membro para compor a Diretoria para o mandato unificado de 01 ano: **(a) Fábio Galindo Silvestre**, brasileiro, administrador, residente e domiciliado São Paulo/SP, para ocupar o cargo de Diretor; e **(ii.1)** O membro da Diretoria ora eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis e toma posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termos de Posse. **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social. Nada mais. São Paulo, 02/06/2023. JUCESP nº 260.567/23-1 em 29/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Future Carbon Holding S.A.

CNPJ nº 43.688.286/0001-52 - NIRE 35.300.577.591

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022

Data/Hora/Local: 01/12/2022, 14hs, na sede social. **Convocação e Presença**: Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Sr. **Marcio Artin Arakelian**; Secretário: Sr. **Pedro Ivo Galindo Silvestre**. **Deliberações aprovadas: (i)** O aumento do capital social no valor de R$ 7.895.000,00, mediante a emissão de 7.895.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação, a serem totalmente subscritas e integralizadas pela **Future Carbon International LLC**, CNPJ nº 47.920.600/0001-31, mediante a capitalização de créditos decorrentes de mútuos contraídos pela **Future Carbon International LLC**, no valor total de R$ 7.895.000,00, conforme contratos de câmbio n.º 000319396302, 000320312763, 000320150725 e 000320167040 conforme boletim de subscrição, após a renúncia expressa dos acionistas **Marcio Artin Arakelian** e **Sparta Participações Societárias S.A.** em exercerem os seus respectivos direitos de preferência, passando o capital social de R$ 400,00 totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R$ 7.895.000,00 totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 7.895.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 01/12/2022. JUCESP nº 111.102/23-6 em 17/03/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101 9

Edital de Convocação-Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas de Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia") Às 10:00 horas do dia 25 de abril de 2024, na sede social da ABBOTT DIAGNÓSTICOS RÁPIDOS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, Pinheiros, CEP 05422-000, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** eleger membros da Diretoria da Companhia e unificar prazo dos respectivos mandatos. São Paulo/SP, 22/04/2024. **Cyrille Laurent Olivier Schroeder. (23, 24 e 25/04/2024)**

ABA Infra-Estrutura e Logística S/A

CNPJ/MF nº 55.395.883/0001-78

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, A Administração da Aba Infra-Estrutura S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência a Diretoria e a Administração da Aba Infra-Estrutura S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Aba Infra no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 11 de abril de 2024.
A Diretoria

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante	**86.224**	**26.738**	**110.223**	**62.996**
Caixa e equivalentes de caixa	792	827	66.832	31.413
Contas a receber de clientes	172	172	30.350	23.635
Estoques	–	–	263	192
Tributos a recuperar	1.800	2	6.549	1.180
Outros créditos	55	146	653	541
Dividendos a receber	83.335	25.532	4.964	4.557
Despesas antecipadas	70	60	612	1.476
Não circulante	**128.178**	**208.149**	**508.732**	**483.410**
Contas a receber de clientes	**–**	**–**	**264**	**–**
Partes relacionadas	32.969	54.954	52.020	74.675
Depósitos judiciais	–	–	3.351	3.011
Impostos diferidos	973	1.303	973	1.303
Propriedades para investimentos	4.309	6.562	4.309	6.562
Investimentos	84.385	140.053	28.106	31.024
Imobilizado	5.305	4.866	10.953	10.999
Intangível	235	411	408.758	355.836
Total do ativo	**214.402**	**234.886**	**618.955**	**546.405**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante	**50.344**	**57.359**	**152.571**	**156.486**
Empréstimos e financiamentos	1.037	1.044	28.109	29.158
Fornecedores	386	87	13.503	25.905
Obrigações trabalhistas	9	9	3.009	2.660
Obrigações tributárias	231	266	10.044	14.967
Dividendos a pagar	48.650	55.927	69.867	60.806
Compromisso com poder concedente	–	–	18.179	16.659
Outras contas a pagar	31	27	9.860	6.330
Não circulante	**3.802**	**16.917**	**139.988**	**135.488**
Empréstimos e financiamentos	2.821	3.850	37.245	63.299
Partes relacionadas	230	10.107	230	230
Provisão para demandas e contingências	–	3	44.062	4.311
Outras contas a pagar	–	–	570	708
Obrigações tributárias	–	–	3.344	7.066
Provisão para perda de investimentos	751	2.958	751	2.958
Compromisso com poder concedente	–	–	53.786	56.917
Patrimônio líquido	**160.256**	**160.610**	**160.256**	**160.610**
Capital social	70.945	70.945	70.945	70.945
Reservas de lucros	89.311	89.665	89.311	89.665
Participação de não controladores	–	–	166.140	93.820
	160.256	**160.610**	**326.397**	**254.430**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**214.402**	**234.886**	**618.955**	**546.405**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Patrimônio líquido do controlador	Participação de não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro 2021	**70.945**	**5.603**	**105.471**	**182.019**	**90.279**	**272.298**
Lucro do período	–	–	34.333	34.333	5.015	39.348
Retenção de lucros – reserva legal	–	1.692	(1.692)	–	–	–
Distribuição de lucros	–	–	(55.741)	(55.741)	(1.365)	(57.106)
Distribuição de lucros mínimos obrigatórios						–
Redução de Participação por integralização					(110)	(110)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**70.945**	**7.295**	**82.371**	**160.610**	**93.820**	**254.430**
Lucro do período	–	–	118.480	118.480	19.713	138.194
Retenção de lucros – reserva legal	–	5.924	(5.924)	–	–	–
Distribuição de lucros	–	–	(90.694)	(90.694)	(6.416)	(97.110)
Distribuição de lucros mínimos obrigatórios	–	–	(28.139)	(28.139)		(28.139)
Redução de participação por distribuição JSCP	–	–	–	–	(11.673)	(11.673)
Aumento de participação por alteração no quadro acionário	–	–	–	–	70.696	70.696
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**70.945**	**13.219**	**76.094**	**160.257**	**166.140**	**326.397**

Demonstrações do Resultado

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	**4.883**	**7.601**	**428.409**	**151.588**
(-) Custo dos serviços prestados	(277)	(195)	(214.367)	(54.964)
(=) Lucro bruto	**4.606**	**7.406**	**214.043**	**96.624**
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas administrativas e comerciais	(3.558)	(2.706)	(44.886)	(37.344)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	372	874	(273)	1.087
Resultado da equivalência patrimonial	116.713	29.507	19.630	13.608
	113.527	**27.675**	**(25.529)**	**(22.649)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro	**118.132**	**35.081**	**188.514**	**73.975**
(+/-) Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(650)	(709)	(23.146)	(25.003)
Receitas financeiras	2.130	2.696	7.491	6.352
Variações cambiais líquidas	–	–	(2.971)	(128)
	1.480	**1.987**	**(18.626)**	**(18.779)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**119.613**	**37.067**	**169.888**	**55.196**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(803)	(1.907)	(31.365)	(14.708)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(330)	(828)	(330)	(1.141)
	(1.133)	**(2.735)**	**(31.695)**	**(15.848)**
(=) Lucro líquido do exercício	**118.480**	**34.333**	**138.193**	**39.348**
Participação de não controladores	–	–	(19.713)	(5.015)
(=) Lucro líquido do exercício atribuível ao controlador	**118.480**	**34.333**	**118.480**	**34.333**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**118.480**	**34.333**	**138.193**	**39.348**
(+-) Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**118.480**	**34.333**	**138.193**	**39.348**
Resultado abrangente destinado aos não controladores			(19.713)	(5.015)
			118.480	**34.333**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes dos impostos sobre a renda	**119.613**	**37.067**	**169.888**	**55.084**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	595	539	19.451	15.859
Custo na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	1.432	–	1.409	1
Resultado da equivalência patrimonial	(116.712)	(29.507)	(19.629)	(13.498)
Juros e variações monetárias líquidas s/conta corrente	(615)	(2.595)	(615)	(3.040)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	635	676	12.077	13.058
Provisão para credores de liquidação duvidosa	–	–	13	–
Provisão (reversão) para demandas administrativas e judiciais	(3)	–	31.325	(147)
Atualização contrato de arrendamento	–	–	(5.495)	(147)
Ajuste a Valor Presente – Compromisso Poder Concedente	–	–	6.586	4.860
Juros sobre capital próprio	(1.298)	–	–	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	–	(60)	(7.041)	(11.755)
Estoques	–	–	(71)	(192)
Tributos a recuperar	(1.603)	162	(5.174)	915
Outros créditos	90	(146)	(112)	589
Despesas antecipadas	(11)	(39)	864	4
Depósitos judiciais	–	–	(339)	(1.033)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	299	43,90	(12.331)	16.457
Obrigações trabalhistas e tributárias	88	240	(21.843)	7.252
Outras contas a pagar	5	4	3.367	5.049
Compromisso com poder concedente	–	–	(8.198)	4.874
Caixa gerado nas operações	**2.515**	**6.387**	**164.132**	**94.338**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(925)	(1.907)	(11.338)	(14.708)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.590**	**4.479**	**152.794**	**79.630**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Lucros e dividendos recebidos	63.954	11.199	20.000	–
Aquisição de investimentos	(20.875)	(8.579)	(425)	20
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(39)	(1.195)	(66.114)	(112.239)
Venda de Investimentos	70.694	–	70.694	–
Venda de imobilizado	–	–	130	–
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**113.733**	**1.424**	**24.285**	**(112.219)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.671)	(1.655)	(39.181)	(28.719)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	–	772	–	40.762
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(1.671)**	**(883)**	**(39.181)**	**12.043**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com quotistas				
Integralização de capital	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	(903)	(948)	(543)	(648)
Conta Corrente concedidos ou pagos	(31.402)	(32.363)	(96.956)	(20.063)
Conta Corrente captados ou recebidos	44.728	28.853	121.129	35.101
Distribuição de lucros	(126.109)	–	(126.109)	–
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos com quotistas	**(113.686)**	**(4.457)**	**(102.479)**	**14.390**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(35)**	**563**	**35.419**	**(6.154)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	827	264	31.413	37.568
No final do exercício	792	827	66.832	31.413
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(35)**	**563**	**35.419**	**(6.154)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A Aba Infra-Estrutura e Logística S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1306, 10º andar, conjunto 101, Sala 03 – Vila Olímpia, na cidade de São Paulo CEP 04547-005, Inscrita no CNPJ sob nº 55.395.883/0001-78. A Empresa foi constituída em 02 de janeiro de 1986, tem por objeto social: **a)** Elaboração, gerenciamento e fiscalização de projetos, orçamentos e administração nas áreas de edificações, infraestrutura, instalações em geral, saneamento, pavimentação, pontes, portos, aeroportos e ferrovias; **b)** A execução de projetos, implantação, operação e administração de aterros sanitários, prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final em aterros sanitários de resíduos industriais, residenciais e hospitalares; **c)** O comércio de materiais para construção; **d)** A implantação, operação e administração de estacionamentos, rotativos ou não, públicos ou privados; exploração de outdoors, banners e backligtht's; **e)** A prestação de serviços de conservação, limpeza, manutenção e reparação de bens; **f)** A participação em outras sociedades na qualidade de sócia quotista ou acionista. **1.1. Informações sobre as principais empresas controladas e controladas em conjunto:**

Descrição	Participação (%)	Tipo de participação	Tipo de controle
Controladas			
a) Adonai Química S/A	10	Direta	Próprio
b) Concais S/A	99	Direta	Próprio
c) Toronto Import. e Export. de Óleos e Comb. Ltda.	99	Direta	Próprio
Adonai East	100	Direta	Próprio
Coligadas			
d) Contermas SPE S/A	50	Direta	Compartilhado
e) PP-NMM Adm. de Bens Ltda.	16,67	Direta	Compartilhado
f) Pier Mauá S/A	50	Direta	Compartilhado

a) Adonai Química S/A: A Adonai Química S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, no 1306, 8º andar, sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre de Gusmão, 11 sala 612. A Companhia foi constituída em 29 de junho de 1998, com propósito específico para os fins e efeitos de Concorrência no 27/97 Proaps nº 24, celebrado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da APS, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, constituída pela bacia do antigo tanque KE-4 (demolido), pelos tanques KE-1, KE-2, KE-3, KE-5, KE-6, BE-2, respectivas bacias de contenção e áreas adjacentes, envolvendo investimentos da arrendatária necessários à reforma, construção e operação na área de instalações portuária, para movimentação de granéis líquidos inflamáveis ou não. A Companhia detém o arrendamento para exploração de instalação portuária, quais sejam docas, cais, pontes e píers de atracação e acostagem, terrenos, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais de evolução e áreas de fundeio mantidas pela APS. O prazo de arrendamento era de 20 (vinte) anos, renovável uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o terminal contado a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento. Em 21 de maio de 2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do SPA nº 1234 realizada em 24 de maio de 2006. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m3 – distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação comtempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo nº 59, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII considerando a instalação de 5 novos tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Em novembro de 2022 foi concluída a construção da Bacia VIII a qual amplia a capacidade estática de armazenagem do terminal em mais 16.218,014 m3, distribuídos nos 5 novos tanques, incluindo também nesta data a conclusão das demais instalações de infraestrutura previstas para o funcionamento desta nova instalação. Em 14 de dezembro 2022, foi obtido o alfandegamento da Bacia VIII, conforme Ato Declaratório Executivo nº SRRF08 nº 60, expedido pelo superintende regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 14 de Dezembro de 2022. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade operacional instalada de 109.115,51m³, distribuídos em 77 (setenta e sete) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros. **b) Concais S/A:** A Concais S.A. ("Concais" ou "Companhia") foi constituída em 04 de agosto de 1997, mediante contrato de arrendamento para exploração de instalação portuária, com utilização de área correspondente a 43.227,03 metros quadrados da Autoridade Portuária de Santos – APS (antiga CODESP), situada em Outeirinhos na margem direita do Porto de Santos, e objeto do contrato de arrendamento PRES/022.98 e seus aditivos celebrados entre a SPA e a Companhia. Tem sua Sede e Foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 83, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filial na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Cândido Gaffreé, s/nº 25 interno, Porto de Santos, Terminal de Passageiros, na Cidade de Santos, Estado de São Paulo. O prazo inicial de arrendamento era de 20 anos e renovável, uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o Terminal, contados a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento, com vigência até maio de 2018. Em 01 de setembro de 2017, foi emitida a Resolução nº 5.636/2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), através da qual foi aprovado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA; reconhecida a possibilidade de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento pelo prazo de 20 anos; e avaliação pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA das características do projeto e sua correspondente aprovação, cuja vigência será até maio de 2038. Em 16 de julho de 2018, a Companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, passando a nova vigência do contrato de arrendamento a se encerrar-se em 10 de maio de 2038. Em 02 de setembro de 2021, a Companhia assinou o oitavo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, alterando o índice de correção contratual de IGP-M para IPCA. **c) Toronto Importadora e Exportadora de Óleos e Combustíveis Ltda.:** A Toronto Importadora e Exportadora de óleos e Combustíveis Ltda. "Empresa" foi constituída em 23 de novembro de 2017, com o objetivo de importação, comercialização e exportação de Combustíveis; óleos minerais e produtos de sua destilação; gasolinas; querosenes; óleo diesel; solventes; naftas; metanol; outros óleos combustíveis minerais; óleos lubrificantes; aditivos e graxas. Biodiesel puro ou misturado; etanol combustível para fins automotivos; óleos vegetais. A representação comercial de empresas nacionais e ou estrangeiras. A participação em outras sociedades como sócia, quotista e ou acionista. A Empresa tem sua sede, foro e administração a Rua Alexandre Gusmão, nº 11 – Condominio Valongo Brasil, 6º andar, Conjunto 611, Bairro Valongo, Santos, Estado de São Paulo – CEP: 11010-340. Os planos da Administração para a Toronto é intensificar as operações de intermediação e importação de combustíveis em alguns Estados nos próximos anos. Para isso, foram abertas 05 filiais em alguns portos (Salvador, Paranaguá, Fortaleza, São Luís e Recife). **d) Adonai East:** A Adonai East Terminal de Líquidos S.A. é uma Sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 82, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre Gusmão nº 11 sala 620 Valongo. A Companhia tem como objeto social único e exclusivo o arrendamento da área e infraestrutura públicas localizadas no Porto de Santos, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis, na área denominada STS13A, nos termos das disposições do Contrato de Arrendamento, objeto de Leilão nº 02/2019, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. (Poder Concedente). A Companhia detém o direito de Exploração e uso da Instalação Portuária de uso Público, com a utilização da área sob administração Autoridade Portuária de Santos – APS (Antiga Codesp), conforme contrato de arrendamento nº 03/2020, firmado em 19 de maio de 2020, tendo o seu prazo de arrendamento de 25 anos contados da data de Assunção, que foi em 21/08/2020, onde a sua vigência vai até 21/08/2045. A Companhia recebeu em 21 de setembro de 2022, da ANP – Agência Nacional do Petróleo, autorização para a construção de novas instalações no seu terminal (Autorização SIMP-ANP nº 676). A Companhia aguarda a emissão das licenças ambientais pela CETESB para iniciar em 2024 as obras no terminal. O plano da Companhia é de realizar captações no mercado para inclusive suportar o plano de obras previstos no contrato de arrendamento. **e) Contermas SPE S/A:** A Contermas – Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador – SPE S.A.("Contermas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico com sede na Avenida da França, nº 1.551, no Município de Salvador, Estado da Bahia. A Companhia foi fundada em 03 de outubro de 2016. O objetivo social da Companhia é exclusivamente o arrendamento e a exploração comercial da área, infraestrutura e instalação portuária pública relativa a implantação, gestão, manutenção e operação do serviço público e correspondente infraestrutura de apoio, como operador portuário, ao embarque,e, desembarque e trânsito de passageiros, dentro da área do Porto Organizado na Instalação Portuária de Turismo de Salvador, no Estado da Bahia. **f) PP-NMM Administração de Bens Ltda.:** A PP-NMM Administração de Bens Ltda. ("PP-NMM" ou "Companhia") é uma sociedade de capital limitada. A Empresa tem por objeto a aquisição e administração de bens próprios e de terceiros, para uso próprio ou por terceiros, incluindo sem limitação, aeronaves. **g) Pier Mauá S/A:** A Píer Mauá S/A ("Companhia") foi constituída em 13 de outubro de 1997 com o propósito específico de exploração mediante contrato de arrendamento de instalação portuária, com utilização de área sob a Administração da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro ("CDRJ") que compreende a construção, implementação, administração, operação e exploração de um complexo comercial, financeiro, de lazer, de turismo, de cultura, de transporte, de operações portuárias localizados dentro da área do Porto do Rio de Janeiro, objeto do contrato de arrendamento C-DEP JUR nº 100/97 entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Píer Mauá S/A. A Companhia está sediada na Avenida Rodrigues Alves, nº 10, Estação Marítima de Passageiros (ESMAPA), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais politicas contábeis adotadas "individuais e consolidadas" 2.1. Base de apresentação: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Sociedade em 11 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

Luís Antonio Floriano – Diretor Presidente
Luis Gustavo Batista – Diretor Financeiro
Leandro Luiz Chiachio – Diretor
Jose Manuel dos Santos de Freitas – Contador Responsável Técnico – CRC 1SP 220.700/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Aba Infra-Estrutura e Logística S/A – São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Aba Infra-Estrutura e Logística S/A ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Aba Infra-Estrutura e Logística S/A** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior:** As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob nossa responsabilidade para os quais emitimos relatório em 04 de maio de 2023 com ressalva sobre: (a) limitação de análise em investida e (b) e ajustes de atualização monetária do direito de outorga. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2024.
BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013.846/O-1
André Silva Moura
Contador CRC 1SP 300.564/O-7

ICCR NOROESTE PAULISTA S.A.

(em constituição)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023

Data, Hora e Local: 20/09/2023 às 11 horas, na sede social. Presença: Presentes os fundadores e subscritores representando a totalidade do capital social inicial da Cia, a saber: (a) Itinera Construções Ltda., neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante designada "Itinera"; e (b) Crasa Infraestrutura S.A., neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada "Crasa"; Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marco Minola, que convidou a mim, Rodrigo da Cruz Couto, para secretariá-lo. 4. O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, esta tinha por finalidade a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de ICCR Noroeste Paulista S.A. ("Cia"), na forma do projeto de Estatuto Social disponibilizado. Posteriormente, passou-se à leitura e discussão do projeto de Estatuto Social, o qual foi aprovado por unanimidade pelos presentes e anexado, em sua íntegra, à Ata desta Assembleia como seu Anexo I. 5. O Sr. Presidente também informou que os Boletins de Subscrição disponibilizados passam a fazer parte integrante da presente Ata como seu Anexo II, e já se encontram assinados pelos respectivos acionistas, que subscreveram a totalidade do capital da Cia conforme segue: (a) Itinera subscreveu o montante de R$ 500.100,00, representado por 5.001 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e com preço de emissão de R$ 100,00 por ação; e (b) Crasa subscreveu o montante de R$ 499.900,00, representado por 4.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e com preço de emissão de R$ 100,00 por ação. Em seguida, foi feita a leitura do extrato bancário que demonstra a realização da importância correspondente a, pelo menos, 10% do capital social subscrito em dinheiro. Uma vez atendidos os requisitos preliminares exigidos pelo Artigo 80 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.As"), o Sr. Presidente declarou constituída a Cia, de pleno direito. 6. Passou-se à eleição dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social aprovado no item 4 acima, tendo sido eleitos pelos senhores acionistas fundadores por unanimidade: (i) Marco Minola, (ii) Rodrigo da Cruz Couto, (iii) Aníbal Carvalho Carneiro, (iv) Cid José Andreucci, e (v) Elton Rodrigo Titon, todos para os cargos de membros do Conselho de Administração sem designação específica, com mandato de 2 anos a contar da presente data. Cada membro do Conselho de Administração aceitou o cargo para o qual foi eleito e declara, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum dos crimes que veda a exploração da atividade empresarial, nos moldes do Artigo 147 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações, tampouco está impedido de exercer a administração da Cia por lei especial; ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, sujeito à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou condenado por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, ou contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. Os Diretores, ora eleitos, tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse em livro próprio. 7. O Sr. Presidente, por fim, esclareceu que os membros do Conselho de Administração da Companhia ficarão incumbidos de eleger os Diretores da Companhia posteriormente, haja vista a vacância temporária dos cargos de Diretores, que serão responsáveis por ultimar as formalidades remanescentes necessárias à constituição da Cia e registro perante os órgãos competentes. 8. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. 20 de setembro de 2023. Mesa: Marco Minola - Presidente. Rodrigo da Cruz Couto - Secretário. Acionistas: Itinera Construções Ltda (Marco Minola); Crasa Infraestrutura S.A. (Cid José Andreucci). Membros do Conselho de Administração: Marco Minola, Rodrigo da Cruz Couto, Aníbal Carvalho Carneiro, Cid José Andreucci, Elton Rodrigo Titon. Advogado Responsável: Marcelo Sabino Carvalho - OAB/CE nº 40.838. **Estatuto Social:** Denominação Social e Duração - Artigo 1º. ICCR Noroeste Paulista S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições regulamentares e legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.As") (a "Cia"). SEDE SOCIAL: Artigo 2º. A Cia tem sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, 1510, Conjunto 31/32, Sala 8, CEP 04547-005, onde funcionará seu escritório administrativo, podendo abrir e encerrar agências, escritórios e filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. OBJETO SOCIAL: Artigo 3º. A Companhia tem como objeto social a prática das seguintes atividades: a execução das obras do Capex para o leilão da concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado LOTE NOROESTE. ("Oportunidade Qualificada de Construção"). CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 4º. O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 1.000.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável. Parágrafo Segundo. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Sociedade emitirá certificados de ações. Os certificados de ações, que poderão ser agrupadas em títulos múltiplos, quando emitidos, serão assinados por 2 Diretores da Sociedade em conjunto. Parágrafo Terceiro. Os acionistas poderão transferir suas ações a uma de suas Afiliadas, conforme definido no Acordo de Acionistas, desde que tal Afiliada assine um termo de adesão ao referido Acordo, vinculando-se integralmente aos seus termos e condições, e que a acionista cedente permaneça responsável pelas obrigações assumidas pela sua respectiva Afiliada. Parágrafo Quarto. Os acionistas não poderão criar gravames sobre suas ações sem a aprovação prévia e por escrito dos demais acionistas. Mesmo que autorizada, a criação de quaisquer gravames sobre as ações da Companhia somente será válida e eficaz se observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas. ADMINISTRAÇÃO: Artigo 5º. A Cia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com as atribuições previstas em Lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Os Conselheiros serão nomeados pela Assembleia Geral de Acionistas e os Diretores pelo Conselho de Administração. Parágrafo Único. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração anual global dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição entre seus membros. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Artigo 6º. O Conselho de Administração da Cia será composto por 5 membros, todos pessoas físicas, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e os demais conselheiros sem denominação específica. Parágrafo Segundo. Ocorrendo destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou perda de mandato de qualquer membro do Conselho de Administração, o Conselho de Administração convocará uma Assembleia Geral para preenchimento do respectivo cargo, observadas as condições previstas no Acordo de Acionistas. Artigo 7º. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano (conforme data e horários definidos pelo presidente do Conselho de Administração) e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito enviada pelo presidente do Conselho de Administração ou conforme requerida por pelo menos dois conselheiros, através de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com antecedência mínima de 5 dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes. Parágrafo Primeiro. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração. Parágrafo Segundo. Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 1 voto nas reuniões do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por um de seus pares mediante apresentação (i) de procuração específica para a reunião em pauta e (ii) do voto por escrito do membro do Conselho de Administração ausente e sua respectiva justificação. Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho de Administração poderão votar por e-mail enviado à Cia, em atenção do presidente do Conselho de Administração, e caberá, neste caso, ao secretário da reunião do Conselho de Administração lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado. O membro do Conselho de Administração que apresentar voto por escrito, nos termos desta Cláusula, será considerado como presente para fins dos quóruns de instalação previstos neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Parágrafo Quarto. As reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer em Dias Úteis, dentro do horário comercial. Parágrafo Quinto. Serão considerados presentes os membros do Conselho de Administração que participarem de reunião através de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a comunicação entre Pessoas em tempo real. Nestes casos, as atas das reuniões deverão ser transmitidas por e-mail ao(s) membro(s) do Conselho de Administração para assinatura e retransmissão para a Cia. Artigo 8º. As reuniões do Conselho de Administração serão validamente instaladas: (i) em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente ou conforme permitido neste Estatuto Social; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de presentes, pessoalmente ou conforme permitido neste Estatuto Social. Artigo 9º. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas e dirigidas pelo presidente do Conselho de Administração ou por qualquer outro conselheiro por ele indicado. Na ausência ou recusa do presidente, caso o presidente não tenha indicado outro conselheiro, a Acionista Majoritária indicará dentre os outros 2 membros remanescentes por ela nomeados, em tempo hábil, quem instalará e dirigirá a reunião. O presidente do Conselho, ou quem estiver responsável por instalar e dirigir a reunião do Conselho, conforme as determinações ora previstas, deverá indicar o responsável por secretariar a respectiva reunião. Artigo 10. Além das matérias cuja competência seja atribuída ao Conselho de Administração nos termos da Lei das Sociedades por Ações, competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre: (i) aprovação do Plano de Negócios e do Orçamento Anual da Companhia e quaisquer revisões de seus valores e componentes, conforme definido no Acordo de Acionistas; e (ii) quaisquer matérias que, nos termos deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e/ou da legislação aplicável, sejam de competência do Conselho de Administração e não requeiram quórum qualificado de aprovação. Parágrafo único. Observadas as disposições da legislação aplicável, bem como os termos do Acordo de Acionistas, as matérias submetidas ao Conselho de Administração estarão sujeitas à aprovação da maioria dos seus membros, desde que assim previsto no Acordo de Acionistas. DIRETORIA: Artigo 11. A Diretoria da Companhia será composta por 3 diretores, sendo 1 Diretor Executivo, 1 Diretor Administrativo e Financeiro e 1 Diretor de Engenharia e Produção, todos residentes no Brasil, eleitos pelos membros do Conselho de Administração, para um mandato por prazo de 2 anos, permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo, os quais possuem as seguintes atribuições: (i) Diretor Executivo: dirigir e coordenar os negócios da companhia, em conformidade com os termos do Acordo de Acionista, deste Estatuto, disposições legais, decisões e diretrizes da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da companhia, (ii) Diretor Administrativo-Financeiro: dirigir e coordenar as atividades administrativas, financeiras e contábeis da cia, (iii) Diretor de Engenharia e Produção: dirigir e coordenar as atividades referentes ao planejamento e execução das obras de engenharia e construção da companhia. Parágrafo Primeiro. Os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura do termo de posse em livro próprio, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores. Parágrafo Segundo. No caso de vacância de qualquer cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelo Conselho de Administração, em reunião a ser convocada no prazo de 10 dias, contados da vacância. Para os fins deste parágrafo, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago se ocorrer a renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Parágrafo Terceiro. Os cargos de Diretor Executivo e Diretor de Engenharia e Produção são reservados a engenheiros devidamente registrados no CREA. Artigo 12. Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais previstas neste Estatuto Social, e na legislação aplicável, os Diretores ficam investidos de poderes para representar a Companhia, isoladamente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, observadas as condições deste Artigo. Parágrafo Primeiro. Exceto conforme disposto no Parágrafo Terceiro abaixo, a Cia será representada por (i) 2 Diretores; (ii) um Diretor e um procurador constituído com poderes específicos; e (iii) dois procuradores constituídos com poderes específicos. Parágrafo Segundo. As procurações em nome da Cia serão sempre outorgadas por cada Diretor para representação exclusiva do Diretor outorgante, conterão poderes expressos para o desempenho de atividades específicas, vedado o substabelecimento, e conterão prazo de vigência limitado a 1 ano, excetuadas aquelas para fins judiciais. Parágrafo Terceiro. Na hipótese da prática de quaisquer dos seguinte atos, a Cia poderá ser representada por 1 Diretor ou seu respectivo procurador isoladamente (i) autorizar a condução de veículos da Cia, (ii) resolver quaisquer questões trabalhistas, firmando acordos e compromissos, e representar a empresa junto ao Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais, Justiça do Trabalho e demais órgãos competentes, (iii) representar a Companhia perante qualquer órgão público da Administração Direta Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, da Administração Indireta Federal, Estadual, Municipal, ou Distrital, sejam autarquias, Fundações, Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista, Paraestatais e Concessionárias de Serviços Públicos, em todo território nacional, podendo, onde convier, requerer, retirar e promover o que for de interesse da Cia, bem como cadastrar e alterar dados, baixar inscrições e requerer recibos, certidões, informações e cópias, assim como apresentar e desentranhar documentos, acompanhar a tramitação de processos e prestar declarações, e (iv) assinar PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – PPP, conforme Instrução Normativa INSS/DC nº 96/2003. Artigo 13. As reuniões da Diretoria deverão ser convocadas a critério de qualquer Diretor, por meio de notificação escrita enviada a todos os demais Diretores com, no mínimo, 5 dias de antecedência à realização da reunião. A notificação deverá especificar a data, local e a hora de realização da reunião, conter as matérias a serem deliberadas, bem como estar acompanhada de cópias de quaisquer relatórios, propostas ou qualquer outra informação relevante relacionadas às matérias a serem deliberadas. Parágrafo Único. As reuniões deverão ocorrer (i) na sede da Cia; (ii) em qualquer outro local aprovado por todos os Diretores; ou (iii) por teleconferência ou videoconferência e, neste caso, as atas das reuniões deverão ser transmitidas por e-mail ao(s) membro(s) da Diretoria para assinatura e retransmissão para a Coia. Um Diretor ausente poderá ser representado por outro portando uma carta de autorização ou procuração com poderes específicos. Artigo 14. A reunião da Diretoria será validamente instalada quando presentes (ou representados, por meio de carta de autorização ou procuração), no mínimo, 02 Diretores, nos termos do Acordo de Acionistas. No caso de o quórum de instalação não ser atingido, qualquer reunião relevante deverá ser adiada para a data determinada pelo Diretor Executivo, o qual deverá observar o intervalo mínimo de 72 horas, ficando consignado que a reunião seguinte será validamente instalada com qualquer quórum. Artigo 15. Os atos de qualquer acionista, Diretor, funcionário ou procuradores que envolvam a Cia em qualquer obrigação relacionada a negócios ou operações estranhos ao seu objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos e qualquer outra garantia, são expressamente proibidos e serão considerados nulos em relação a Cia, exceto se expressamente autorizados de acordo com os termos deste Estatuto Social. CONSELHO FISCAL - Artigo 16. O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente, sendo instalado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei. Artigo 17. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição. Quando instalado, o Conselho Fiscal terá com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. Parágrafo Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. ASSEMBLEIAS GERAIS - Artigo 18. As Assembleias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos 4 meses seguintes ao término do exercício social e as Extraordinárias sempre que os interesses da Cia assim o exigirem, observados, em todos os casos, os dispositivos da lei, do acordo de acionistas e deste estatuto referentes à convocação, instalação, quórum e deliberações. Artigo 19. A Assembleia Geral Ordinária terá a seguinte competência: (a) Tomar as contas da Diretoria, discutir e deliberar sobre o balanço e as demonstrações financeiras do exercício findo; (b) Definir a destinação dos resultados do exercício e a distribuição de dividendos aos acionistas; e (c) Eleger os membros do Conselho de Administração, quando necessário. Artigo 20. Além das hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Conselho de Administração, quando este entender conveniente ou necessário, mediante notificação escrita enviada aos acionistas com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência à data de sua realização. A notificação deverá especificar a data e a hora de realização da assembleia, conter as matérias a serem deliberadas, que não poderão estar descritas de forma genérica, bem como estar acompanhada de cópias de quaisquer relatórios, propostas ou qualquer outra informação relevante relacionada às matérias a serem deliberadas. Parágrafo Primeiro. As Assembleias Gerais deverão ser realizadas em Dias Úteis e horário comercial, na sede da Companhia, ou em lugar alternativo na cidade em que a Companhia esteja sediada (neste caso, desde que a realização em local diverso da sede da Companhia seja devidamente justificada pelo responsável por presidir a Assembleia Geral em questão e o local seja indicado com clareza nos respectivos anúncios). Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral será validamente instalada, em primeira convocação, quando estiverem presentes acionistas representando, no mínimo, 100% do capital social da Companhia. Não se realizando a Assembleia Geral, deverá ser enviada nova notificação escrita a todas os acionistas, na forma descrita no caput, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Em segunda convocação, a Assembleia Geral instalar-se-á com qualquer quórum, na forma do Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo Terceiro. As Assembleias Gerais serão instaladas e dirigidas pelo presidente do Conselho de Administração ou por qualquer outro conselheiro por ele indicado. Na ausência ou recusa do presidente, caso o presidente não tenha indicado outro conselheiro, a Acionista Majoritária indicará dentre os outros 2 membros remanescentes por ela nomeados, em tempo hábil, quem instalará e dirigirá a Assembleia. O presidente do Conselho, ou quem estiver responsável por instalar e dirigir a Assembleia Geral, conforme as determinações ora previstas, deverá indicar o responsável por secretariar a respectiva reunião. Parágrafo Quarto. As formalidades de convocação previstas neste artigo serão dispensadas quando estiverem presentes à Assembleia Geral todos os Acionistas, sendo também considerado presente o acionista que: (i) participar da Assembleia através de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a comunicação entre pessoas em tempo real, ou (ii) que votar por meio de carta, telegrama ou comunicação eletrônica (e-mail) encaminhado ao presidente da Assembleia Geral, e que da referida comunicação conste o voto do acionista tomado com base no prévio conhecimento das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral. Artigo 21. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, desde que tal procurador seja acionista, administrador da Cia ou advogado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.As. Artigo 22. Salvo nos casos previstos em lei, neste Estatuto Social ou no Acordo de Acionistas, todas as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por votos de Acionistas titulares de Ações da Chia que representem, no mínimo, 50% mais uma Ação do capital social da Cia, não se computando os votos em branco. EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS - Artigo 23. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras serão preparadas de acordo com os requisitos e formalidades previstos em lei, além do disposto no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Parágrafo Único. A Cia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais e as disposições do Acordo de Acionistas. Estes dividendos, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Artigo 24. Observado o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, o lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: (a) A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (b) Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (c) O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. Artigo 25.cA Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO - Artigo 26. A Cia deverá ser liquidada após a plena execução do seu objeto social, quando assim determinado pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro. Será nomeado um representante da acionista representando a maioria do capital social para proceder à liquidação dos ativos, passivos e distribuição do resultado líquido, em consonância com as regras e critérios estabelecidos no Acordo de Acionistas. DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 27. A Cia e os seus acionistas observarão e respeitarão integralmente o acordo de acionistas arquivado na sede da Cia, datado de 20/09/2023 ("Acordo de Acionistas"), durante todo o período de sua vigência, na forma do artigo 118 da Lei das S.As, cabendo à Diretoria recusar o registro de transferências de ações ou criação de ônus sobre ações que sejam contrárias ao eventual Acordo de Acionistas, e ao Presidente da Assembleia Geral recusar a computar os votos lançados contra o referido Acordo de Acionistas. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos livros de Registro de Ações Nominativas da Cia. Artigo 28. Quaisquer controvérsias, litígios, dúvidas, disputas, conflitos, questões ou discrepâncias de qualquer natureza oriundas ou relacionadas ao, ou reguladas pelo presente Estatuto Social ("Conflito") envolvendo qualquer dos acionistas ("Partes Envolvidas"), será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela International Chamber of Commerce ("Câmara"). Parágrafo Primeiro. A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem ("Regulamento da Câmara"). Parágrafo Segundo. A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros, preferencialmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). Parágrafo Terceiro. Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas. Parágrafo Quarto. Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara. Parágrafo Quinto. Os procedimentos previstos na presente Cláusula também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. Parágrafo Sexto. A arbitragem será realizada no Município do São Paulo, Estado do São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. Parágrafo Sétimo. A arbitragem será realizada em língua inglesa, ficando, desde já, autorizada a apresentação de documentos ou testemunhos em português, desde que tais documentos estejam acompanhados de tradução simultânea para o inglês. Para fins de esclarecimento, todo e qualquer custo relacionado à tradução dos documentos deverá ser arcado pela própria Parte Envolvida que desejar apresentar o documento ou testemunho acompanhados de tradução. Parágrafo Oitavo. A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. Parágrafo Nono. A arbitragem será concluída no prazo de 6 meses, contados a partir da data de assinatura do termo de arbitragem, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral. Parágrafo Décimo. A arbitragem será sigilosa. Parágrafo Décimo Primeiro. O Tribunal Arbitral alocará entre as Partes, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens. Parágrafo Décimo Segundo. As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as referidas decisões, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96. Parágrafo Décimo Terceiro. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas de urgência, sendo certo que o eventual requerimento de medida de urgência ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida de urgência deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral. As medidas de urgência concedidas pelo Poder Judiciário poderão ser revistas pelo Tribunal Arbitral após a sua constituição. Parágrafo Décimo Quarto. Para (i) as medidas de urgência anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. Artigo 29. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Jucesp - registro n. e NIRE 35.300.628.128 em 06/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,1586 / R$ 5,1592 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,1467 / R$ 5,1487 *
Turismo - R$ 5,1841 / R$ 5,3641
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,38%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,33%
Pontos: 124.740
Volume financeiro: R$ 20,170 bilhões
Maiores altas: Petroreconcavo ON (4,74%), Iguatemi UNT (2,10%), Pão de Açúcar ON (1,81%)
Maiores baixas: Petz ON (-9,51%), Casas Bahia ON (-4,86%), Vamos ON (-4,11%)
S&P 500 (Nova York): 0,02%
Dow Jones (Nova York): -0,11%
Nasdaq (Nova York): 0,1%
CAC 40 (Paris): -0,17%
Dax 30 (Frankfurt): -0,27%
Financial 100 (Londres): -0,05%
Nikkei 225 (Tóquio): 2,42%
Hang Seng (Hong Kong): 2,21%
Shanghai Composite (Xangai): 0,76%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,44%
Merval (Buenos Aires): -3,46%
IPC (México): -0,3%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%

Publicidade Legal

Tusta Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 40.316.750/0001-91

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estaturárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
São José dos Campos-SP, 01 de abril de 2024. *A Administração*

Balanços Patrimoniais – Levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	234	216	Fornecedores	83	133
Contas a receber	924	476	Impostos a recolher	8	7
Impostos a Recuperar	175	123	Empréstimos e financiamentos	423	531
Outros créditos	13	21	Outras contas a pagar	163	–
	1.346	**836**		**677**	**671**
			Patrimônio líquido		
Não Circulante			Capital social	1.100	1.100
Imobilizado	16	22	AFAC	2.910	1.747
	16	**22**	Prejuízos acumulados	(3.325)	(2.660)
				685	**187**
Total do ativo	**1.362**	**858**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**1.362**	**858**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	2022		2023	2022
Receita líquida de serviços	**1.148**	**40**	Receitas financeiras	813	266
(-) Custo dos serviços prestados	(1.562)	(1.444)	Despesas financeiras	(56)	(76)
(=) Prejuízo bruto	**(414)**	**(1.404)**	**(=) Resultado Financeiro Líquido**	**757**	**190**
(+/-) Despesas/receitas operacionais			**(=) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social**	**(664)**	**(1.582)**
Gerais e administrativas	(998)	(365)	Imposto de renda	–	–
Outras receitas e despesas operacionais	(9)	(3)	Contribuição social	–	–
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(1.421)**	**(1.772)**	**(=) Prejuízo líquido do exercício**	**(664)**	**(1.582)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento capital	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**100**	**1.000**	**(1.078)**	**22**
Integralização de capital	1.000	(1.000)		**–**
Adiantamento para futuro aumento capital	–	1.747	–	**1.747**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(1.582)	**(1.582)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.100**	**1.747**	**(2.660)**	**187**
Mutação do exercício	**1.000**	**747**	**(1.582)**	**165**
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**1.100**	**1.747**	**(2.660)**	**187**
Integralização de capital	–	–	–	**–**
Adiantamento para futuro aumento capital	–	1.162	–	**1.162**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(664)	**(664)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.100**	**2.909**	**(3.324)**	**685**
Mutação do exercício	**–**	**1.162**	**(664)**	**498**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	**(664)**	**(1.582)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do período	**(664)**	**(1.582)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

Fluxo de caixa de atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	**(664)**	**(1.582)**
Ajustes por:		
Depreciação	5	5
Juros sobre empréstimos	32	30
Resultado líquido ajustado	**(627)**	**(1.547)**
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:		
Contas a receber	(586)	(457)
Impostos a recuperar	(52)	(75)
Outros créditos	8	(20)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	(50)	63
Outras contas a pagar	163	(33)
Impostos a recolher	1	4
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	**(1.144)**	**(2.065)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado	–	(13)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	**(1.144)**	**(2.078)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos empréstimos	–	–
Integralização de capital	1.162	1.747
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**1.162**	**1.747**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa	**18**	**(331)**
Caixa e equivalentes a caixa		
No início do exercício	216	547
No final do exercício	234	216
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa	**18**	**(331)**

Eldorado Administração e Participações Imobiliárias Ltda. **Denis Cesar Correia** **Eliana de Souza Santos** – Contadora CRC 1SP 175.532/O-6

IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

CNPJ/MF nº 43.217.850/0001-59 NIRE 35.200.846.590

Resolução da Sócia Única da IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **AO3 Empreendimentos e Participações Ltda.**, sociedade limitada unipessoal, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Marquês de São Vicente, 2219, sala 01-122B, 1º andar, Água Branca, CEP 05036- 040, CNPJ/MF nº 19.138.850/0001-89, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") NIRE 35.227.954.342, neste ato representada por seus diretores, Sr. **José Carlos do Nascimento**, RG nº 20.990.362-4 (SP/SSP), CPF/MF nº 143.060.868-44; e Sra. **Maria Antonia Melo Costa**, portadora do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) nº G327518- O, CPF/MF nº 239.216.008-20, na qualidade de sócia única da **IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda**., sociedade empresária limitada unipessoal com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Marquês de São Vicente, 2219, sala 01-122C, 1º andar, Água Branca, CEP 05036-040, CNPJ/MF sob o nº 43.217.850/0001-59, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP NIRE 35.200.846.590 ("Sociedade"), resolve o que segue: **(i) Aprovar** a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo às necessidades operacionais da Sociedade, atualmente de R$ 52.084.416,62, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, para R$ 42.084.416,62, uma redução, portanto, de R$ 10.000.000,00, mediante a extinção de 1.000.000 de quotas Classe A, do valor nominal de R$ 10,00 cada uma, e a restituição à sócia única da quantia correspondente; **(ii) Consignar**, ainda, que a redução de capital mencionada no item (a) acima só será efetivada após decorrido o prazo legal de 90 dias para a manifestação dos credores, contado das publicações exigidas por lei, sendo que a Alteração do Contrato Social pertinente será arquivada, concomitantemente com a presente, pelos meios próprios, na Junta Comercial do Estado do São Paulo; e **(iii) Autorizar** os administradores e/ou procuradores da sociedade a tomarem todas as providências, a praticarem todos os atos e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e efetivação das resoluções acima. **E, Por Ser Essa a Expressão da Verdade**, a sócia única assina o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma. São Paulo, 10/04/2024. **AO3 Empreendimentos e Participações Ltda.:** por José Carlos do Nascimento; por Maria Antonia Melo Costa.

Fraction 038 Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 48.968.840/0001-79

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo Circulante	**101,00**	**101,00**
Disponibilidades	**101,00**	**101,00**
Caixa e bancos	101,00	101,00
Total do Ativo	**101,00**	**101,00**
Passivo	**2023**	**2022**
Patrimônio Líquido	**101,00**	**101,00**
Capital:	101,00	101,00
De domiciliados no país	101,00	101,00
Patrimônio liquido atribuível aos controladores	**101,00**	**101,00**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**101,00**	**101,00**

Demonstração do Resultado *(Em Reais)*

	2023	2022
Receitas Operacionais	**–**	**–**
Receita Bruta Operacional	**–**	**–**
Resultado Bruto	**–**	**–**
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**–**	**–**
Lucro/ (Prejuízo) do Período	**–**	**–**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	–	–
Atribuído a Sócios Não Controladores	–	–
Nº de Quotas:	101	101
Lucro (prejuízo) por Quota:	0,00	0,00

A Diretoria **Reinaldo Dantas –** Contador CRC 1SP 110.330/O-6

Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/MF nº 05.347.060/0001-07 – NIRE 35.300.455.339

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024

Data, Hora e Local: 27/03/2024, às 9h30, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; Secretária: Sra. **Larissa Andrade de Melo**. **4. Ordem do Dia:** ***(i)*** o Relatório da Administração e as contas apresentas pela Diretoria relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; ***(ii)*** as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023 ("Demonstrações Financeiras"), acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer emitido pelo Comitê de Auditoria; e ***(iii)*** a recomendação para a aquisição de ações de emissão pela própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou recolocação, na forma da legislação aplicável. **Deliberações tomadas por unanimidade: 1. Aprovar**: (i) o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria relativos ao exercício social encerrados em 31/12/2023; e (ii) as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer emitido pelo Comitê de Auditoria. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas terão uma via arquivada na sede social, serão divulgadas no prazo legal e serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. **2. Recomendar** para a Assembleia Geral da Companhia a aquisição pela Companhia de 838.710 ações ordinárias de sua própria emissão, representativas, nesta data, de 1,50% do capital social total e votante da Companhia, de titularidade de acionista minoritário da Companhia, observadas as cautelas previstas na Resolução CVM 77/23, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, conforme permitido pelo artigo 30, item 'b', parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, e demais legislação aplicável emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A referida aquisição poderá ser feita com os recursos das reservas de lucros e/ou de capital da Companhia, acrescido do resultado já realizado do exercício social em andamento, segregadas as destinações às reservas legal, de lucros a realizar, especial de dividendo obrigatório não distribuído e de incentivos fiscais, por um preço fixo certo e ajustado de R$ 3.263.268,47, pagável à vista contra a transferência das ações adquiridas; e **3. Autorizar** a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata, devidamente assinada pelos presentes. São Paulo, 27/03/2024. Mesa: **Arnaldo José Lewis e Sá Filho** – Presidente; **Larissa Andrade de Melo** – Secretária. Conselheiros Presentes: **Arnaldo José Lewis & Sá Filho**; **José Carlos Penteado Masagão**; **Piero Lara Rosatelli**; **Luis Augusto Lobão Mendes**; **Ana Paula Zamper.** JUCESP – Registrado sob nº 156.260/24-4 em 19/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 01 de maio de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de maio, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a homologação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, da Lei das S.A., e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de março de 2024, às 15h00; **(ii)** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o quanto deliberado no item (i) acima; **(iii)** a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; **(iv)** a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; **(v)** a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e **(vi)** a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (v) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 23 de abril de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (23, 24 e 25/04/2024)

Monde Bleu Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ(ME) nº 49.009.413/0001-26

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2023 *(Valores em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	31/12/23	Passivo	31/12/23
Ativo circulante	**230.853,45**	**Passivo circulante**	**7.688,48**
Disponibilidades	**1,00**	**Outras obrigações**	**7.688,48**
Caixa e bancos	1,00	Demais impostos e contrib. a recolher	1.438,49
Aplicações equivalentes de caixa	**230.487,03**	Diversos	6.249,99
Cotas de fundos de investimentos	230.487,03	**Passivo não circulante**	**422.934,52**
Outros créditos	**365,42**	**Exigível a longo prazo**	**422.934,52**
Diversos	365,42	**Outras obrigações**	**422.934,52**
Ativo não circulante	**32.935.664,37**	Diversos	422.934,52
Realizável a longo prazo	**35.304,36**	**Patrimônio líquido**	**32.735.894,82**
Outros créditos	**35.304,36**	Capital:	35.000.101,00
Diversos	35.304,36	De domiciliados no país	35.000.101,00
Imobilizado de uso	**32.900.360,01**	Lucros / (prejuízos) acumulados	(2.264.206,18)
Imóveis	-	**Patrimônio liquido atribuível aos controladores**	**32.735.894,82**
Outros bens do imob. de uso	35.164.990,00		
(Depreciações acumuladas)	(2.264.629,99)	**Total do passivo e patrimônio líquido**	
Total do ativo	**33.166.517,82**		**33.166.517,82**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/23		31/12/23
Despesas/receitas operacionais	(2.264.650,66)	**Resultado antes dos tributos sobre o lucro**	**(2.264.206,18)**
Despesas gerais e administrativas	(2.264.650,66)		
Outras despesas administrativas	(2.264.629,99)	**Resultado líquido das operações continuadas**	**(2.264.206,18)**
Despesas tributarias	(20,67)		
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**(2.264.650,66)**	**Prejuízo do período**	**(2.264.206,18)**
Resultado financeiro	**444,48**	Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.264.206,18)
Receitas financeiras	444,48	Nº de ações	3.200.100
Rendas de aplic. interfinanceira de liquidez	444,48	Lucro (prejuízo) por ação:	(0,71)

A DIRETORIA: Reinaldo Dantas - Contador - CRC-1SP nº 110330/O-6

Ibovespa reflete cautela e cai 0,33%, aos 124,7 mil pontos

O Ibovespa seguiu em baixa, sem conseguir acompanhar a virada pontual dos índices de ações em Nova York ao positivo no meio da tarde de quarta-feira, em dia de retomada da pressão sobre os rendimentos dos Treasuries após nova leitura, acima do esperado, sobre dados americanos, desta vez referentes a encomendas de bens duráveis. Assim, o índice da B3 caiu 0,33%, aos 124.740,69 pontos, com giro a R$ 20,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa recua 0,31% e, no mês, cede 2,63% – no ano, perde 7,04%.

Em leve baixa pelo segundo dia, o índice oscilou de 124.555,92 (-0,47%) a 125.472,55, saindo de abertura a 125.149,18 na sessão. O dia foi moderadamente negativo para as ações de maior peso no Ibovespa, à exceção de Vale (ON +1,24%), que divulgará o balanço do primeiro trimestre após o fechamento da B3, ontem. As ações de grandes bancos mostraram sinal misto no encerramento, entre -0,44% (Itaú PN) e +0,11% (Santander Unit). O dia foi levemente negativo para Petrobras (ON -0,44%, PN -0,46%), com o petróleo ainda se ajustando à relativa distensão geopolítica no Oriente Médio.

Na ponta ganhadora, destaque para PetroReconcavo (+4,74%), Iguatemi (+2,10%) e Pão de Açúcar (+1,81%). No lado oposto, Petz (-9,51%), Casas Bahia (-4,86%) e Vamos (-4,11%). No fechamento, os índices de Nova York não conseguiram manter o fôlego de recuperação: Dow Jones -0,11%, S&P 500 +0,02% e Nasdaq +0,10%.

IstoéDinheiro

Juros: taxas avançam acompanhando alta dos rendimentos dos Treasuries

Os juros futuros fecharam em alta firme a sessão de quarta-feira, influenciado pela puxada dos retornos dos Treasuries especialmente, as de longo prazo, trazendo ganho de inclinação à curva. À tarde, a pressão diminuiu um pouco com a ausência de novidades no cenário internacional e andamento da pauta econômica no Congresso. Internamente, o mercado acompanhou a participação de Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central, em evento pela manhã, na qual pregou "serenidade" da autarquia frente à reprecificação dos ativos globais.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,350%, de 10,296% ontem no ajuste. O DI para janeiro de 2026 tinha taxa de 10,63% (máxima de 10,67%), de 10,50% no ajuste anterior. A do DI para janeiro de 2027 subia de 10,81% para 10,96%, com máxima de 10,99%. O DI para janeiro de 2029, que na máxima da manhã tocou 11,44%, projetava taxa de 11,42%, de 11,27% ontem.

Nas últimas sessões, o mercado vinha testando uma correção dos excessos na semana passada, mas ontem com o movimento forte dos juros americanos esse processo acabou sendo deixado de lado. O estrategista-chefe da Monte Bravo, Alexandre Mathias, afirma que os ativos locais têm tida a dinâmica comandada pelo exterior e, nesta semana, especialmente, "o juiz de tudo será o PCE na sexta-feira", ao se referir ao índice de preços de gastos com consumo nos Estados Unidos. "Se vier de 2,80% para 2,70% tende a melhorar muito", diz.

A taxa da T-Note de 10 anos estava em 4,64% no fim da tarde, após chegar perto de 4,67% nas máximas, pela manhã.

IstoéDinheiro

DMCard Participações S.A.

CNPJ/ME nº 45.586.447/0001-22

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DMCard Participações S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Contexto Organizacional:** A DMCard Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de março de 2012, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Jose dos Campos, estado de São Paulo, com objetivo principal a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou de qualquer outra forma. Os acionistas das empresas do Grupo DM decidiram ceder e transferir o capital social e suas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade para constituição da Companhia, e firmaram um acordo de investimento com objetivo de receber investimento em suas operações. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 18 de abril de 2024. **Operações:** A Companhia atua como investidora de empresas do Grupo DM para o contínuo processo de inovações contínuas pelo emprego de tecnologias para aumentar a percepção de valor pelo lojista e clientes, garantindo, assim, um crescimento saudável, com maior rentabilidade e consequente aumento de retorno aos acionistas. **Práticas contábeis:** As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São José dos Campos, 18 de abril de 2024.

Denis César Correia – Presidente

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	21.646	107	354.908	176.136
Aplicação financeira	–	–	399	317
Títulos e Valores Mobiliários	–	–	79.497	1.265
Contas a receber	–	–	1.379.850	1.049.268
Contas vinculadas	–	–	2.041	280
Tributos e contribuições a recuperar	406	275	5.201	3.670
Despesas antecipadas	–	–	2.878	2.130
Outros créditos	16.171	4.726	95.912	15.330
	38.223	**5.108**	**1.920.686**	**1.248.396**
Realizável a longo prazo				
Outros investimentos financeiros	–	–	12.856	–
	–	**–**	**12.856**	**–**
Não circulante				
Despesas antecipadas	–	–	1.610	2.203
Depósito judicial	–	–	88	60
Outros créditos	8	10.825	6.457	4.015
Créditos tributários	–	–	12.937	–
Investimentos	169.452	122.230	85.093	–
Imobilizado	–	–	28.871	14.407
Intangível	–	–	81.161	57.700
	169.460	**133.055**	**216.217**	**78.385**
Total do ativo	**207.683**	**138.163**	**2.149.759**	**1.326.781**
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Depósitos	–	–	71.497	924
Fornecedores	1	–	13.767	6.194
Contas a pagar lojista	–	–	773.590	587.380
Empréstimos e financiamentos	–	34.172	44.604	167.577
Salários e encargos sociais	–	–	7.683	7.203
Tributos e contribuições sociais	1	122	13.771	10.336
Tributos e impostos parcelados	–	–	7.044	3.295
Debêntures	–	–	37.119	10.172
Obrigações em Operações de Transferência de Ativos	–	–	44.237	–
Dividendos a pagar	15.309	3.033	19.306	3.171
Outras contas a pagar	–	30	117.702	14.036
	15.311	**37.357**	**1.150.320**	**810.288**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	34.979	17.390
Tributos e impostos parcelados	–	–	25.821	13.025
Debêntures	–	–	471.503	28.156
Obrigações em Operações de Transferência de Ativos	–	–	268.043	354.610
IRPJ e CSLL Diferido	–	–	8.290	–
Passivos contingentes	–	–	707	166
	–	–	**809.343**	**413.347**
Patrimônio líquido				
Capital social	114.757	78.757	114.757	78.757
Acionistas não controladores	–	–	1.324	2.635
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.635	–	2.635	
Reserva legal	3.071	505	3.071	505
Reserva de capital	32.971	17.018	32.971	17.018
Reserva de lucros	40.690	6.571	40.690	6.571
Ações em tesouraria	(1.752)	(2.045)	(1.752)	(2.045)
Lucro (Prejuízos) acumulados	–	–	(3.600)	(295)
	192.372	**100.806**	**190.096**	**103.146**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**207.683**	**138.163**	**2.149.759**	**1.326.781**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro do exercício	**51.306**	**10.109**	**49.344**	**10.055**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**51.306**	**10.109**	**49.344**	**10.055**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de serviços	**–**	**1.196**	**484.102**	**384.253**
(-) Custo dos serviços prestados	–	–	(384.540)	(307.571)
(=) Lucro Bruto	**–**	**1.196**	**99.562**	**76.682**
(+/-) Despesas/receitas operacionais				
Gerais e administrativas	(1.758)	(39)	(69.523)	(54.712)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	–	31.766	34.141
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	–		(366.203)	(370.123)
Resultado Equivalência Patrimonial	54.254	12.404	(2.040)	(7)
(=) Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**52.496**	**13.561**	**(306.438)**	**(314.019)**
Despesas financeiras	(1.878)	(3.729)	(209.329)	(145.107)
Receitas financeiras	688	277	589.288	472.719
(=) Resultado financeiro líquido	**(1.190)**	**(3.452)**	**379.959**	**327.612**
Outras receitas/despesas não operacionais	**–**	**–**	**(19)**	**–**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**51.306**	**10.109**	**73.502**	**13.593**
(-) Imposto de Renda	–	–	(14.882)	(2.489)
(-) Contribuição Social	–	–	(8.286)	(1.049)
(-) Imposto diferido	–	–	(990)	–
(=) Lucro do exercício	**51.306**	**10.109**	**49.344**	**10.055**
Nº de ações (Mil)	**55.902**	**50.981**	**55.902**	**50.981**
Lucro líquido por lote de Mil Ações (em R$)	**0,92**	**0,20**	**0,88**	**0,20**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**51.306**	**10.109**	**49.344**	**10.055**
Ajustes por:				
Amortização	–	–	2.850	–
Depreciação e amortização	–	–	10.539	7.199
Baixa de imobilizado de uso e outros investimentos	–	–	19	–
Provisão/(reversão) para reestruturação	–	–	(391)	–
Provisão para processos judiciais	–	–	530	23
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	–	–	36	–
Despesas incorridas de captação e empréstimos	–	–	1.331	–
Apropriação de stock option	1.668	–	1.668	–
Resultado de equivalência patrimonial	(54.254)	–	2.041	7
Juros arrendamento mercantil	–	–	569	368
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	640	–
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente	–	–	23.518	3.538
Resultado líquido ajustado	**(1.280)**	**10.109**	**92.694**	**21.190**
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(367.939)	(212.520)
Contas vinculadas	–	–	(63.632)	4.303
Tributos e contribuições a recuperar	(131)	(275)	(1.038)	4.495
Outros créditos e ativos	(22.607)	(15.551)	(140.112)	(6.293)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:				
Outros depósitos	–	–	2.197	–
Fornecedores	1	–	7.657	1.530
Contas a pagar lojista	–	–	226.094	74.268
Salários e encargos sociais	–	–	781	689
Tributos e contribuições sociais e impostos parcelados	(121)	122	5.194	20.186
Outras contas a pagar	178	3.057	70.198	(860)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(22.680)**	**(12.647)**	**(260.600)**	**(114.202)**
Impostos pagos sobre lucro	–	–	(5.159)	(3.244)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	**(23.960)**	**(2.538)**	**(173.067)**	**(96.256)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição e baixa de intangível	–	–	(17.809)	(19.313)
Aquisição e baixa de imobilizado	–	–	(12.281)	(1.435)
Aquisição e baixa de arrendamento mercantil	–	–	(5.406)	–
Outros investimentos	–	–	(12.856)	–
Baixa de investimentos	–	–	17.622	22
Aquisição de carteira de clientes	–	–	(28.245)	(9.773)
Aquisição de participação societária	(4.884)	(80.500)	(49.753)	–
Baixa de participação societária	–	–	999	–
Aplicação financeira	–	–	(82)	(76)
Aquisição e baixa de títulos e valores mobiliários	–	–	(359)	64
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	**(4.884)**	**(80.500)**	**(108.170)**	**(30.511)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	50.300	52.603	50.300	52.603
Recursos provenientes de venda de ações de tesouraria	–	288	–	288
Recompra de ações em tesouraria	–	(261)	–	(261)
Recursos provenientes de empréstimos, debêntures e fundos de investimentos	–	30.515	513.269	371.789
Pagamento e amortização de empréstimos, debêntures e fundos de investimentos	(34.172)	–	(195.609)	(178.688)
Recursos provenientes de emissão de instrumentos de captação	–	–	65.510	–
Custos de transação e resgate sobre emissão de instrumentos de captação	–	–	(817)	–
Recursos provenientes de arrendamento mercantil	–	–	5.358	–
Pagamento de arrendamento mercantil	–	–	(1.007)	(1.282)
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	14.623	–	14.538	–
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(2.347)	–	(13.512)	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	21.979	–	21.979	(484)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**50.383**	**83.145**	**460.009**	**243.965**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**21.539**	**107**	**178.772**	**117.198**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	107	–	176.136	58.938
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	21.646	107	354.908	176.136
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**21.539**	**107**	**178.772**	**117.198**

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas Legal	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Ações em tesouraria	Resultado do Exercício	Controladora	Acionistas não controladores	Prejuízos Acumulados	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**43.757**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**43.757**	**–**	**–**	**43.757**
Integralização de capital	35.000	–	–	17.303	–	(2.303)	–	**50.000**	**–**	**–**	**50.000**
Ações em tesouraria	–	–	–	(285)	–	258	–	**(27)**	**–**	**(295)**	**(322)**
Lucro (Prejuízos) do exercício	–	–	–	–	–	–	10.109	**10.109**	**–**	**–**	**10.109**
Destinação de lucros	–	–	–	–	–	–	–	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição de reserva legal	–	–	505	–	–	–	(505)	**–**	**2.246**	**–**	**2.246**
Constituição de reserva de lucros	–		–	–	6.571	–	(6.571)	**–**	**389**	**–**	**389**
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(3.033)	**(3.033)**	**–**	**–**	**(3.033)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**78.757**	**–**	**505**	**17.018**	**6.571**	**(2.045)**	**–**	**100.806**	**2.635**	**(295)**	**103.146**
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**78.757**	**–**	**505**	**17.018**	**6.571**	**(2.045)**	**–**	**100.806**	**2.635**	**(295)**	**103.146**
Integralização de capital	36.000		–	14.000	–	–	–	**50.000**	**–**	**–**	**50.000**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	2.635	–	–	–	–	–	**2.635**	**–**	**–**	**2.635**
Aquisição de ações de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	**–**	**(1.962)**	**–**	**(1.962)**
Ações em tesouraria	–	–	–	1.953	–	293	–	**2.246**	**–**	**(3.307)**	**(1.059)**
Lucro (Prejuízo) do exercício	–	–	–	–	–	–	51.306	**51.306**	**–**	**–**	**51.306**
Destinação de lucros											
Constituição de reserva legal	–	–	2.566	–	–	–	(2.566)	**–**	**57**	**–**	**57**
Constituição de reserva de capital									**114**	**–**	**114**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	34.119	–	(34.119)	**–**	**480**	**–**	**480**
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(14.621)	**(14.621)**	**–**	**–**	**(14.621)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**114.757**	**2.635**	**3.071**	**32.971**	**40.690**	**(1.752)**	**–**	**192.372**	**1.324**	**(3.600)**	**190.096**
Mutação do exercício	**36.000**	**2.635**	**2.566**	**15.953**	**34.119**	**293**	**–**	**91.566**	**(1.311)**	**(3.307)**	**86.950**

Tharik Camocardi de Moura
CFO e Relação com Investidores

Carolina Camacho de Paula
Contadora CRC 1SP 317.067/0-7

Bruno Pascele Piva
Controller CRC 1SP 267.093/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 29 de fevereiro de 2024, pela KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CRC 2SP 27.685/O-0 F SP, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Publicidade Legal

Ravipa Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.672/0001-68

Balanço Patrimonial Findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e bancos	1	25.284
Aplicações financeiras	12.085	–
Impostos a recuperar	8.786	2.453
Total do Circulante	**20.872**	**27.737**
Não Circulante		
Imobilizado		
Imobilizado líquido	29.403.582	28.507.979
Total do Ativo Não Circulante	**29.403.582**	**28.507.979**
Total do Ativo	**29.424.454**	**28.535.716**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	536	47.321
Salários e encargos	–	5.960
Impostos e contribuições	–	5.115
Provisões	–	5.085
Total Do Circulante	**536**	**63.481**
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.243.550	2.243.550
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.832.930	26.782.930
Lucros (Prejuízos) acumulados	(652.562)	(554.245)
	29.423.918	**28.472.235**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**29.424.454**	**28.535.716**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais)*

Receita Operacional Bruta	2023	2022
Receita de locação de imóveis	–	–
Impostos incidentes sobre vendas	–	–
Receita líquida de vendas	**–**	**–**
Custo de locação de imóveis	–	–
Lucro (Prejuízo) bruto	**–**	**–**
Administrativas	(103.308)	(125.749)
Resultado Financeiro	6.995	31.602
Lucro (Prejuízo) operacional	**(96.313)**	**(94.147)**
Provisão para IRPJ	(1.253)	(5.150)
Provisão para CSLL	(751)	(3.090)
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(98.317)**	**(102.387)**

A Diretoria

Luciano Lucena da Silva
Contador CRC 1SP 188.289/O-0

Virapa Administração de Imóveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.677/0001-90

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais – R$)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	31.687	173.728
Impostos a recuperar	37.315	28.500
Outros créditos	9.907	45
	78.910	**202.274**
Não Circulante		
Imobilizado	2.656.087	2.387.382
	2.656.087	**2.387.382**
Total do Ativo	**2.734.997**	**2.589.656**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	1.313	1.847
Impostos e contribuições	5.958	6.855
Imóveis a pagar	90.692	530
	97.963	**9.232**
Patrimônio Liquido		
Capital social	1.349.004	1.349.004
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.168.338	1.168.338
Reservas de Lucros	119.692	63.082
Total do patrimônio líquido	**2.637.034**	**2.580.424**
Total do Passivo e Patrimônio Liquido	**2.734.997**	**2.589.656**

A Diretoria

Luciano Lucena da Silva
Contador CRC 1SP 188.289/O-0

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em reais – R$)*

Receita Operacional Bruta	2023	2022
Receita de locação de imóveis	237.298	221.514
Impostos incidentes sobre vendas	(8.662)	(8.085)
Receita líquida de vendas	**228.636**	**213.429**
Custo de locação de imóveis	(134.066)	(141.110)
Lucro Bruto Operacional	**94.570**	**72.319**
Receitas (despesas) operacionais		
Administrativas	(37.382)	(50.372)
Resultado Financeiro	23.521	53.728
Lucro operacional	**80.709**	**75.675**
Lucro do exercício antes dos impostos	**80.709**	**75.675**
Provisão para IRPJ	(15.062)	(18.804)
Provisão para CSLL	(9.037)	(11.282)
Lucro Líquido do Exercício	**56.610**	**45.589**
Lucro básico e diluído por ação ON – R$	**0,0420**	**0,0338**

Após três pregões de queda, dólar volta a subir alinhado ao exterior

Após três pregões seguidos de queda, em que acumulou desvalorização de 2,28%, o dólar à vista avançou na quarta-feira e voltou a se aproximar do nível de R$ 5,15 no fechamento. Investidores aproveitaram nova onda global de fortalecimento da moeda americana e de alta das taxas dos Treasuries para realizar lucros e ajustar posições no mercado doméstico.

Apesar das preocupações com o quadro fiscal doméstico, em meio aos esforços do governo para barrar a chamada pauta-bomba no Congresso, o ambiente externo teve papel preponderante na formação da taxa de câmbio. Dados de encomendas de bens duráveis nos EUA em março acima do esperado anularam o efeito da leitura mais amena na terça-feira dos PMIs da S&P Global em abril – e deram força à expectativa de apenas uma redução da taxa de juros pelo Federal Reserve neste ano.

Com máxima a R$ 5,1718, pela manhã, o dólar à vista encerrou a sessão desta quarta-feira, 24, em alta de 0,35%, cotado a R$ 5,1482. Na semana, a moeda agora apresenta baixa de 0,98%. Em abril, contudo, ainda acumula valorização de 2,65%.

O real, que vinha apresentando desempenho inferior a de seus pares, nesta quarta sofreu menos que os pesos mexicano e colombiano, além do rand sul-africano. Destaque para nova rodada de alta do peso chileno, que se recupera em abril das perdas pesadas ao longo do primeiro trimestre graças à alta firme dos preços do cobre.

"Temos hoje um dia de mais estresse nos juros americanos, com as taxas dos Treasuries para cima, o que acaba fazendo o dólar subir. O ambiente é de volatilidade com a expectativa pelo PCE nos EUA, que sai na sexta-feira", afirma o especialista Wagner Varejão, da Valor Investimentos, em referência ao índice preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), medida de inflação preferida pelo Fed. Na quinta-feira, sai a primeira leitura do PIB americano no primeiro trimestre.

IstoéDinheiro

PP-NYM Administração de Bem Próprio S/A.

CNPJ/MF nº 23.568.430/0001-00

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo Circulante	**456**	**4.066**
Disponibilidades		
Títulos e Valores Mobiliários	**325**	**2.452**
Cotas de fundos de investimentos	75	736
Outros títulos de renda fixa	250	1.716
Outros Créditos	**131**	**1.614**
Créditos tributários	129	–
Diversos	2	1.614
Ativo Não Circulante	**14.988**	**12.119**
Imobilizado de Uso	**14.988**	**12.119**
Imóveis	–	–
Outros bens do imob de uso	20.276	15.801
(Depreciações acumuladas)	(5.288)	(3.682)
Total do Ativo	**15.444**	**16.185**

Passivo	2023	2022
Passivo Circulante	**243**	**3.663**
Outras Obrigações	**243**	**3.663**
Demais impostos e contribuições a recolher	6	5
Provisões para pagamentos a efetuar	237	35
Diversos	–	3.623
Passivo Não Circulante	**4.090**	**(1)**
Exigível a Longo Prazo	**4.090**	**(1)**
Outras Obrigações	**4.090**	**(1)**
Diversos	4.090	(1)
Patrimônio Líquido	**11.111**	**12.523**
Capital:	15.801	15.801
De domiciliados no país	12.641	–
De domiciliados no exterior	3.160	15.801
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(4.690)	(3.278)
Patrimônio liquido atribuível aos controladores	**8.890**	**10.018**
Participação de não controladores	**2.222**	**2.504**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**15.444**	**16.185**

Demonstração do Resultado *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Deduções da Receita Bruta	**–**	**(11)**
Tributos sobre a receita	–	(11)
Despesas com Pis e Cofins	–	(11)
Resultado Bruto	**–**	**(11)**
Despesas/Receitas Operacionais	(1.614)	(1.583)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.614)	(1.584)
Outras despesas administrativas	(1.605)	–
Despesas tributarias	(9)	(4)
Despesas de depreciação e amortização	–	(1.580)
Outras Receitas Operacionais	–	1
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(1.614)**	**(1.594)**
Resultado Financeiro	**204**	**324**
Receitas Financeiras	**204**	**324**
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	197	–
Rendas de títulos e valores mobiliários	1	324
Variações monetárias e cambiais Ativas	6	–
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(1.410)**	**(1.270)**
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**(1.410)**	**(1.270)**
Prejuízo do Período	**(1.410)**	**(1.270)**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(1.128)	(1.016)
Atribuído a Sócios Não Controladores	(282)	(254)
Nº de Ações	15.800.757	15.800.757
Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,089)	(0,080)

A Diretoria

Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/O-6

PR-SAD Administração de Bem Próprio S/A.

CNPJ/MF nº 15.595.305/0001-60

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *Valores em milhares de Reais*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante	**5.566**	**3.564**
Títulos e valores mobiliários	**5.528**	**3.537**
Cotas de fundos de investimentos	3.069	1.547
Outros títulos de renda fixa	2.459	1.990
Outros Créditos	**38**	**27**
Diversos	38	27
Ativo Não Circulante	**1.067**	**3.596**
Imobilizado De Uso	**1.067**	**3.596**
Outros bens do imob de uso	25.286	25.286
(Depreciações acumuladas)	(24.219)	(21.690)
Total do ativo	**6.633**	**7.160**

Passivo	2023	2022
Passivo circulante	**70**	**29.029**
Obrigações por empréstimos	**–**	**2.262**
Empréstimos no país	–	2.262
Outras Obrigações	**70**	**26.767**
Demais impostos e contribuições a recolher	6	9
Provisões para pagamentos a efetuar	64	47
Diversos	–	26.711
Passivo não circulante	**30.588**	**–**
Exigível a longo prazo	**30.588**	**–**
Outras obrigações	**30.588**	**–**
Diversos	30.588	–
Patrimônio líquido	**(24.025)**	**(21.869)**
Capital:	2.826	2.826
De domiciliados no país	2.827	2.827
(Capital a realizar)	(1)	(1)
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(26.851)	(24.695)
Patrimônio liquido atribuível aos controladores	**(24.025)**	**(21.869)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.633**	**7.160**

Demonstração do Resultado *Valores em milhares de Reais*

	2023	2022
Deduções da Receita Bruta	**–**	**(16)**
Tributos sobre a receita	–	(16)
Despesas com Pis e Cofins	–	(16)
Resultado Bruto	**–**	**(16)**
Despesas/Receitas Operacionais	(2.504)	(2.531)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.504)	(2.531)
Outras despesas administrativas	(2.486)	–
Despesas tributarias	(18)	(3)
Despesas de depreciação e amortização	–	(2.528)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(2.504)**	**(2.547)**
Resultado Financeiro	**347**	**235**
Receitas Financeiras	**390**	**413**
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	384	–
Rendas de títulos e valores mobiliários	4	413
Variações monetárias e cambiais Ativas	2	–
Despesas Financeiras	**(43)**	**(178)**
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(43)	(79)
Despesas com obrigações por empréstimos	–	(99)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(2.157)**	**(2.312)**
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**(2.157)**	**(2.312)**
Prejuízo do Período	**(2.157)**	**(2.312)**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(2.157)	(2.312)
Atribuído a Sócios Não Controladores	–	–
Nº de Ações	2.826.940	2.826.940
Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,763)	(0,818)

A Diretoria

Reinaldo Dantas – Contador CRC 1SP 110.330/O-6

Real Estate Island Duo 007 Salvador Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ/MF nº 43.312.165/0001-01

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2023
Ativo Circulante	**614.970,56**
Disponibilidades	**1,00**
Caixa e bancos	1,00
Títulos e Valores Mobiliários	**414.969,56**
Cotas de fundos de investimentos	414.969,56
Outros Créditos	**200.000,00**
Diversos	200.000,00
Ativo Não Circulante	**53.931.459,47**
Realizável a Longo Prazo	**(450.000,00)**
Outros Créditos	**(450.000,00)**
Diversos	(450.000,00)
Imobilizado de Uso	**54.381.459,47**
Imóveis	54.300.000,00
Outros bens do imob de uso	81.459,47
Total do Ativo	**54.546.430,03**

Passivo	2023
Passivo Circulante	**5.155,27**
Outras Obrigações	**5.155,27**
Demais impostos e contribuições a recolher	5.155,27
Passivo Não Circulante	**514.762,71**
Exigível a Longo Prazo	**514.762,71**
Outras Obrigações	**514.762,71**
Diversos	514.762,71
Patrimônio Líquido	**54.026.512,05**
Capital:	54.300.101,00
De domiciliados no país	54.300.101,00
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(273.588,95)
Patrimônio liquido atribuível aos controladores	**54.026.512,05**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**54.546.430,03**

Demonstração do Resultado *(Em Reais)*

	2023
Despesas/Receitas Operacionais	(273.588,95)
Despesas com Vendas	
Despesas Gerais e Administrativas	(212.682,56)
Despesas com pessoal	(3.309,66)
Outras despesas administrativas	(191.927,68)
Despesas tributarias	(17.445,22)
Outras Despesas Operacionais	(60.906,39)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(273.588,95)**
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**(273.588,95)**
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**(273.588,95)**
Prejuízo do Período	**(273.588,95)**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(273.588,95)
Atribuído a Sócios Não Controladores	–
Nº de Ações	100
Lucro (prejuízo) por Ação:	(2735,89)

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1SP 110.330/O-6

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 11 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"). **2. Convocação**: O Edital de Convocação desta assembleia geral ordinária e extraordinária ("**Assembleia**") foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), no jornal "Data Mercantil", nas edições de 12, 13 e 14 de março de 2024 (páginas 06, 07 e 10 do jornal impresso e 16, 06 e 03 do jornal digital, respectivamente). **3. Publicações**: As demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes (conforme definido no item 4 abaixo) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados no jornal "Data Mercantil" (páginas 05 a 06 do jornal impresso e 01 a 14 do jornal digital), no dia 12 de março de 2024. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (ri.gpssa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). **4. Presença**: Nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia foi realizada exclusivamente na forma digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Nesse sentido, compareceram, de forma remota, em primeira convocação, acionistas da Companhia representando 84,95% (oitenta e quatro vírgula noventa e cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme (i) lista de acionistas que participaram da Assembleia digitalmente, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81; e (ii) mapa sintético consolidado de voto à distância disponibilizado pela Companhia em 10 de abril de 2024, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pela Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81 ("**Mapa Sintético Consolidado**"). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, estiveram presentes também a Sra. Maria Elsa Alba Bernhoeft, Diretora de Relações com Investidores da Companhia, o Sr. Marcos A. Boscolo, representante legal da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("**Auditores Independentes**"), e as Sras. Livia Xavier de Mello e Helena Turola de Araujo Penna e o Sr. Edson Neves de Souza, na condição de Membros Titulares do Conselho Fiscal da Companhia. **5. Mesa**: Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; e pelo Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho – Secretário. **6. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata**: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do *website* da Companhia (ri.gpssa.com.br); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no *website* da CVM (www.gov.br/cvm). Adicionalmente, foi dispensada a leitura do Mapa Sintético Consolidado, o qual ficou à disposição dos acionistas para consulta, nos termos do artigo 48, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, e que ficará arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Ordem do Dia**: Apreciar e deliberar sobre: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (ii) alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o novo capital social e a subsequente consolidação do estatuto social da Companhia. **8. Deliberações**: Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstenções, as contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal, nos termos da proposta da administração para a Assembleia ("**Proposta da Administração**"); (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de abstenções, a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que compreende a destinação do lucro líquido no montante de R$642.509.173,38 (seiscentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e nove mil, cento e setenta e três reais e trinta e oito centavos) ("**Lucro Líquido**"), conforme a seguir e nos termos da Proposta da Administração: (a) R$32.125.458,67 (trinta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no montante de R$215.094.485,00 (duzentos e quinze milhões, noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, composto por: (I) R$152.595.928,68 (cento e cinquenta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R$0,2270197540 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 31 do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"); e (II) R$62.498.556,32 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), correspondentes a 10,24% (dez vírgula vinte e quatro por cento) do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R$0,0929802453 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos adicionais; e Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em até 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, em data a ser oportunamente divulgada pela Companhia, à vista, por meio de crédito em conta corrente. Farão jus aos referidos dividendos os acionistas da Companhia registrados como tal em 11 de abril de 2024, data de realização desta Assembleia. (c) considerando as propostas dos itens (a) e (b) acima, destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), no montante de R$395.289.229,71 (trezentos e noventa e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos) à reserva estatutária, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 31 do Estatuto Social. Dentre o saldo destinado à reserva estatutária acima, o montante de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) será destinado à capitalização de reserva estatutária, sem a emissão de novas ações, a ser deliberada conforme item (i) da assembleia geral extraordinária realizada nesta data. (iii) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes e sem ressalvas, com registro de votos contrários e abstenções, a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante previsto de R$109.265.376,00 (cento e nove milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais), sendo (i) previsão de R$2.396.160,00 (dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e sessenta reais) referente aos membros do Conselho de Administração; (ii) previsão de R$106.345.535,00 (cento e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais) referente aos membros da Diretoria; e (iii) previsão de R$523.681,00 (quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e um reais) referente aos membros do Conselho Fiscal, nos termos da Proposta da Administração; e (iv) acionistas da Companhia representando aproximadamente 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento) do capital social votante solicitaram a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 36, parágrafo único, da Resolução CVM 81 por meio de boletins de voto à distância, conforme evidenciado no Mapa Sintético Final. No entanto, considerando a ausência de apresentação de candidatos por parte dos acionistas da Companhia, a matéria restou prejudicada, não tendo sido instalado o Conselho Fiscal. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, o aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, a alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o novo capital social e a subsequente consolidação do estatuto social da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente Ata. **9. Mapa de Votação**: Em atendimento ao artigo 48, parágrafo 6º, da Resolução CVM 81, o mapa sintético final de votação constante do **Anexo II** ("**Mapa Sintético Final**") é parte integrante desta ata. **10. Encerramento e Assinaturas**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. **Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º, da Resolução CVM 81**: Presidente: Sr. José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho. **Acionistas presentes via participação digital, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81**: Carolina Fernandes da Cunha Cerqueira da Silva, Vanessa Ligia Machado; Representados Por Daniel Barreto Negri: Carlos Nascimento Pedreira, NP Participações S.a., Marcelo Niemeyer Hampshire, Roberto Lopes Pontes Simões, José Caetano Paula de Lacerda, Valora Participações Ltda., Marcos Luiz Abreu de Lima, Solange Maria Pereira Martinez, Luis Carlos Martinez Romero; Representados Por Christiano Marques de Godoy: Bestinver Sicav – Bestinver Latin America, It Now IGCT Fundo de Indice, IT Now Small Caps Fundo de Indice, Itaú Master Hunter Long Only Fundo de Investimento Financeiro em Ações – Responsabilidade Limitada, BNP Paribas Funds Brazil Equity, Itaú Master Global Dinâmico Ultra Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Sniper Fia, Itaú Sirius Fundo de Investimento em Ações, Itaú Governança Corporativa Ações Fundo de Investimento Sustentável, Itaú Hunter Total Return Multimercado Fi, Itaú Master Global Dinâmico Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Quantamental Gems Master Ações Fundo de Investimento, Itau Small Cap Master Fundo de Investimento em Acoes, Bnp Paribas Funds Latin America Equity, WM Small Cap Fundo de Investimento em Ações; Representados Por Talita Aparecida da Silva: Cláudio Petruz, Alexandro Marques Falcão, Diego Sanches de Sousa E Silva, Marcos Nascimento Pedreira, Bernardo Borba do Lago, Adriano de Almeida Pontes, Adriano Macedo da Fonseca, Alexandre Gushiken, Eduardo Jardim de Azevedo, José Herminio Passos Sales, José Ricardo Zomignan Fontanari, Luiz Raimundo Tomazzoni, Luiz Antonio de Sá Arruda, Gustavo Vianna Otto, Adauto Marcondes Freire Junior, Antonio Carlos Eduardo Ofraseo, Angela Maria Cardoso Fernandes da Cunha, Anderson Nunes da Silva, Alvaro Cardoso Fernandes da Cunha, Adriana da Silva Siqueira, Guilherme Nascimento Robortella, Jefferson Nurbegovic, Thiago Nunes Costa, Artur Eloy Chagas de Oliveira, Camila Willers Hartmann, Carlos André Teixeira Pitanga, Daniel Pegorini, Daniel Queiroz Neves Pelegrinelli, Daniel Ruffino Pereira Moreno, João Paulo Cardoso Fernandes da Cunha, Vinicius Andrade Moraes Castelo de Luca, Cesar Luis Nunes Moraes, Cintya Padua Cavalcante, Claudio Pedrosa Monteiro, Cleverson Dutra Zontini, Cristiano Finardi, Brian Silva, Domingos Sávio Cury Dib, Edilaine Siena, Elieser Leite Sobral, Fernanda Siqueira Ferreira, Flavia Morais Von Kruger, Diego de Matos Ferrandis, Karla Maranho, Márcio Barbosa Custódio, Marcio Rabelo Camargo, Marco Antonio da Silva, Marcos Abarca Oliver, Maria Elsa Alba Bernhoeft, Michel Pipolo de Mesquita, Juliano Costa da Silva, Priscila Cardoso Fernandes da Cunha, Ricardo de Vasconcelos Freire, Paulo César Braga Icó da Silva, Wilian Salgado da Silva; Representados Por Vanessa Menna Barreto: Fia RVA Emb IV, Snapper Equity Llc, Fprv Sqa Sanhaço Fia Previdenciário, Grouper Equity Llc, Squadra Horizonte Fia, Squadra Inst Fia, Squadra Master Ivp Fia, Squadra Master Long-Biased Fia, Squadra Master Long-Only Fia, Squadra Prev Master Fia, Sv2 Equity Llc, Sv4 Equity Llc. **Acionistas Presentes Via Envio de Boletim de Voto À Distância, Nos Termos do Artigo 47, Parágrafo 1º, da Resolução Cvm 81, em Sede de Assembleia Geral Ordinária**: Wcm Investment Management, Aviva I Investment Funds Icvc – Aviva I International I T F, St St Msci Emerging Mkt Small Ci Non Lending Common Trt Fund, Chang Hwa Co Bank, Ltd In Its C As M Cust Of N B Fund, Ishares Msci Brazil Small Cap Etf, Mercer Qif Fund Plc, Lazard Emerging Markets Small Cap Equity Trust, Squadra Texas Llc, Ishares Core Msci Emerging Markets Etf, Ishares Core Msci Total International Stock Etf, Legal & General Global Emerging Markets Index Fund, Mercer Ucits Common Contractual Fund, Vkf Investments Ltd, Stichting Pggm Depositary, Legal & General Global Equity Index Fund, Sei Institutional Investments Trust- Emerging Markets E Fund, Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund B, Franklin Libertyshares Icav, Ori Capital Ii Master Fia, American Century Etf Trust – Avantis Emerging Mark, Artisan Partners Global Funds Public Limited Company, Artisan Sustainable Emerging Markets Fund Lp, Ccl Q Emerging Markets Equity Fund, Harris Family Foundation, Abs Direct Equity Fund Llc, American Century Etf Trust-Avantis Responsible Eme, Caisse de Depot Et Placement Du Quebec, California State Teachers Retirement System, Ford Motor Co Defined Benef Master Trust, Alaska Permanent Fund, Canada Pension Plan Investment Board, Ishares Iii Public Limited Company, Ntgi-Qm Common Dac World Ex-Us Investable Mif – Lending, Agf Emerging Markets Fund, Allianz Gl Investors Gmbh On Behalf Of Allianzgi-Fonds Dspt, Franklin Templeton Etf Trust – Franklin Ftse Brazi, Ibm 401 (K) Plus Plan, First Trust Brazil Alphadex Fund, First Trust Emerging Markets Small Cap Alphadex Fund, John Hancock Trust Company Collective Investment T, Principal International Equity Fund, Ssga Spdr Etfs Europe I Plc, The Bank Of N. Y. M. (Int) Ltd As T. Of I. E. M. E. I. F. Uk, Vanguard Funds Public Limited Company, Mackenzie Maximum Diversification Emerging Markets Index Etf, Managed Pension Funds Limited, Northern Trust Collective Emerging Markets Ex Chin, Ssgatc I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.f., State Of New Mexico State Inv. Council, Vaughan Nelson Emerging Markets Opportunities Fund, Emerging Markets Equity Select Etf, Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund, Fidelity Salem Street T: Fidelity Total Inte Index Fund, Connor Clark & Lunn Collective Investment Trust, International Monetary Fund, Invesco Investment Management Ltd, Acting As Manag, Ishares Core Msci Emerging Markets Imi Index Etf, Ishares Emerging Markets Imi Equity Index Fund, Ishares Iv Public Limited Company, Ishares Msci Emerging Markets Small Cap Etf, Ishares Public Limited Company, Jnl Multi-Manager International Small Cap Fund, John Hancock Funds Ii Emerging Markets Fund, Jpmorgan Diversified Return Emerging Markets Equity Etf, Utah State Retirement Systems, Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund, Vanguard Esg International, Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust Ii, Vanguard Fiduciary Trt Company Instit T Intl Stk Mkt Index T, Vanguard Funds Plc/Vanguard Esg Emerging Markets, Vanguard Funds Plc/Vanguard Esg Global All Cap U, Vanguard Inv Funds Icvc-Vanguard Ftse Global All Cap Index F, Vanguard Investment Series Plc/Vanguard Esg Emer, Vanguard Total International Stock Index Fd, A Se Van S F, Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series Of, Velliv, Pension & Livsforsikring A/S, Wcm Focused Emerging Markets Ex China Fund, Wcm Focused Emerging Markets Fund, Wcm Focused Emerging Markets Fund Lp, Wcm International Small Cap Growth Fund, Wcm International Small Cap Growth Fund L.p., Apo Capital Latam Fund Llc, Artisan Multiple Investment Trust, Artisan Sustainable Emerging Markets Fund, Barthe Holdings Llc, California Public Employees Retirement System, Cc And L Q 140-40 Fund, Ccl Q Market Neutral Fund, College Retirement Equities Fund, Coronation Global Emerging Markets Flexible Zar Fund, Custody Bank Of Japan, Ltd. As Tr F Hsbc Brazil New Mo Fund, Dimensional Emerging Core Equity Market Etf Of Dim, Emer Mkts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou, Emerging Markets Small Capit Equity Index Non-Lendable Fund, Flexshares Morningstar Emerging Markets Factor Tilt Index F, Franklin Templeton Etf Trust – Franklin Ftse Latin, Fundamental Low V I E M Equity, General Organisation For Social Insurance, Hsbc Bank Plc As Trustee Of State Street Aut Emerg, Lazard Asset Management Llc, Legal & General International Index Trust, Legal And General Assurance Pensions Mng Ltd, Leland Stanford Junior University, Lf Wales Pp Emerging Markets Equity Fund, Liontrust Investment Funds I – Liontrust Latin America Fund, Los Angeles County Employees Ret Association, Manulife Global Small Cap Fund, Mawer Emerging Markets Equity Fund, Mawer Emerging Markets Equity Fund Llc, Mawer Global Small Cap Fund, Nat West Bk Plc As Tr Of St James Pl Gl Small Comp Unit Fund, Natwest Trustee And Depositary Services Limited As, Norges Bank, Northern Trust Collective Eafe Small Cap Index Fund-Non Lend, Ntcc Collective Funds For Employee Benefit Trusts, Oberweis Emerging Markets Fund, Ontario Teachers Pension Plan Board, Ori Capital I Master Fia, Public Employees Retirement Association Of New Mex, Public Employees Retirement System Of Ohio, Red Life Reinsurance Limited, School Employees Retirement System Of Ohio, Schroder International Selection Fund, Schwab Emerging Markets Equity Etf, Shell Tr (Berm) Ltd As Tr O Shell Ov Con P F, Spartan Group Trust For Employee Benefit Plans: Sp, State St Gl Adv Trust Company Inv Ff Tax Ex Ret Plans, State Street Global All Cap Equity Ex-Us Index Portfolio, State Street Ireland Unit Trust, Stichting Shell Pensioenfonds, Tenax Institucional Acoes Master Fia, Tenax Macro Previdencia Master Fife Fundo de Investimento Mu, Tenax Total Return Prev Master Fife Fim, The Bank Of New York Mellon Emp Ben Collective Invest Fd Pla, The Board Of The Pension Protection Fund, The Master Tr Bank Of Japan As Tr For Hsbc Brazil Mother Fd, The Master Trust Bk Of Jpn, Ltd. As To Bnp Pbe Mother Fd, The Regents Of The University Of California, The United Nations Joints Staff Pension Fund, Threadneedle Investment Funds Icvc – Latin America, Tnax Aes Master Fundo de Investimento em Aes, Tnax Macro Master Fundo de Investimento Multimercado, Tnax Total Return Master Fundo de Investimento Multimercado, Tyler Finance Llc, Wisdomtree Emerging Markets Ex-China Fund, Wisdomtree Emerging Markets Ex-State-Owned Enterprises Fund, Wishbone Delaware Brazil I, Llc; Dynamo Brasil I Llc, Dynamo Brasil III Llc, Dynamo Brasil VI LLC, Dynamo Brasil IX LLC, Dynamo Brasil XV LP, Ascese Fundo de Investimento em Ações, Dynamo Brasil V Llc, Dynamo Brasil Viii Llc, Dynamo Brasil Xiv Llc, Cougar Master Fundo de Investimento em Ações; Mar Absoluto Master Fundo de Investimento Multimercado; Núcleo Piúva Fundo de Investimento de Ações, Núcleo Prev 100 Fundo de Investimento de Ações, Núcleo Agulhas Negras Fia, Núcleo Master Fia, FP FOF NC Ações Fia, Aurora Brazil LLC, NCIP Master Fundo de Investimento de Ações; Representados por Ricardo José da Costa Silva Borges: SFA Master Fia – Bdr Nível I; Fp Neo Total Return Fundo de Investimento em Ações, Neo Navitas Master Fundo de Investimento em Ações, Neo Navitas Prev Fundo de Investimento em Ações, Neo Future Master Fundo de Investimentos em Ações, Neo Navitas Itaú Prev Master Fundo de Investimento em Ações; Apo Capital Latam Master Fundo de Investimento em Ações Investimento No Exterior; Aster Master Fia G Bdr Nivel I, Aster Institucional Master Fia, Aster Institucional A Fia, Aster Master Fia Q; JGP Compounders Master Fundo de Investimento em Ações Investimento No Exterior, JGP Esg Previdenciário Master Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Equity Master Fundo de Investimento em Ações, JGP Equity Master Fundo de Investimento Multimercado, JGP Long Only Institucional Fundo de Investimento em Ações, JGP Multimercado Previdenciário Advisory Xp Seguros Fundo de Investimento, JGP Sulamérica Master Previdenciário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, JGP B Previdência Fife Master Fundo de Investimento em Ações, JGP B Previdência Fife Master FI Multimercado, JGP Brasilprev Fife Esg 100 Previdenciário Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Esg Master Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Long Only Master Fundo de Investimento em Ações, JGP Multimercado Previdenciário Icatu Fundo de Investimento, JGP Multimercado Previdenciário Itaú Master Fundo de Investimento, JGP Previdenciário Red Fundo de Investimento Multimercado, JGP Brasilprev Fife Multimercado Previdenciário Fundo de Investimento, jgp esg Master Fundo de Investimento em Ações Is, JGP ESG Previdenciário XP Master Fundo de Investimento em Ações IS, JGP Previdenciário Itaú Master Fundo de Investimento em Ações, Fcopel Fundo de Investimento em Ações I, Fundo de Investimento Multimercado Santa Cristina Investimento No Exterior Crédito Privado, Mosteiro Fundo de Investimento Multimercado; Tenax Total Return Master Fia; Representados Por Larissa Matias Correia Nunes: Constellation Cambará Fundo de Investimento em Ações, Constellation Master Fundo de Investimento de Ações, Constellation Bp 100 Prev. Fia Fife, Constellation 100 Prev Fundo de Investimento Multimercado Fife, Constellation Compounders Master Fundo de Investimento de Ações, Constellation 70 Previdencia Fundo de Investimento Previdencia Multimercado, Constellation Icatu 70 Prev Fundo de Investimento Multimercado, Constellation Bradesco 100 Fife Fia, Constellation Qualificado Master Fundo de Investimento de Ações, Constellation Sulamerica Prev Fundo de Investimento Multimercado; Indie Lotus Fia, Indie Focus Fia, Indie Fife Previdencia Fim, Indie Master Fia, Indie Platinum Fundo de Investimento em Ações, Fp Indie Total Return Fundo de Investimento em Ações, Indie Brprev Fim; Representados Por Paola Camero Moussatche: Velt Ivp Master Prev Fundo de Investimento em Ações, Velt Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos D Investimentos em Ações, Velt Master Fundo de Investimento em Ações, Velt Master Prev Fundo de Investimento em Ações, Velt Partners Fund Llc, Velt Bradesco Prev Fundo de Investimento em Ações, Velt Bv Fundo de Investimento em Ações, Velt Master Institucional Fundo de Investimento em Ações, Velt Tarumã Fundo de Investimento em Ações; Representados Por Carlos Gustavo Perret Simas: 3 Ilhas Master Fundo de Investimento Em Ações. **Acionistas Presentes Via Envio de Boletim de Voto À Distância, Nos Termos do Artigo 47, Parágrafo 1º, Da Resolução Cvm 81, Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária**: Wcm Investment Management, Aviva I Investment Funds Icvc – Aviva I International I T F, St St Msci Emerging Mkt Small Ci Non Lending Common Trt Fund, Chang Hwa Co Bank, Ltd In Its C As M Cust Of N B Fund, Ishares Msci Brazil Small Cap Etf, Mercer Qif Fund Plc, Lazard Emerging Markets Small Cap Equity Trust, Squadra Texas Llc, Ishares Core Msci Emerging Markets Etf, Ishares Core Msci Total International Stock Etf, Legal & General Global Emerging Markets Index Fund, Mercer Ucits Common Contractual Fund, Vkf Investments Ltd, Stichting Pggm Depositary, Legal & General Global Equity Index Fund, Sei Institutional Investments Trust- Emerging Markets E Fund, Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund B, Franklin Libertyshares Icav, Ori Capital Ii Master Fia, American Century Etf Trust – Avantis Emerging Mark, Artisan Partners Global Funds Public Limited Company, Artisan Sustainable Emerging Markets Fund Lp, Ccl Q Emerging Markets Equity Fund, Harris Family Foundation, Abs Direct Equity Fund Llc, American Century Etf Trust-Avantis Responsible Eme, Caisse de Depot Et Placement Du Quebec, California State Teachers Retirement System, Ford Motor Co Defined Benef Master Trust, Alaska Permanent Fund, Canada Pension Plan Investment Board, Ishares Iii Public Limited Company, Ntgi-Qm Common Dac World Ex-Us Investable Mif – Lending, Agf Emerging Markets Fund, Allianz Gl Investors Gmbh On Behalf Of Allianzgi-Fonds Dspt, Franklin Templeton Etf Trust – Franklin Ftse Brazi, Ibm 401 (K) Plus Plan, First Trust Brazil Alphadex Fund, First Trust Emerging Markets Small Cap Alphadex Fund, John Hancock Trust Company Collective Investment T, Principal International Equity Fund, Ssga Spdr Etfs Europe I Plc, The Bank Of N. Y. M. (Int) Ltd As T. Of I. E. M. E. I. F. Uk, Vanguard Funds Public Limited Company, Mackenzie Maximum Diversification Emerging Markets Index Etf, Managed Pension Funds Limited, Northern Trust Collective Emerging Markets Ex Chin, Ssgatc I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.f., State Of New Mexico State Inv. Council, Vaughan Nelson Emerging Markets Opportunities Fund, Emerging Markets Equity Select Etf, Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund, Fidelity Salem Street T: Fidelity Total Inte Index Fund, Connor Clark & Lunn Collective Investment Trust, International Monetary Fund, Invesco Investment Management Ltd, Acting As Manag, Ishares Core Msci Emerging Markets Imi Index Etf, Ishares Emerging Markets Imi Equity Index Fund, Ishares Iv Public Limited Company, Ishares Msci Emerging Markets Small Cap Etf, Ishares Public Limited Company, Jnl Multi-Manager International Small Cap Fund, John Hancock Funds Ii Emerging Markets Fund, Jpmorgan Diversified Return Emerging Markets Equity Etf, Utah State Retirement Systems, Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund, Vanguard Esg International, Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust Ii, Vanguard Fiduciary Trt Company Instit T Intl Stk Mkt Index T, Vanguard Funds Plc/Vanguard Esg Emerging Markets, Vanguard Funds Plc/Vanguard Esg Global All Cap U, Vanguard Inv Funds Icvc-Vanguard Ftse Global All Cap Index F, Vanguard Investment Series Plc/Vanguard Esg Emer, Vanguard Total International Stock Index Fd, A Se Van S F, Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series Of, Velliv, Pension & Livsforsikring A/S, Wcm Focused Emerging Markets Ex China Fund, Wcm Focused Emerging Markets Fund, Wcm Focused Emerging Markets Fund Lp, Wcm International Small Cap Growth Fund, Wcm International Small Cap Growth Fund L.p., Apo Capital Latam Fund Llc, Artisan Multiple Investment Trust, Artisan Sustainable Emerging Markets Fund, Barthe Holdings Llc, California Public Employees Retirement System, CC And L Q 140-40 Fund, Ccl Q Market Neutral Fund, College Retirement Equities Fund, Coronation Global Emerging Markets Flexible Zar Fund, Custody Bank Of Japan, Ltd. As Tr F Hsbc Brazil New Mo Fund, Dimensional Emerging Core Equity Market Etf Of Dim, Emer Mkts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou, Emerging Markets Small Capit Equity Index Non-Lendable Fund, Flexshares Morningstar Emerging Markets Factor Tilt Index F, Franklin Templeton Etf Trust – Franklin Ftse Latin, Fundamental Low V I E M Equity, General Organisation For Social Insurance, Hsbc Bank Plc As Trustee Of State Street Aut Emerg, Lazard Asset Management Llc, Legal & General International Index Trust, Legal And General Assurance Pensions Mng Ltd, Leland Stanford Junior University, Lf Wales Pp Emerging Markets Equity Fund, Liontrust Investment Funds I – Liontrust Latin America Fund, Los Angeles County Employees Ret Association, Manulife Global Small Cap Fund, Mawer emerging Markets Equity Fund, Mawer Emerging Markets Equity Fund Llc, Mawer Global Small Cap Fund, Nat West Bk Plc As Tr Of St James Pl Gl Small Comp Unit Fund, Natwest Trustee And Depositary Services Limited As, Norges Bank, Northern Trust Collective Eafe Small Cap Index Fund-Non Lend, Ntcc Collective Funds For Employee Benefit Trusts, Oberweis Emerging Markets Fund, Ontario Teachers Pension Plan Board, Ori Capital I Master Fia, Public Employees Retirement Association Of New Mex, Public Employees Retirement System Of Ohio, Red Life Reinsurance Limited, School Employees Retirement System Of Ohio, Schroder International Selection Fund, Schwab Emerging Markets Equity Etf, Shell Tr (Berm) Ltd As Tr O Shell Ov Con P F, Spartan Group Trust For Employee Benefit Plans: Sp, State St Gl Adv Trust Company Inv Ff Tax Ex Ret Plans, State Street Global All Cap Equity Ex-Us Index Portfolio, State Street Ireland Unit Trust, Stichting Shell Pensioenfonds, Tenax Institucional Acoes Master Fia, Tenax Macro Previdencia Master Fife Fundo de Investimento Mu, Tenax Total Return Prev Master Fife Fim, The Bank Of New York Mellon Emp Ben Collective Invest Fd Pla, The Board Of The Pension Protection Fund, The Master Tr Bank Of Japan As Tr For Hsbc Brazil Mother Fd, The Master Trust Bk Of Jpn, Ltd. As To Bnp Pbe Mother Fd, The Regents Of The University Of California, The United Nations Joints Staff Pension Fund, Threadneedle Investment Funds Icvc – Latin America, Tnax Aes Master Fundo de Investimento em Aes, Tnax Macro Master Fundo de Investimento Multimercado, Tnax Total Return Master Fundo de Investimento Multimercado, Tyler Finance Llc, Wisdomtree Emerging Markets Ex-China Fund, Wisdomtree Emerging Markets Ex-State-Owned Enterprises Fund, Wishbone Delaware Brazil I, Llc; Dynamo Brasil I Llc, Dynamo Brasil Iii Llc, Dynamo Brasil Vi Llc, Dynamo Brasil Ix Llc, Dynamo Brasil Xv Lp, Ascese Fundo de Investimento em Ações, Dynamo Brasil V Llc, Dynamo Brasil Viii Llc, Dynamo Brasil Xiv Llc, Cougar Master Fundo de Investimento em Ações; Mar Absoluto Master Fundo de Investimento Multimercado; Núcleo Piúva Fundo de Investimento de Ações, Núcleo Prev 100 Fundo de Investimento de Ações, Núcleo Agulhas Negras Fia, Núcleo Master Fia, Fp Fof Nc Ações Fia, Aurora Brazil Llc, Ncip Master Fundo de Investimento de Ações; Representados Por Ricardo José da Costa Silva Borges: Sfa Master Fia – Bdr Nível I; Fp Neo Total Return Fundo de Investimento em Ações, Neo Navitas Master Fundo de Investimento em Ações, Neo Navitas Prev Fundo de Investimento em Ações, Neo Future Master Fundo de Investimentos em Ações, Neo Navitas Itaú Prev Master Fundo de Investimento em Ações; Apo Capital Latam Master Fundo de Investimento em Ações Investimento No Exterior; Aster Master Fia G Bdr Nivel I, Aster Institucional Master Fia, Aster Institucional A Fia, Aster Master Fia Q; JGP Compounders Master Fundo de Investimento em Ações Investimento No Exterior, JGP Esg Previdenciário Master Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Equity Master Fundo de Investimento em Ações, JGP Equity Master Fundo de Investimento Multimercado, JGP Long Only Institucional Fundo de Investimento em Ações, JGP Multimercado Previdenciário Advisory Xp Seguros Fundo de Investimento, JGP Sulamérica Master Previdenciário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, JGP B Previdência Fife Master Fundo de Investimento em Ações, JGP B Previdência Fife Master Fi Multimercado, JGP Brasilprev Fife Esg 100 Previdenciário Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Esg Master Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Long Only Master Fundo de Investimento em Ações, JGP Multimercado Previdenciário Icatu Fundo de Investimento, JGP Multimercado Previdenciário Itaú Master Fundo de Investimento, JGP Previdenciário Red Fundo de Investimento Multimercado, JGP Brasilprev Fife Multimercado Previdenciário Fundo de Investimento, JGP Esg Master Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Esg Previdenciário Xp Master Fundo de Investimento em Ações Is, JGP Previdenciário Itaú Master Fundo de Investimento em Ações, Fcopel Fundo de Investimento em Ações I, Fundo de Investimento Multimercado Santa Cristina Investimento No Exterior Crédito Privado, Mosteiro Fundo de Investimento Multimercado; Tenax Total Return Master Fia; Representados Por Larissa Matias Correia Nunes: Constellation Cambará Fundo de Investimento em Ações, Constellation Master Fundo de Investimento de Ações, Constellation Bp 100 Prev. Fia Fife, Constellation 100 Prev Fundo de Investimento Multimercado Fife, Constellation Compounders Master Fundo de Investimento de Ações, Constellation 70 Previdencia Fundo de Investimento Previdencia Multimercado, Constellation Icatu 70 Prev Fundo de Investimento Multimercado, Constellation Bradesco 100 Fife Fia, Constellation Qualificado Master Fundo de Investimento de Ações, Constellation Sulamerica Prev Fundo de Investimento Multimercado; Indie Lotus Fia, Indie Focus Fia, Indie Fife Previdencia Fim, Indie Master Fia, Indie Platinum Fundo de Investimento em Ações, Fp Indie Total Return Fundo de Investimento em Ações, Indie Brprev Fim; Representados Por Paola Camero Moussatche: Velt Ivp Master Prev Fundo de Investimento em Ações, Velt Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos D Investimentos em Ações, Velt Master Fundo de Investimento em Ações, Velt Master Prev Fundo de Investimento em Ações, Velt Partners Fund Llc, Velt Bradesco Prev Fundo de Investimento em Ações, Velt Bv Fundo de Investimento em Ações, Velt Master Institucional Fundo de Investimento em Ações, Velt Tarumã Fundo de Investimento em Ações; Representados Por Carlos Gustavo Perret Simas: 3 Ilhas Master Fundo de Investimento em Ações. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 11 de abril de 2024. **José Caetano Paula de Lacerda –** Presidente; **Marcelo Abreu dos Santos Tourinho** – Secretário.

Anexo I: Estatuto Social Consolidado

Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração: Artigo 1º. A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto Social**") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo 1º.** Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Novo Mercado**", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("**Regulamento do Novo Mercado**"). **Parágrafo 2º.** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social. **Parágrafo 3º.** A Companhia seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, e, por decisão da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) a administração patrimonial de bens e interesses próprios e de suas subsidiárias e coligadas; (ii) a participação em empreendimentos comerciais e industriais; e (iii) a participação como acionista ou sócia de sociedades empresárias, personificadas ou não, em quaisquer ramos de negócios, no Brasil ou no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração

continua ...

… continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024, às 10h00, da GPS Participações e Empreendimentos S.A.

indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$1.938.166.503,05 (um bilhão, novecentos e trinta e oito milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e três reais e cinco centavos), dividido em 672.170.267 (seiscentos e setenta e dois milhões, cento e setenta mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas da Companhia. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária. **Parágrafo 2º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º.** Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”). **Artigo 6º.** Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias, até o limite de R$ 2.750.000.000,00 (dois bilhões e setecentos e cinquenta milhões de reais). **Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior. **Parágrafo 2º.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada , sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 7º.** As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM. **Artigo 8º.** Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 9º.** Observado o disposto neste Estatuto Social, notadamente o disposto no Artigo 6º, Parágrafo 2º, e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de sua respectiva participação acionária, subscrever ações, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia. **Artigo 10.** A não integralização do valor subscrito pelo subscritor, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada. **Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 11.** As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **Parágrafo único.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Artigo 12.** Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, dentro do prazo legal de antecedência previsto na Lei das Sociedades por Ações, em primeira e segunda convocações. **Parágrafo 1º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas

seus membros, desde que a referida Assembleia Geral assim não tenha procedido. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente, mantendo as prerrogativas inerentes à função. **Parágrafo 4º.** O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão. **Parágrafo 5º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deverá (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano. **Parágrafo 6º.** Em caso de ausência, impedimento temporário ou vacância de cargo exercido por qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, suas funções deverão ser assumidas por membro suplente, se houver, durante a ausência ou impedimento temporário ou após a vacância. **Parágrafo 7º.** Sem prejuízo do previsto no Parágrafo 6º deste Artigo 15 e respeitadas as disposições do *caput* e Parágrafo 1º deste Artigo 15, em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, caso todos os suplentes já tenham-se tornado membros efetivos, os membros do Conselho de Administração remanescentes poderão nomear um substituto, o qual servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da vacância ou impedimento do cargo. **Artigo 16.** Ressalvada a hipótese de adoção do procedimento de voto múltiplo, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas. **Parágrafo 1º.** Na eleição de que trata este Artigo 16, somente poderão concorrer as chapas (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo 16, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas. **Parágrafo 2º.** O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger a totalidade dos membros do Conselho de Administração, disponibilizar aos acionistas as informações e declarações relativas a cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como pela Política de Indicação da Companhia, inclusive com relação à caracterização dos candidatos como independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 3º.** Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem apresentar outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão encaminhar à Companhia as informações, documentos e declarações a que se refere o Parágrafo 2º acima, cabendo à Companhia, após a devida conferência, proceder à respectiva divulgação nos termos da regulação vigente. **Parágrafo 4º.** A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 5º.** Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral. **Artigo 17.** Não obstante o disposto no Artigo 16 acima, na eleição do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas, passando a ser considerados candidatos os integrantes das chapas de que trata o Artigo 16, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionistas para eleição pelo processo de voto múltiplo, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as informações e declarações referentes a tais candidatos a que se refere o Parágrafo 2º do Artigo 16 acima. **Artigo 18.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes ao ano, conforme calendário de reuniões divulgado anualmente pela Companhia, e, extraordinariamente, sempre que for necessário. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. **Parágrafo 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa, ou por solicitação por escrito da maioria dos seus membros. Tal convocação deverá (i) ser feita por carta registrada, fax ou e-mail com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da reunião e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação será enviada com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência da nova data da reunião; (ii) indicar a ordem do dia; e (iii) estar acompanhada dos documentos pertinentes. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas quando da presença da maioria dos seus membros e realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os conselheiros. **Parágrafo 2º.** Não obstante as formalidades previstas no Parágrafo 1º acima, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas devidamente instaladas e regulares quando a totalidade de seus membros estiver presente, nos termos do Artigo 14, Parágrafo 7º, acima e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas, por escrito, pela maioria dos votos dos presentes. **Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência, correio eletrônico ou qualquer outro meio similar que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, computando-se como presentes os membros que assim votarem. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração deverão formalizar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico, devendo os votos ser encaminhados ao presidente da mesa que dirige os trabalhos durante a respectiva reunião. **Parágrafo 4º.** Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 6º abaixo, no caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro impedido ou ausente poderá indicar seu substituto dentre os demais membros do Conselho de Administração, para representá-lo e deliberar e votar, na reunião a qual não puder estar presente, as matérias especificadas na autorização, por meio de carta, fac-símile entregue ou correio eletrônico ao Presidente do Conselho de Administração, com prova de recebimento. Tais autorizações devem ser arquivadas no livro próprio em que forem lavradas as atas das reuniões do Conselho de Administração, nos termos do Parágrafo 7º abaixo. **Parágrafo 5º.** Os membros do Conselho de Administração que indicarem representantes, nos termos do Parágrafo 4º acima, serão considerados, para todos os efeitos, presentes à respectiva reunião. **Parágrafo 6º.** Os membros do Conselho de Administração poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio e contanto que todos os membros do Conselho de Administração celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento. **Parágrafo 7º.** Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Parágrafo 8º.** Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos. **Parágrafo 9º.** É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la. **Artigo 19.** Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no Artigo 21, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco. **Artigo 20.** O Conselho de Administração poderá criar comitês consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. **Artigo 21.** Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas na legislação aplicável ou neste Estatuto Social: (i) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições; (ii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos; (vi) nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas controladas; (vii) declarar dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto no Artigo 32 deste Estatuto Social, observado o disposto em lei; (viii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente; (ix) autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações; (x) outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como os administradores, empregados e prestadores de serviços de suas controladas e coligadas, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; (xi) administrar o Plano de Compra de Ações da Companhia, conforme aprovado pela Assembleia Geral, aos seus executivos ou colaboradores do grupo econômico da Companhia, podendo, para tanto, criar Programas Periódicos com base no referido Plano de Compras de Ações, que conterá, dentre outros pontos: (a) definição, nos seus termos, dos seus participantes; (b) definição, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano de Compra de Ações, a quantidade de ações e a forma de distribuição destas entre os seus participantes; e (c) recompra, pela Companhia, de ações atribuídas no contexto do Plano de Compra de Ações; (xii) autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente; (xiii) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, bem como definir a política de remuneração e de benefícios dos diretores e funcionários da Companhia; (xiv) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas da Companhia, relativamente às operações de incorporação, cisão, fusão e transformação, exceto se tais operações ocorrerem entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia, desde que o capital social de tais sociedades seja, direta ou indiretamente, integralmente detido pela Companhia; (xv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“**OPA**”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da

Publicidade Legal

... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024, às 10h00, da GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal: Artigo 28.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado nos termos deste Estatuto Social, dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo referido membro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 36 deste Estatuto Social e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral. **Parágrafo 4º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Parágrafo 5º.** Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de concorrente ou de controlador, controlada ou sociedade sob controle comum com concorrente; e (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de concorrente ou de controlador, controlada ou sociedade sob controle comum com concorrente. **Artigo 29.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros: Artigo 30.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Parágrafo único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM. **Artigo 31.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e (iii) eventual saldo, após as distribuições anteriores, em percentual a ser proposto pela administração e fixado pela Assembleia Geral, observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável e no parágrafo 1º abaixo para a constituição de Reserva de Investimentos, cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar, incentivos fiscais e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. **Parágrafo 1º** – É permitida a destinação do lucro para reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais e outras retenções permitidas na Lei das Sociedades por Ações, inclusive para fazer frente a orçamento de capital aprovado na forma de seu artigo 196. Os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, § 6º, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2º** – A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas neste artigo 31, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou sempre que a administração da Companhia entender que o saldo da Reserva de Investimentos excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 32.** A Companhia poderá: (i) declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Parágrafo único.** Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VII – Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado: Artigo 33**. Nas hipóteses de alienação direta ou indireta de controle da Companhia, cancelamento de registro de companhia aberta, saída voluntária do Novo Mercado ou reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia deverão ser observadas as disposições da legislação e da regulamentação aplicáveis, incluindo, sem limitação, as normas editadas pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo único.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação: Artigo 34.** O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas. **Artigo 35.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo IX – Resolução de Disputas: Artigo 36.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo X – Disposições Gerais: Artigo 37.** Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 38.** A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular. **Artigo 39**. A Companhia indenizará e/ou manterá indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "**Beneficiários**"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 40**. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado ao presidente da mesa da Assembleia Geral ou da reunião Conselho de Administração acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo. **Artigo 41.** As disposições contidas no Artigo 7º; nos itens (x) e (xi) (parte inicial) do Artigo 13; no Parágrafo 5º do Artigo 14; e no Artigo 38 (parte inicial) somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM. As disposições contidas nos Parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 1º; no Artigo 8º; nos itens (ix) e (xi) (parte final) do Artigo 13; no *caput* e nos Parágrafos 1º, 2º e 5º do Artigo 15; no item (xv) e no Parágrafo 3º do Artigo 21; no Parágrafo 2º do Artigo 28; nos Capítulos VII e IX; no Artigo 37 (parte final); e Artigo 38 (parte final) deste Estatuto Social somente terão eficácia com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3. **Parágrafo único**. Observado o previsto no artigo 41, *caput*, acima, até a entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia será composto por 8 (oito) membros efetivos e até igual número de suplentes, os quais são eleitos e poderão ser destituídos pela Assembleia Geral, a qualquer tempo, e terão mandato de gestão unificado de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Anexo II – Mapa de Votação Final Sintético

Mapa Final de Votação Consolidado

1. Tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	398.802.758	0	174.481.011

2. Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	570.966.969	0	2.316.800

3. Fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	492.628.019	9.904.207	70.751.543

4. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
211.389.602	25.788.374	5.663.295	179.937.933

5. Caso seja necessário a realização de segunda convocação para a Assembleia Geral Ordinária, as manifestações de voto contidas neste Boletim de Voto à Distância podem ser consideradas para fins de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em segunda convocação?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
211.389.602	206.582.437	2.490.365	2.316.800

Mapa Final de Votação Consolidado

1. Aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	573.283.769	0	0

2. Alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o novo capital social e a subsequente consolidação do estatuto social da Companhia.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
573.283.769	573.283.769	0	0

3. Caso seja necessário a realização de segunda convocação para a Assembleia Geral Extraordinária, as manifestações de voto contidas neste Boletim de Voto à Distância podem ser consideradas para fins de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em segunda convocação?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
211.389.602	208.899.237	2.490.365	0

Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07 – NIRE 35.300.455.339

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Hora e Local: 28/03/2024, às 15h, na sede social da **Interplayers Soluções Integradas S.A.** ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 1.566, Jurubatuba, São Paulo/SP. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em decorrência da presença de todos os representantes da totalidade das ações com direito à voto. Mesa: Sr. Arnaldo José Lewis e Sá Filho – Presidente e Sra. Larissa Andrade de Melo, Secretária. Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária**: (i) exame, discussão e deliberação acerca das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da Administração e parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) exame, discussão e deliberação acerca do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; e (iv) aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023. Em **Assembleia Geral Extraordinária**: (v) a aquisição de ações de emissão pela própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou recolocação, na forma da legislação aplicável. Deliberações tomadas por unanimidade: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i) Aprovar** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii) Aprovar** o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iii) Aprovar** a destinação do lucro e distribuição de dividendos do exercício encerrado em 31/12/2023 da seguinte forma: a) R$ 985.694,46, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, para constituição da reserva legal; b) R$ 4.682.058,19 para pagamento de dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 27/03/2024. Os pagamentos dos dividendos obrigatórios mencionados neste item "b" serão realizados até 31/12/2024, considerando a posição acionária desta data; e c) R$ 14.046.174,56 para reserva de lucros da Companhia. (iv) Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria), para o exercício social de 2024, no montante de até R$ R$ 9.289.295,99. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(v) Aprovar** a aquisição pela Companhia de 838.710 ações ordinárias de sua própria emissão, representativas, nesta data, de 1,50% do capital social total e votante da Companhia, de titularidade de acionista minoritário da Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, conforme permitido pelo artigo 30, item 'b', parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, e demais legislação aplicável emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os demais acionistas renunciam o direito de preferência. A referida aquisição poderá ser feita com os recursos das reservas de lucros e/ou de capital da Companhia, acrescido do resultado já realizado do exercício social em andamento, segregadas as destinações às reservas legal, de lucros a realizar, especial de dividendo obrigatório não distribuído e de incentivos fiscais, por um preço fixo certo e ajustado de R$ 3.263.268,47, pagável à vista contra a transferência das ações adquiridas. **Encerramento**: Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata, devidamente assinada pelos presentes. Acionistas Presentes: (a) Oria Tech 1 Inovação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (b) Arnaldo José Lewis & Sá Filho; (c) Carlos Alberto de Castro Dutra; (d) Fernando Guerino Cascardo e (e) RX Investimentos e Participações Ltda. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Arnaldo José Lewis e Sá Filho** – Presidente; **Larissa Andrade de Melo** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 156.261/24-8 em 19/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Dirigentes do BC chinês sugerem que aumento da liquidez no mercado de títulos não é iminente

Autoridades do Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês) afirmaram que o banco central continuará fiel às ferramentas normais de política monetária, mas reforçaram que é improvável a oferta de um grande aumento de liquidez por meio da negociação de títulos. Os comentários foram realizados na quarta-feira, 24, ao jornal estatal Financial News e quebram semanas de silêncio do BC chinês sobre o assunto.

Os dirigentes do PBoC enfatizaram que sua negociação de títulos do Tesouro é fundamentalmente diferente das operações de flexibilização quantitativa conduzidas por outros bancos centrais, que envolvem o carregamento de ativos como títulos do governo para reduzir os rendimentos depois de esgotar os meios políticos mais tradicionais.

A negociação de títulos do Tesouro da China é uma ferramenta que tem sido utilizada com moderação pelo PBoC nas últimas duas décadas. Porém, outras autoridades chinesas têm defendido sua retomada, como o Ministério das Finanças da China, que expressou na terça-feira, 23, seu apoio ao uso da ferramenta pelo banco central do país.

O debate ocorre ainda em um cenário de queda nos rendimentos dos títulos do Tesouro de longo prazo da China. Os dirigentes do PBoC reforçaram na entrevista que, embora os rendimentos reflitam principalmente as expectativas de crescimento econômico e inflação de longo prazo, eles também são influenciados por fatores como oferta e demanda.O jornal afiliado ao PBoC citou participantes do mercado não identificados, dizendo que os rendimentos poderiam estar caindo devido à falta de "ativos seguros" no mercado, sugerindo que o banco central forneceu liquidez suficiente para o mercado de títulos. IstoéDinheiro

Petróleo fecha em queda, em meio a dólar forte e sem novos desdobramentos no Oriente Médio

O petróleo fechou em queda na quarta-feira, 24, mesmo diante da forte baixa nos estoques norte-americanos, em meio à força do dólar e enquanto as tensões no Oriente Médio vão saindo de foco. O WTI para junho fechou em queda de 0,66% (US$ 0,55), a US$ 82,81 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para julho caiu 0,40% (US$ 0,35), a US$ 87,04 o barril, na Intercontinental Exchange.

Na quarta, os estoques de petróleo bruto dos EUA caíram pela primeira vez em cinco semanas, em uma redução bem maior do que o esperado, de acordo com dados do Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês).

Logo após o indicador, os preços do petróleo chegaram a oscilar perto da estabilidade, mas os ganhos não se sustentaram.

Circularam notícias sobre uma possível ofensiva gradual israelense contra a cidade de Rafah, último reduto do Hamas em Gaza. O avanço gradativo é resposta às pressões dos EUA e internacionais contra um ataque total e violento na região.

Apesar disso, a Capital Economics destaca que a escalada do conflito entre Israel e o Irã tem sido largamente ignorada pelo mercado petrolífero. Enquanto isso, o TD Securities pontua que a recente queda dos preços tem sido "esmagadoramente associada" à diminuição dos prêmios de risco da oferta.

Agora, investidores aguardam a divulgação da primeira leitura do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA no primeiro trimestre deste ano, que pode dar pistas sobre as perspectivas de demanda do país pela commodity. IstoéDinheiro

Sustentabilidade

OIT: 70% dos trabalhadores têm a saúde afetada pelas mudanças climáticas

Pelo menos 70% de todos os trabalhadores no planeta têm a saúde afetada pelas mudanças climáticas, aponta um relatório divulgado na segunda-feira, 22 de abril, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A cada ano são reportadas 23 milhões de lesões corporais atribuídas diretamente ao calor excessivo, com quase 19 mil mortes. E esses números não incluem problemas renais, cardiovasculares e mentais ou câncer.

As mudanças climáticas afetam profissionais em quase todas as áreas, em particular os que trabalham ao ar livre ou em ambientes abafados. "É essencial que escutemos esses alertas. As considerações de segurança ocupacional e saúde devem se tornar parte de nossas respostas à mudança climática", afirma Manal Azzi, chefe da Equipe de Segurança e Saúde Ocupacionais da OIT.

Segundo o estudo, os trabalhadores de baixa renda que atuam ao ar livre, especialmente em setores como agricultura e construção, são extremamente vulneráveis ao estresse térmico. Isso se manifesta não apenas em riscos diretos como exaustão pelo calor e insolação, mas também na diminuição da produtividade, o que tem implicações econômicas significativas.

Por exemplo, prevê-se que a produtividade laboral global possa diminuir em valores equivalentes a 80 milhões de empregos em tempo integral até 2030 devido ao calor extremo.

Além disso, o relatório destaca que o aumento das temperaturas e eventos climáticos extremos estão afetando diretamente a saúde dos trabalhadores, com projeções de aumento significativo em doenças transmitidas por vetores, insegurança alimentar e problemas de saúde mental. Isso coloca uma pressão adicional sobre as infraestruturas de saúde, especialmente em países em desenvolvimento com sistemas de saúde frágeis, ampliando as desigualdades existentes.

Esses desafios sublinham a necessidade urgente de integrar considerações de segurança e saúde ocupacional nas estratégias de resposta às mudanças climáticas, como mencionado por Manal Azzi, especialista da OIT.

Notícias Sustentáveis

ONU combate informações falsas e desinformação sobre mudança climática no TikTok

A Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com a Purpose, atua com o time de Agentes do Verificado para combater as informações falsas e a desinformação sobre mudança climática nas redes sociais.

O grupo dá voz às ações da iniciativa Verificado pelo Clima – um programa global de comunicação, apoiada pelo TikTok, Rockefeller Foundation e Fortescue, criado para tratar de crises complexas, como a mudança climática, com o objetivo de alcançar públicos importantes com informações confiáveis e precisas sobre o tema para enfrentar as narrativas nocivas que se opõem ao caminho de soluções climáticas, como por exemplo, uma transição rápida para as energias renováveis.

A iniciativa Verificado pelo Clima ganha vida com os Agentes do Verificado, uma rede diversa de cientistas, profissionais, ativistas, membros de comunidades tradicionais e pessoas ligadas às questões climáticas do Brasil, Emirados Árabes Unidos e Espanha, que foram capacitados para criar conteúdos originais que sensibilizem e eduquem seu público.

Nesta etapa, a ação ganha reforço com a participação de perfis com maior alcance de engajamento nas redes sociais, cuja missão é atuarem como Amplificadores de conteúdos dos Agentes do Verificado, fazendo com que atinjam um público menos familiarizado com o tema da mudança climática e, assim, ganhem maior visibilidade. Uma série de criadores de conteúdo nas áreas de estilo de vida, de gastronomia, turismo, esportes e moda foram recrutados. Entre eles estão o boxeador Maguila, que dividiu com a atleta Larissa Noguchi, uma das Agente do Verificado no Brasil, um vídeo em collab e o ativista social Raul Santiago que produziu conteúdo em parceria com a cozinheira Priscila Jung.

Notícias Sustentáveis

Ações do Repense Reuse reforçam compromisso com o desenvolvimento social e sustentável

Na data em que se celebrou o Dia da Terra (22 de abril), o projeto Repense Reuse, da Humana Brasil reforça o seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento social. Com a iniciativa, que vem transformando esse cenário, proporcionando uma nova vida a roupas de segunda mão, o Repense Reuse atua na gestão do prolongamento da vida útil de têxteis para mostrar que é possível estimular a economia verde e o consumo consciente e sustentável.

O Repense Reuse mostra que não é apenas um estímulo para uma moda sustentável, mas sim, uma atuação que existe para gerar impactos ambientais positivos e favorecer recursos com a finalidade de contribuir com projetos sociais comunitários.

O processo de produção para o consumo sustentável por meio do reuso de roupas é iniciado a partir da coleta em contêineres instalados em Salvador e região metropolitana como alternativa para minimizar essa questão do descarte irregular de resíduos têxteis e do reaproveitamento desses materiais.

Um exemplo disso, são as peças recolhidas que viram desde pochetes, doleiras e chapéus, confeccionadas com calças jeans em desgastes e que não podem ser reutilizadas. Todo processo de curadoria dos resíduos têxteis é realizado no Centro de Armazenamento e Triagem, em Lauro de Freitas.A gestão ambiental de resíduos têxteis têm sido um dos maiores desafios enfrentados pelo setor. E não é para menos: de acordo com os dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o Brasil é o quarto maior parque produtivo do mundo.

Ainda de acordo com a Associação, estima-se que no mínimo sejam geradas 170 mil toneladas de resíduos têxteis por ano no país. Desse total, 40% são processados por empresas de reciclagem, mas a maioria, 60% (cerca de 100 mil toneladas) são descartados nos aterros sanitários. Diante desse desafio, o Repense Reuse, que existe desde 2021, na Bahia, e pretende se expandir por todo o Brasil, busca prolongar a vida útil dos têxteis baseado nos princípios da economia circular.

Cadê minha LCA? 6 alternativas para investidores "órfãos" da renda fixa isenta de IR

Acabaram os tempos de "vacas gordas" para investidores em busca de renda fixa isenta de Imposto de Renda. Se antes era possível encontrar no mercado uma abundância de aplicações seguras, com alta rentabilidade e benefício tributário, tudo mudou após o governo apertar, em fevereiro, as regras para emissões de vários ativos ativos isentos, entre eles as letras de crédito imobiliário (LCI) e do agronegócio (LCA). Após a medida, a oferta ficou menor e os prazos mais longos.

Diante da nova realidade, quais são as alternativas disponíveis para o investidor? A resposta, dizem especialistas, vai depender da escolha entre mais retorno ou maior liquidez. Confira, a seguir, cinco investimentos para o dinheiro dos "órfãos" das LCIs e LCAs.

Segundo especialistas, a janela está mais estreita para investir em ativos isentos, segmento em que passam a se destacar as debêntures incentivadas. As taxas não estão tão atrativas como antes, mas novas emissões podem trazer oportunidades, especialmente em ativos indexados à inflação.A escolha dos ativos, no entanto, demanda um cuidado muito maior do que no caso das LCIs e LCAs, que carregam consigo o risco de grandes bancos. Por isso, a opção é voltada para o investidor mais experiente, que pode deixar dinheiro parado por mais tempo, e com capital alto para entrar em várias ofertas e, assim, pulverizar a aplicação.

Em termos de desempenho, o IDA-Geral, índice da Anbima que rastreia o desempenho de debêntures, acumula retorno de 16,55% nos últimos 12 meses. Em março, as debêntures de curto prazo foram as campeãs de retorno.

Com o maior desafio na seleção de ativos, investidores interessados em debêntures têm como caminho mais fácil a aplicação via fundos de crédito mais estruturados e fundos de debêntures incentivadas, segundo defende Clara Sodré, analista de fundos da XP. Para Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, é preciso, no entanto, abdicar da liquidez imediata oferecida pelas LCIs e LCAs.

Infomoney

Mutual x hedge funds: entenda as diferenças entre os fundos americanos

Assim como no Brasil, os Estados Unidos têm diferentes tipos de fundos de investimento que podem ser chamados de nomes diferentes a depender da complexidade da estrutura, do público-alvo, entre outros fatores.

É assim com os mutual funds, ou fundos mútuos de investimento, em inglês, e os hedge funds, ou fundos de hedge (proteção).

Entenda, a seguir, as principais diferenças entre esses produtos, em que investem, para quem são voltados e como um investidor brasileiro pode acessá-los.

Que são produtos disponíveis em mercados como Estados Unidos e Canadá que se assemelham aos fundos de investimento brasileiros.

Eles agregam recursos de diversos clientes para aplicação em uma ou mais classes de ativos. Um gestor profissional lida com os ativos de acordo com os objetivos detalhados no prospecto.

Esses fundos podem comprar ações, títulos ou outros ativos, em geral com foco na diversificação, e em entregar um retorno acima do benchmark (referência) adotado. Em troca, eles costumam cobrar taxas anuais e de performance, que reduzem seus retornos gerais.

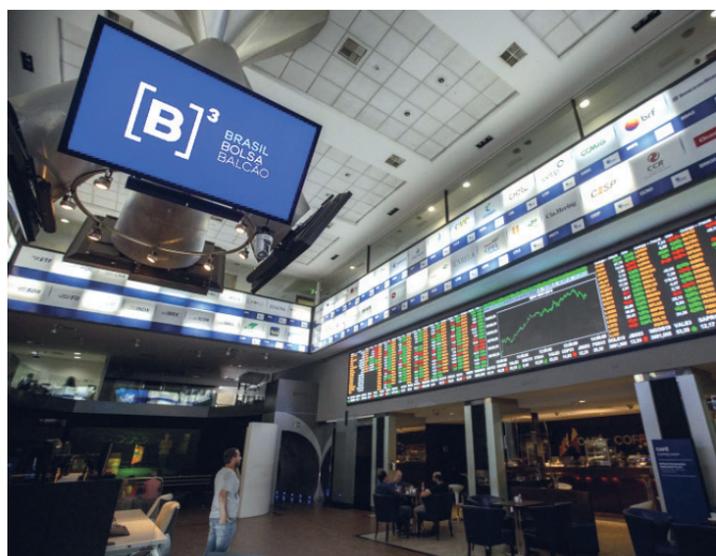
Nos Estados Unidos, é comum que trabalhadores apliquem recursos destinados à aposentadoria em mutual funds, por meio de planos de aposentadoria patrocinados pelos empregadores.

Nos hedge funds, a estrutura de hedge significa "proteção" do capital.

Tais produtos têm a prerrogativa de poder investir em diversas classes de ativos ao mesmo tempo, como títulos públicos e privados, ações, moedas tradicionais, criptomoedas, derivativos etc.

Com isso, os hedge funds podem combinar alocações e variar a exposição do patrimônio aos diferentes mercados, de acordo com a conjuntura, com o objetivo de obter os melhores resultados, visando proteger o patrimônio do investidor.

Infomoney

Índice de BDRs da B3 vence S&P 500 em correção, mas perde em alta; por quê?

Após atingirem novas máximas, as bolsas americanas entraram em correção na semana passada e deixaram no vermelho os investidores que apostam em ações internacionais. A situação de quem optou pelo caminho do índice de BDRs da B3, no entanto, foi mais amena.

Enquanto o principal índice de ações dos Estados Unidos caiu 5,5% na última semana, o BDRX, índice de BDRs da B3, cedeu apenas 1,1% na mesma janela.

O IVVB11, ETF negociado na Bolsa brasileira que espelha o S&P 500, recuou 1,9% no período. As informações são da Guide Investimentos, com dados da Economatica.

O desempenho melhor do BDRX é explicado por dois fatores. Primeiro se deve à concentração do índice nas "Sete Magníficas", grupo composto por Google, Amazon, Apple, Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla.

As empresas, que vêm avançado bem nos últimos meses, representam 28% do S&P 500, enquanto no índice brasileiro têm peso de 43%.

Além disso, o retorno do BDRX reflete em parte a alta de 3,6% do dólar no mesmo período. O impacto cambial trouxe um resultado melhor para o índice BDRX no mês de abril até o dia 19, na comparação com o IVVB11.

Por outro lado, a dinâmica pode favorecer o índice americano quando as condições se invertem.

Na terça-feira (23), dia marcado por queda de 0,17% do dólar e de alta das bolsas lá fora, o S&P 500 encerrou a sessão cotado em alta de 1,20%, enquanto o BDRX entregou ganho mais tímido, de 0,58%.

O Índice de BDRs Não Patrocinados (BDRX) é um indicador do desempenho médio das cotações dos BDRs Não Patrocinados. Os BDRs (Brazilian Deposit Receipts) são recibos de ações de empresas estrangeiras negociadas na bolsa brasileira. O índice é composto apenas pelos BDRs autorizados à negociação na B3.

Ficam excluídos os BDRs classificados como penny stock, ativos negociados a menos de R$ 1. Também estão fora do índice ativos que deixarem de ter formador de mercado por mais de 30 dias.

O BDRX é um índice de retorno total, que procura refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do índice no tempo.

Infomoney

Negócios

Huawei tem novo presidente no Brasil

A multinacional chinesa Huawei anunciou uma troca no seu comando no Brasil, com a chegada do executivo Gao Kexin para ocupar a presidência local no lugar de Sun Baocheng. Segundo a companhia, essa mudança faz parte das políticas de rotação de líderes feitas periodicamente.

O engenheiro Gao Kexin entrou na Huawei em 2007, quando ocupou o cargo de vice-presidente do grupo em Camarões, na África. Em 2016, exerceu o cargo de CEO da Huawei Filipinas, na Ásia. Entre 2018 e 2023, ocupou diferentes posições na sede da empresa na China e, agora, chega ao Brasil.

"Estou muito honrado com a oportunidade de liderar a Huawei no Brasil. Nosso compromisso é ajudar o país a realizar seu pleno desenvolvimento econômico e social por meio da transformação digital e energética de sua economia e indústria", afirmou o novo presidente, em nota, declarando que sabe do sucesso da implantação da conectividade 5G e dos desafios que ainda existem para um alcance universal. "Mas, estamos aqui para apoiar esse processo."

Nos planos do novo CEO está a chegada do 5.5G prevista para os próximos anos, bem como as oportunidades de negócios ligadas a internet das coisas, carros conectados, portos inteligentes, mineração automatizada, entre outros temas.

Recentemente, a Huawei anunciou uma nova oferta de data centers, a terceira no Brasil, localizada em São Paulo. "Acreditamos que o País pode ser o centro da inovação baseada em inteligência artificial na América Latina e, para isso, precisa de uma estrutura robusta e segura de armazenamento e de nuvem que dê conta de gerenciar enormes quantidades de dados que já estão no nível dos petabytes", disse Kexin.

IstoéDinheiro

Resgate de passagens internacionais com pontos no Brasil cresce 72% no 1º tri, diz Latam

O número de passagens aéreas resgatadas com pontos para destinos internacionais cresceu 72% no primeiro trimestre de 2024 no Brasil. O crescimento foi identificado em um levantamento do Latam Pass, programa de fidelidade oficial da Latam Airlines.

De janeiro a março, 208 mil bilhetes para voos do Brasil ao exterior foram emitidos com pontos acumulados, superando o volume de 121 mil registrado no mesmo período de 2023. Santiago (Chile), Buenos Aires (Argentina), Miami (EUA), Lisboa (Portugal) e Lima (Peru) foram os destinos internacionais mais buscados com pontos no período.

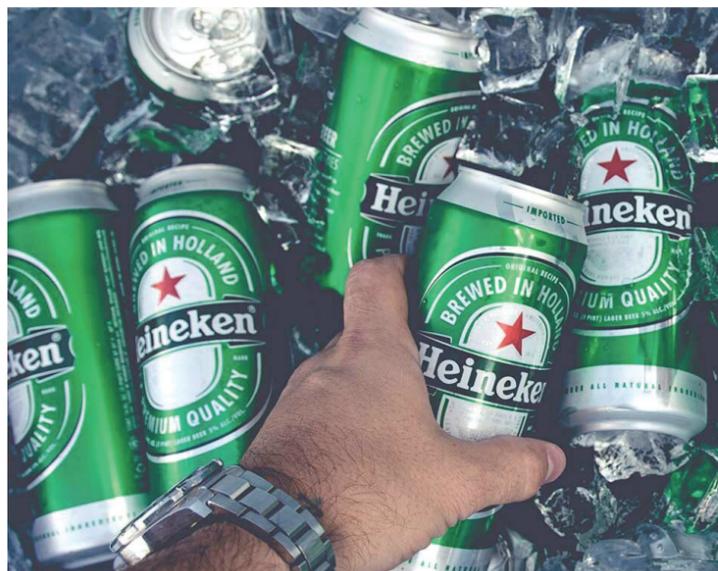
No mercado doméstico brasileiro, o crescimento foi de 12%, com quase 1,1 milhão de passagens resgatadas com pontos entre janeiro e março.

Bilhetes para São Paulo (Congonhas e Guarulhos), Rio de Janeiro (Santos Dumont e Galeão), Brasília, Fortaleza e Porto Alegre foram os mais resgatados.

Somadas as emissões domésticas e internacionais, mais de 1,3 milhão de passageiros embarcaram em voos no Brasil utilizando pontos.

Os resultados reforçam o aumento da demanda, assim como a importância dos programas de fidelidade para ampliar o acesso do brasileiro à aviação, segundo o diretor geral do Latam Pass, Martin Holdschmidt.

IstoéDinheiro

Heineken registra fortes volume de vendas no Brasil: mais água no chope da Ambev?

A Heineken vendeu mais cerveja do que o esperado no primeiro trimestre, relatando seu primeiro crescimento trimestral anual em volumes em um ano e manteve nesta quarta-feira sua previsão de resultado para 2024.

Comentando sobre desempenho no Brasil, o presidente-executivo, Dolf van den Brink, afirmou que a companhia se tornou a marca número 1 em valor no país e que a receita líquida cresceu entre 10% e 14% no período, impulsionada por crescimento de um dígito alto nos volumes vendidos, aumentos de preços e foco em marcas premium. O volume vendido pela cervejaria holandesa cresceu um dígito alto, ou algo entre 8% e 9%.

A segunda maior cervejaria do mundo afirmou que os volumes globais de venda de cerveja aumentaram 4,7% organicamente no período de janeiro a março, superando o crescimento de 2,5% esperado por analistas, segundo levantamento da empresa.

A notícia sobre as vendas no Brasil levou o mercado a ficar mais reticente com as projeções para a concorrendo brasileira Ambev, sendo que as expectativas já eram de um primeiro trimestre de 2024 modesto. A companhia divulga seus números no próximo dia 8.

"A Heineken relatou crescimento de volume consolidado no Brasil na casa de um dígito alto. Nas categorias premium e mainstream (comuns), a empresa cresceu seus volumes na faixa baixa, tornando-se a marca número 1 em valor no mercado no país. Em nossa visão, isso sugere que a Heineken ganhou participação de mercado sobre a Ambev no trimestre. De acordo com nossas estimativas, a Ambev deve reportar um crescimento de 2,6% no volume de cerveja no Brasil em relação ao ano anterior", ressalta o Bradesco BBI, projetando um número de vendas de cerveja bem abaixo do alcançado pela Heineken no país. O banco, contudo, tem recomendação outperform (desempenho acima da média, equivalente à compra) para os ativos ABEV3, com preço-alvo de R$ 19.

Para o Research da XP, os volumes de Cerveja Brasil devem aumentar 2,5%, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da operação deve crescer 24% na comparação anual.

Infomoney